

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

CAMPOS, Carlos Walter Marinho. Carlos Walter Marinho Campos (depoimento; 1988). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV-SERCOM/Petrobrás, 1988. 198 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Carlos Walter Marinho Campos
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

Esta Entrevista foi realizada na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e Maria Ana Quaglino

levantamento bibliográfico e roteiro: Maria Ana Quaglino

conferência da transcrição: José Luciano de Mattos Dias

sumário: Maria Ana Quaglino e Sandra Soares

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: Maria Ana Quaglino

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues e Marcos Otávio S. Faria

local: Rio de Janeiro - RJ

data: maio a junho de 1988

duração: 6h 50 min

fitas cassete: 07

páginas datilografadas: 198

SUMÁRIO

1ª Entrevista: O nascimento em Barbacena; o pai, pequeno proprietário rural, e a mãe, professora; o grupo escolar em Antônio Carlos e o curso ginasial em Barbacena; a ida para Ouro Preto em 1946, cursando o terceiro ano científico; entrada na Escola de Minas de Ouro Preto em 1947; formatura em dezembro de 1952; a admissão no CNP no início de 1953, já sabendo que passaria à Petrobrás; o curso da Escola de Minas de Ouro Preto: a qualidade da formação recebida, o prestígio da Escola; convite para trabalhar com petróleo quando aguardava a admissão na Companhia Siderúrgica Nacional; o salário no CNP; a ausência de mobilização em torno da Campanha do Petróleo na Escola de Minas de Ouro Preto, a pouca militância estudantil do entrevistado; a relação dos cursos da Escola de Minas com o conhecimento acerca da geologia do petróleo; a inexistência de cursos de geologia no Brasil e a necessidade da formação nos Estados Unidos; a sólida fundamentação dos cursos de engenharia da Escola de Minas, mas seu aspecto pouco pragmático; a utilidade de uma boa formação básica; a capacidade de compreensão e o aprendizado decorrente; uma avaliação sobre a evolução da Escola de Minas de Ouro Preto, seu ápice no período 1935-1945 e o declínio posterior; o estado atual dos cursos de engenharia; a necessidade de formação básica; perfil do professor Fleury da Rocha, diretor da Escola de Minas; os importantes alunos saídos da Escola de Minas: Francisco Sá, Israel Pinheiro, Euvaldo Lodi; os importantes geólogos brasileiros egressos da Escola de Minas: Gonzaga de Campos, Euzébio Paulo de Oliveira, Glycon de Paiva; o processo de admissão no CNP; os vários empregos possíveis e a opção pelo CNP; a estada na Bahia, o contato com Pedro de Moura; a ida para o trabalho de exploração no Maranhão; a pesquisa no Maranhão; o contato com o geólogo Wilhelm Kegel, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), e o convite para estudar geologia na faixa de afloramento das rochas paleozóicas no Piauí; perfil de Wilhelm Kegel e importância da experiência adquirida no contato; a continuação do trabalho de pesquisa no Maranhão; a rivalidade entre o engenheiro de sondagem e o geólogo: a experiência do entrevistado; os estrangeiros contratados pelo CNP para assessoria técnica; o trabalho de assistente do geólogo Richard Blankennagel na bacia do Maranhão; o trabalho com os geólogos alemães trazidos por Pedro de Moura; descrição das etapas do trabalho de geologia de campo; a evolução dos métodos e das técnicas; a geologia de subsuperfície: os especialistas envolvidos, onde se executa e os objetivos; os métodos geofísicos na pesquisa de petróleo e sua evolução; o condicionamento das descobertas de petróleo aos avanços técnicos; defesa do aproveitamento comercial do gás do petróleo nos poços da Amazônia; as dificuldades de comunicação entre o campo e as sedes regionais do CNP; as condições de trabalho dos geólogos de campo na época: relato

de alguns episódios; a aquisição de equipamentos importados pelo CNP; a passagem do acervo do CNP para a Petrobrás em Testa Branca; a composição da equipe de campo do entrevistado; a subordinação administrativa da bacia do Maranhão; Décio Savério Oddone, chefe em Belém; a trajetória profissional do entrevistado até 1956; a indicação de petróleo no poço de Balsas em Testa Branca: repercussão na imprensa e relato de um acidente..... 27

2ª Entrevista: A deficiência do ensino universitário e sua repercussão sobre as novas gerações; as primeiras companhias geofísicas contratadas: a United Geophysical Company e a Geophysical Service Incorporation; os primeiros contatos do entrevistado com essas firmas; perfil de Peter Rush; contato com Fernando Floyd; a ausência de cursos de geofísica no Brasil: a formação do geofísico; as áreas onde a United Geophysical Company atuou; as principais técnicas geofísicas utilizadas na época e o avanço tecnológico no setor; a divisão do trabalho de geofísica entre os técnicos americanos e brasileiros; a política de treinamento técnico no exterior na gestão de Walter Link no Departamento de Exploração; o curso de mestrado na Colorado School of Mines e a ordem de retorno de Mr. Link ao entrevistado por ocasião dos preparativos para iniciar a tese; o contato com a firma Prakla e seus técnicos; a questão da pesquisa de petróleo no Brasil: o problema da falta de recursos tecnológicos, a grande contribuição do CNP e a criação da Petrobrás; a orientação geral dos contratos de risco; Lauro Vieira: primeiro superintendente dos contratos; o principal objetivo dos contratos; o caso das bacias paleozóicas; os resultados da Petrobrás a partir da vigência dos contratos; a postura do pessoal da Petrobrás frente aos mesmos; a expectativa do entrevistado em relação aos resultados advindos dos contratos; a questão da divulgação dos termos básicos dos contratos de risco: o panfleto da Superintendência de Exploração (Supex), as cópias dos contratos enviadas ao Congresso Nacional e a posição do entrevistado sobre o assunto; a falta de inovações nos métodos empregados por quase todas as contratantes; perfil do especialista William Fischer e sua opinião sobre a experiência dos contratos de risco; o contato do entrevistado com Walter Link; a honestidade de propósitos do geólogo americano, seus aliados e opositores; a saída de Link da Petrobrás; o posicionamento da área de exploração no organograma da Petrobrás nas gestões de Pedro de Moura e de Franklin Gomes; o distanciamento dos geólogos dos cargos de direção da Petrobrás até a nomeação de Shigeaki Ueki; defesa da nomeação de geólogos competentes para cargos relacionados à pesquisa de petróleo; a trajetória do entrevistado no Departamento de Exploração e Produção; a colaboração do entrevistado e de outros geólogos

brasileiros na confecção do relatório Link; o erro na avaliação da bacia paleozóica da Amazônia; o período de Janary Nunes na presidência da Petrobrás; perfil do mesmo; os presidentes da Petrobrás que marcaram época; as críticas de Eugênio Gudim à Petrobrás; a área geográfica abrangida pelo Distrito de Exploração e Perfuração do Nordeste; as atividades de pesquisa e perfuração na bacia do Rio Grande do Norte: os dois poços do CNP, o abandono da bacia e o episódio da descoberta de petróleo; a questão da precisão técnica e do acaso na descoberta de petróleo; as áreas abrangidas pela Superintendência Regional da Amazônia; comentários sobre a descoberta de Nova Olinda; a criação do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Petróleo (Cenap) e sua importância na formação do geólogo brasileiro; os cursos de geologia no Brasil; os cursos de pós-graduação no exterior; perfil de Hélio Falcão; contato do entrevistado com Francisco Mangabeira; o trabalho de mapeamento geológico na bacia do Tucano; reestruturação administrativa na Região de Produção da Bahia: nenhuma interferência no trabalho dos técnicos no campo..... 63

3ª Entrevista: O funcionamento do Distrito de Belém da Superintendência Regional da Amazônia em 1960: a substituição da chefia estrangeira: a ida do entrevistado para Belém, transferido por esta necessidade; o comportamento de alguns geólogos e sondadores americanos contratados pela Petrobrás na Amazônia; contato com o superintendente regional da Amazônia, major Jarbas Passarinho; a carreira do entrevistado na Superintendência Regional da Amazônia (1960-1967); a atuação de Jarbas Passarinho e do coronel José Pinto Rabelo na Superintendência da Amazônia; a carreira de ambos após a saída da Petrobrás; atrito do entrevistado com o chefe americano do Distrito de Belém; as consequências práticas do movimento de 64 para a cidade de Belém; a gestão de Geonísio Barroso: a questão da mudança da sede da Petrobrás para a Bahia; opinião do entrevistado sobre Jânio Quadros; Geonísio Barroso, perfil e realizações; a resistência de civis à presença dos militares em certas áreas da Petrobrás; a questão da representação sindical nos anos 60: o despreparo dos sindicalistas e a legitimidade dos sindicatos; a posição contrária da Associação dos Engenheiros à ação do sindicato na época; a organização sindical na região da Superintendência da Amazônia; a opção do entrevistado de não participar de qualquer entidade representativa desde o tempo de estudante; as acusações de membros do sindicato a Pedro de Moura: a impossibilidade de auxílio da parte do entrevistado e as consequências do fato para este último; os conselhos de Jarbas Passarinho em episódio da carreira do entrevistado; a Comissão de Investigações sob a presidência do marechal Nilo Sucupira em Belém após o movimento

de 64: os depoimentos por escrito, as demissões, as prisões e a atuação do entrevistado neste processo; opinião sobre as conseqüências da deterioração da autoridade; a importância do curso de atualização em técnicas de exploração realizado nos Estados Unidos em 1962: o contato com técnicos de renome e sua influência no trabalho desenvolvido pelo entrevistado nos anos seguintes na Petrobrás; a transferência de Belém para o Rio de Janeiro em 1967: o trabalho de assistente do Superintendente do Departamento de Exploração e Produção e a nomeação para chefe da Divisão de Exploração do Departamento; a contribuição do entrevistado para o aperfeiçoamento dos técnicos da Petrobrás na área de exploração e para a organização do curso de pós-graduação em engenharia de petróleo em Ouro Preto; a transferência deste curso para a Unicamp; a extinção dos cursos do Cenap; perfil de Maurício Lansky; perfil de Juscelino Kubitschek; a indicação para a superintendência da Região de Exploração do Norte; a dispersão dos órgãos da Petrobrás por diversas áreas do Rio de Janeiro; o episódio dos dois técnicos russos sobre as possibilidades de petróleo no Brasil; a necessidade de uma análise periódica das bacias sedimentares..... 112

4ª Entrevista: A gestão de Francisco Mangabeira na Petrobrás: a ausência de disciplina; a interferência dos sindicatos na Superintendência da Região Norte; as medidas de alcance social adotadas pela Petrobrás; crítica aos critérios de promoção no período de Francisco Mangabeira; a questão da absorção da associação dos engenheiros pelo sindicato no início dos anos 60; a evolução técnica no trabalho de geologia de campo; assistente do geólogo-chefe na turma de geologia número oito (TG8) em Tucano; resultados obtidos no mapeamento da bacia do Tucano; a omissão de créditos a trabalhos realizados: uma prática corrente; a administração do marechal Ademar de Queiroz; perfil dos demitidos em Belém após o movimento de 64; a importância da Associação de Assistência Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana (Aipel) para o desenvolvimento da indústria de petróleo; a atuação da Petrobrás na área de exploração no exterior: a questão dos contratos com o Iraque após a descoberta de campos de petróleo; a criação da Braspetro: o atraso na tomada desta decisão e a recomendação de Walter Link neste sentido; as providências tomadas pela Petrobrás entre 1967 e 1968 para operar no mar: José Levindo Carneiro na coordenação da construção da Petrobrás I e a contratação de uma sonda americana para a plataforma do Espírito Santo; os inconvenientes do transporte de pessoal por mar até as plataformas: a experiência do entrevistado e a adoção do helicóptero como meio de transporte; a extração de petróleo na bacia de Todos os Santos: a importância de Yvan Barretto de Carvalho no caso; a con-

tribuição do entrevistado na descoberta do campo de Guaricema em Sergipe; as formas de recrutamento de pessoal: os convênios das universidades com a Petrobrás; a indicação do entrevistado para representar o presidente da Petrobrás na Conferência de Embaixadores dos Países da Bacia Amazônica (1966); o convite para assistente do superintendente geral de exploração e Produção no Rio de Janeiro; na chefia da Divisão de Exploração: o relacionamento do entrevistado com os superintendentes do Departamento de Exploração e Produção, a departamentalização; a organização dos serviços de perfuração no mar através de um órgão especial: o pessoal alocado, a necessidade de autonomia e a extinção do órgão; os objetivos dos estudos estatísticos e de viabilidade econômica dos campos de petróleo realizados pelo entrevistado; a questão dos orçamentos para a área de exploração: a responsabilidade do entrevistado; defesa da gestão do general Ernesto Geisel: a polêmica sobre a prioridade para o refino em detrimento da exploração; o esgotamento em 1968 das técnicas disponíveis para estudar as características geomorfológicas das bacias paleozóicas: a utilização de fotografias aéreas desde o final dos anos 50, a participação da FAB no caso da Amazônia e o emprego de técnicas especiais na bacia do Paraná; a confirmação das previsões do relatório Link: descobertas dependentes dos avanços técnicos na área de geofísica; a utilização atual de dinamite e de outros métodos mais modernos nos trabalhos de geofísica..... 132

5ª Entrevista: A experiência do entrevistado como orador em simpósio no Espírito Santo em 1968; viagem ao Equador, Peru e Colômbia como assessor do vice-presidente da Braspetro em 1971, e reinício da exploração de petróleo na Amazônia; papel do entrevistado na descoberta de petróleo ao longo do rio Juruá; o início das atividades da Braspetro: a utilização de técnicos cedidos pela Petrobrás ou formados por esta; as causas das dificuldades e dos sucessos da Petrobrás na área de exploração ao longo de sua existência e o caráter infundado das críticas formuladas à sua política ou exploração desde os seus primórdios; crítica à política do governo com relação à Petrobrás; os problemas da Petrobrás decorrentes de seu caráter estatal e dos erros do governo: o exemplo do monopólio do fornecimento de combustíveis líquidos a órgãos do governo, a questão da distribuição dos postos da BR-Distribuidora e o caso do Pró-Álcool; o papel do entrevistado nas descobertas de petróleo em Campos e no campo de Guaricema..... 149

6ª Entrevista: O trabalho do geólogo na avaliação das possibilidades petrolíferas de uma determinada área: o caso da plataforma continental brasileira; a ocorrência de boas condições de ge-

ração e acumulação de petróleo na área mencionada; a profundidade alcançada nos poços da bacia de Campos; as áreas mais profundas exploradas no mundo; a distribuição de petróleo na crosta terrestre; a relatividade do conceito de país auto-suficiente em petróleo; a importância de Pedro de Moura no descobrimento de petróleo em escala comercial no Recôncavo Baiano; as possibilidades de inutilização de um poço de petróleo; a proveniência e as características das primeiras plataformas de petróleo; o grande desenvolvimento da construção no Brasil de plataformas fixas para a bacia de Campos; as modalidades de plataformas de perfuração e de produção; razões para o desinteresse da Petrobrás pelas plataformas complacentes; relato de dois acidentes relacionados à implantação do sistema antecipado de produção da bacia de Campos; razões para a substituição do sistema: o surgimento de tecnologia menos complexa; a complexidade e o custo de uma plataforma de petróleo; a nacionalização da produção dos equipamentos utilizados; a localização da válvula de segurança do poço; o sistema de produção e transporte de petróleo no mar; a atuação da Paulipetro na bacia do Paraná; a origem dos técnicos da Paulipetro; a posição do entrevistado frente aos constratos de risco; o convite para superintendente dos contratos; a atuação do entrevistado na escolha das áreas abrangidas pelos mesmos; o papel das empresas estrangeiras contratadas no contexto das pesquisas de petróleo no Brasil; a posição do entrevistado com relação aos nacionalistas favoráveis à extinção dos contratos e a moratória da dívida brasileira; onde e em que condições deve atuar o capital estrangeiro no Brasil; a superação do conceito de plataforma central; o convite para diretor da Petrobrás; os percalços de uma reunião em Brasília com franceses representantes de um laboratório alemão: um método infalível para descobrir petróleo, o parecer do entrevistado dirigido ao ministro Ueki; a participação do entrevistado na elaboração dos planos globais de investimento da empresa e o objetivo do plano para a área de exploração em vigor durante a permanência de Shigeaki Ueki na presidência; o relacionamento entre o entrevistado, como superintendente do Departamento de Exploração, e o diretor José Marques Neto; razões do sucesso da administração Ueki na Petrobrás; a criação do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Bacia de Campos (Gecam) e o papel dos órgãos paralelos no desenvolvimento da empresa; perfil do diretor José Marques Neto; o relacionamento deste último com Orfila Lima dos Santos; a divisão de tarefas na diretoria; a subordinação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) à diretoria do entrevistado; razões da saída do entrevistado da diretoria: um antigo desentendimento com Antonio Seabra Moggi e o discurso do entrevistado em solenidade do Cenpes; a decepção com Hélio Beltrão e

a aposentadoria; o papel de Antonio Seabra Moggi no treinamento de pessoal técnico através do Cenap; a ênfase na área de exploração e nas pesquisas aplicadas: os objetivos propostos pelo entrevistado para o Cenpes; a crise de autoridade na Nova República; a contribuição do entrevistado para o desenvolvimento da Petrobrás: o incentivo à produção no mar, à criação de uma mentalidade de inovação tecnológica contínua e de treinamento de pessoal constante; o estilo administrativo do entrevistado enquanto diretor da Petrobrás; as relações entre a diretoria executiva e o conselho de administração; as atribuições deste último; os membros da diretoria contemporânea do entrevistado; a resistência à idéia da exploração de petróleo em águas profundas; a questão dos contratos de risco, subordinados à diretoria do entrevistado: a tentativa de trazer os contratos para a bacia de Campos e o papel de Hélio Beltrão no caso da Chevron; o discurso de posse de Wagner Freire, sucessor do entrevistado; os atributos de um bom gerente; os resultados da Petrobrás na área de exploração a partir da Nova República; a passagem pelo Cenpes antes da aposentadoria; o apoio de Antônio de Almeida Neves à permanência do entrevistado na diretoria; contra a política do governo de cortes nos investimentos da Petrobrás; a necessidade de uma vigilância constante sobre as práticas administrativas da empresa na atualidade..... 198

1ª Entrevista: 26.05.1988

M.Q. - Dr. Carlos, gostaríamos de começar nossa entrevista falando um pouco da sua formação e um pouco de sua família. Onde o senhor nasceu, quem eram os seus pais e como foi a sua escolha profissional?

C.C. - Nasci no município de Barbacena, que hoje pertence ao município de Antônio Carlos, uma vez que a antiga localidade chamada Estação de Sítio da Central do Brasil se emancipou e passou a ser um município independente. Nasci, portanto, numa propriedade rural. Meu pai era um pequeno lavrador, criador de animais domésticos em geral e de um pouco de gado, minha mãe é professora rural. Ela inaugurou, lembro-me bem, uma escola primária, que foi feita e construída no governo do presidente Antônio Carlos - naquele tempo os governadores de estado tinham o título de presidente -, na localidade chamada Fagundes, a duas léguas e meia de onde morávamos.

Por volta de 1936, fui para Sítio, hoje Antônio Carlos, e entrei no grupo escolar que hoje se chama Grupo Escolar Adelaide Andrada - fui para o grupo escolar já no segundo ou terceiro ano, se não me engano, minha mãe já havia me alfabetizado. Fiz o grupo escolar em Antônio Carlos e o ginásio em Barbacena, que naquela época ficava onde hoje é a Escola de Cadetes da Aeronáutica - antigamente era o Ginásio Mineiro de Barbacena. Existiam dois Ginásios mineiros: o de Belo Horizonte e o de Barbacena. Em 1946 deixei Barbacena e fui para Ouro Preto, onde fiz o terceiro ano científico. Em 47 entrei para a Escola de Engenharia de Ouro Preto, pela qual me formei em 20 de dezembro de 1952.

No dia 20 de fevereiro de 1953, entrei para o

Conselho Nacional do Petróleo. Logo em seguida, em outubro de 53, a Lei 2.004 foi aprovada mas naquela época já se sabia que existia a Petrobrás. Então fui contratado para o Conselho, mas já sabendo que futuramente iria passar para a Petrobrás. Quando a Petrobrás foi criada, alguns funcionários do Conselho não passaram para a Petrobrás e outros passaram, houve uma escolha. Mas quando entrei para o Conselho, já entrei destinado a trabalhar na Petrobrás.

M.Q. - Dr. Carlos Walter, voltando um pouquinho, porque a gente tem interesse também nessa parte de formação, como era o curso da Escola de Minas de Ouro Preto?

C.C. - A Escola de Minas sempre foi uma escola, até aquela época, pelo menos, ou até há uma década ou duas, no máximo muito eclética. Era um curso de seis anos em que se obtinha o título que permitia que se trabalhasse em engenharia civil, engenharia de minas e engenharia metalúrgica. Era uma escola de sucesso naquela época, uma escola até de certa fama. A Escola de Minas sempre foi uma escola famosa, a não ser nos dias que correm, em que nada mais no ensino vale, infelizmente. Mas era uma escola famosa e não tínhamos dificuldade em arranjar emprego naquela época, era outra característica daqueles dias. Então, com esse curso eclético, a gente podia trabalhar nessas especialidades.

Na verdade, eu me candidatei a trabalhar em Volta Redonda e passei 20 dias aguardando minha admissão, fiz exames médicos etc. Mas, como não tinha mais dinheiro para esperar e apareceu um convite para trabalhar em Petróleo, fui aqui na rua 13 de maio, 26º andar - o presidente era o dr. Plínio Cantanhede -, e me candidatei ao emprego. Pediram que eu dissesse as minhas pretensões e eu

escrevi que queria ganhar 12 mil cruzeiros - naquele tempo parece que havia a letra O, que era dos 12 mil cruzeiros . E fui ganhando 12 mil cruzeiros, sendo sete e pouco fixos e o resto diárias - diárias essas que eu não recebia, porque as diárias eram só quando estivesse fora da sede. E o meu chefe sempre passava um telegrama em qualquer cidade do Piauí que eu me encontrasse, dizendo: "Agora esta cidade é a vossa sede". [risos] Usava-se muito essa linguagem um pouco rebuscada nas comunicações oficiais - "a vossa " -, eu me lembro muito bem disso. Mas entrei para o Conselho no dia 2 de fevereiro de 1953, depois de me formar na Escola de Minas de Ouro Preto, sendo que devia ter entrado para Volta Redonda. Tanto que, quando eu estava na cidade de Riachão, no Maranhão, mais precisamente numa fazenda chamada Fazenda do Baixão, a alguns quilômetros de Riachão, recebi um telegrama - telegrama, para chegar lá, não era muito fácil - me convidando para tomar posse no cargo da Siderúrgica Nacional. Mas aí eu já estava empregado.

M.Q. - O senhor esteve na Escola de 47 a 52, exatamente no momento em que começa a mobilização em torno da campanha "d'O petróleo é nosso". Houve alguma movimentação na Escola de Minas?

C.C. - Não tomei conhecimento, e creio que não houve. Eu nunca fui participante ativo de diretório acadêmico, de centro acadêmico, dessas coisas, mas certamente teria sabido . Não houve repercussão. A repercussão "d'O petróleo é nosso" parece que foi mais aqui no Rio de Janeiro e em grandes cidades. No interior de Minas, a não ser por notícias pelos jornais, não se notou nenhuma repercussão ou

nenhuma atitude concreta da sociedade em termos da campanha "d'O petróleo é nosso".

M.Q. - E com relação à sua formação em petróleo, havia algum curso específico para isso dentro da formação eclética?

C.C. - Não. Em Ouro Preto, o curso de engenharia de minas incluía a parte de prospecção mineral. Para fazer prospecção mineral, é preciso ter certa instrução nas ciências geológicas, então na Escola de Minas havia inúmeras cadeiras relacionadas com as ciências geológicas: paleontologia, estratigrafia, mineralogia, petrografia. Quando se tirava o curso de engenharia de minas, essas cadeiras estavam incluídas, tinha que ser atendido o requisito de tirar todas essas cadeiras. Não existia curso de geologia do Brasil, tanto que o Conselho do Petróleo, e depois a Petrobrás, para treinar seu pessoal em geologia de petróleo propriamente dita, mandavam a gente para os Estados Unidos, o que aconteceu comigo em 1956. Mas naquela época havia uma característica na Escola de Minas de Ouro Preto : por ser Ouro Preto uma cidade afastada - basta dizer que só no governo Juscelino ela foi ligada a Belo Horizonte por uma estrada asfaltada, tudo se fazia por um trem moroso, que tinha uma baldeação em Miguel Burnier. Por esse afastamento, a Escola era um pouco isolada dos centros de construção civil, da indústria, mas tinha uma coisa que parece hoje ter enfraquecido muito no ensino universitário: a base sólida nas cadeiras fundamentais da engenharia. De modo que o camarada tinha um curso de cálculo, tinha um curso de geometria analítica, tinha um curso de física, e isso, por si só, bastava.

Dizia um velho professor que "engenharia é física mais bom senso". Então esses cursos eram muito rigorosos, e isso é muito importante. Porque as pessoas se prepararam para a vida em termos de poder compreender, de poder alcançar as implicações de várias coisas que não estão diretamente ligadas à sua profissão. Por exemplo: eu, apesar de ter-me especializado mais tarde em geologia de petróleo, não sou especialista, mas hoje não tenho nenhuma dificuldade de entender os assuntos de refinaria, os assuntos de engenharia para a construção das nossas jaquetas: Mesmo na parte de geologia. Porque os primeiros cursos de geólogo tiveram uma grande deficiência em termos de que se achava que geologia era uma coisa de memorização, descritiva, pura e simplesmente, quando a geologia envolve as ciências da Terra, biologia, física, química e matemática, a matemática básica. Então, hoje, para entender esses fenômenos todos, é preciso ter essa base - também os geólogos. E essa base me ajudou muito. A físico-química, a eletroquímica, cursos que se tiravam naquela época, me ajudaram muito a progredir e a compreender a parte geológica. Mais tarde, quando me transformei num executivo, isso me ajudou a trafegar com certa facilidade nos meios da engenharia, embora eu não tivesse a especialização. Mas, pelo menos, podia conversar à vontade com as pessoas que tinham essa especialização. Estou dizendo isso para mostrar o que foi o curso de Ouro Preto. Na minha opinião, no meu tempo, a Escola de Minas já estava acompanhando o ritmo do declínio do ensino no Brasil.

P.R. - Por quê?

C.C. - Na minha opinião, o clímax da Escola de Minas foi

na década dos 40, eu diria de 35 a 45, por aí. Já falei com vários colegas que se formaram na década de 40 e eles concordaram com isso.

P.R. - A que o senhor atribui esse declínio?

C.C. - A um contexto do país. Isso não é particular da Escola de Minas de Ouro Preto, é um contexto do país.

M.Q. - Mas exatamente no momento em que se está expandindo a capacidade industrial do país. É curioso.

C.C. - Os cursos básicos da escola de engenharia, não.

M.Q. - Não acompanharam essa evolução.

C.C. - Não acredito. Eu tenho uma filha que estudou engenharia, estava estudando na Santa Úrsula - de repente a senhora pode não estar familiarizada com esses termos matemáticos - mas ela estava no terceiro ano de engenharia e não sabia, nunca tinha ouvido falar na série de Taylor. Aí fizemos força e ela foi para a UERJ. Não acho que um sujeito, para ser um bom engenheiro, tenha que saber na ponta da língua esses conceitos fundamentais. Mas tem que ter uma formação básica, principalmente para o desenvolvimento tecnológico num centro de pesquisa, por exemplo. Como é que se explica o sujeito que é um geofísico de petróleo e não sabe bem matemática? Nós podemos contestar. Isso que estou dizendo pode ser contestado. Mas posso pegar uma porção desses universitários que se formaram, ou que passaram nos cursos de cálculo, e fazer-lhes umas perguntas elementares, que vamos ter surpresas graves.

P.R. - Na sua época existia algum professor que teve destaque na vida profissional? Por exemplo, o Fleury da Rocha era professor na sua época?

C.C. - Dr. Fleury foi meu diretor. Dr. Fleury é um dos homens que, na minha opinião, existem poucos hoje. E estão ficando cada vez mais raros. Era dessas figuras ecléticas. Foi um grande propulsor da indústria do carvão no Brasil. Eu, como colecionador de livros antigos, tenho os relatórios dele de 1922 na França estudando o carvão. Dr. Fleury era professor de pontes e grandes estruturas em Ouro Preto. E uma perfeição de professor. Então é uma figura notável, o dr. Fleury. Ouro Preto, de uma maneira geral, o senhor pode notar... Ouro Preto já teve ministros de estado. Já teve Francisco Sá - já ouviu falar de Francisco Sá?

P.R. - Já.

C.C. - Tem uma cidadezinha lá em Minas. O Israel Pinheiro, ex-aluno de Ouro Preto; o Euvaldo Lodi, homem da indústria. O senhor cita inúmeros, inúmeros homens públicos que foram formados na Escola de Minas de Ouro Preto. Hoje não se encontra mais esse povo. Não sei se isso é dos dias que correm, o que estará acontecendo... não sei. Talvez se possa fazer um estudo sociológico, ou das ciências humanas, ou de qualquer outro tipo.

M.Q. - Será que a engenharia se proletarizou?

C.C. - Ou então foi a engenharia toda que mudou. Algumas das figuras mais notáveis das ciências geológicas do Brasil foram formadas em Ouro Preto: Gonzaga de Campos, Eusébio de Oliveira, o próprio Glycon de Paiva, que é um sujeito muito falado aí - ainda é vivo?

M.Q. - É, sim. Nós fomos vê-lo.

C.C. - Ele hoje já tem mais de 60 anos de formado. Tem uns

63, 64 anos de formado, formou-se em 1925.

M.Q. - Tem uma vitalidade até hoje.

C.C. - Para o senhor ver que esses homens... Hoje eu não sei o que está acontecendo.

M.Q. - O senhor conheceu o dr. Glycon de Paiva?

C.C. - Conheço. Dr. Glycon, eu estava em Belém trabalhando na Petrobrás, quando ele me ofereceu emprego para trabalhar na Bolívia como geólogo. Mas quando ele me disse que eu pedisse uma licença, porque se furasse um poço e não desse óleo eu estaria sem emprego, eu agradeci e voltei para Belém. Agora, estes são pontos um pouco polêmicos que eu não gostaria de discutir, mas o senhor pode observar que essas figuras notáveis, pelo menos na Escola de Minas de Ouro Preto, não existem mais na função pública brasileira.

M.Q. - O senhor havia dito que entrou para o Conselho Nacional do Petróleo em fevereiro de 53 com o dr. Plínio Cantanhede na presidência. Como foi esse processo de admissão?

C.C. - Muito simples. Eu estava aqui no Rio, como disse, aguardando o emprego de Volta Redonda, e um concunhado meu, que ia casar com a minha cunhada, falou comigo: "Tem um emprego aí no Conselho". E eu tinha emprego no carvão, tinha emprego na Du Pont, aquele tempo não faltava emprego.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. - Nós estávamos falando sobre sua entrada no CNP, que o senhor entrou através de um concunhado.

C.C. - O concunhado chegou e fomos lá. Eu, o meu concunha-

do e um que se apresentou recentemente, outro colega da turma de Ouro Preto. Chegamos os três. E havia três vagas: uma no Paraná, naturalmente foi o meu concunhado que descobriu, porque era Sul do país, todo mundo queria ir, e as duas outras eram Bahia e Maranhão.

M.Q. - Como era o nome desse seu concunhado?

C.C. - Dirceu César Leite. Mora na Bahia, já é aposentado. Então ficamos de ir para a Bahia. Mas meu colega preferiu a Bahia, naturalmente, eu abri mão para ele. Porque ele disse que se não fosse para a Bahia, não iria nem se empregar, só queria ir para a Bahia. Eu falei: "Pode deixar que eu vou para o Maranhão".

M.Q. - Como era o nome desse seu colega? Porque eram as turmas iniciais.

C.C. - É. Essa história, ele não gosta que se conte, ele desmente. Mas isso é verdade. Colega da Petrobrás, aposentou-se agora. Então fui para o Maranhão, mas passei um mês na Bahia. O chefe era o dr. Pedro de Moura, outra figura legendária do petróleo. É homem que em 1925 já tinha o seu acampamento na margem do Tapajós iluminado com gás de petróleo, - muito pouco, naturalmente, mas gás de petróleo, em 1925. Subiu naqueles anos o Oiapoque atrás de ouro, subiu o Gurupi atrás de ouro, e em 36 estava fazendo geologia no Acre. Chegou a levar como assistente - não sei se a função era de assistente - mas levou certamente João Neiva de Figueiredo - se você perguntar a ele essa história da viagem no Juruá com Pedro de Moura ele vai lhe contar. Então o chefe na Bahia era o dr. Pedro de Moura. Eu me lembro bem que tinha um sujeito chamado Salomão Kijner - já morreu, o nome é meio complicado, um nome judeu meio com

plicado -, e o Salomão falou com o dr. Pedro de Moura. :
"Dr. Pedro de Moura, quero levar o Carlos Walter ao Mara-
nhão até a sonda onde ele tem que ir. "Mas ele estava que-
rendo dar um passeio. Então o dr. Pedro de Moura falou:
"Muito bem, Salomão. você tira férias e vai com o Carlos
Walter". [risos] Aí a conversa mudou.

Naquele tempo eram os tempos que se saía do Rio
de Janeiro num avião DC-3, Canavieiras, não sei mais por
onde, ficava-se em Salvador hospedado no hotel Chile - por
que o outro hotel era para gente melhor e o hotel Bahia es-
tava sendo construído, ainda não existia -, depois a gente
pegava um avião na Bahia, ia pela costa, e dormia em Forta-
leza. Dr. Pedro de Moura tinha dois hotéis; aí ele fez uma
grande concessão e mandou que eu me hospedasse no melhor -
não me lembro mais o nome dos hotéis. De lá a gente pegava
um avião, um DC-3, parava em Teresina, Brejo, Floriano, e
descia em Balsas. Em Balsas a gente descia na pensão da Ia-
iá. Não tinha cama - aliás, tinha um catre, que o dr. Fran-
klin de Andrade Gomes, que foi outra figura legendária da
Petrobrás, deixou lá. Dormíamos ali e no outro dia subía-
mos na carroceria de um KB-6, internacional KB-6, e viajá-
vamos uns 90 km para chegar no poço - não tínhamos direi-
to de viajar na boléia, porque na boléia viajava o enge-
nheiro da sonda; o estagiário que tratasse de ir em cima
da carga.

M.Q. - O senhor entrou como engenheiro estagiário; aliás,
como assistente?

C.C. - Entrei como geólogo, não me lembro mais, mas estagi-
ário, certamente. Estive na Bahia durante um mês aprenden-
do a descrever testemunhos de rocha, aprendendo algumas

coisas, e da Bahia viajei para o Maranhão.

M.Q. - Lá na Bahia o senhor trabalhou com quem?

C.C. - Na Bahia, eu fui, fiquei um mês e esse Salomão Kijner era o meu orientador. Então fui para o Maranhão, para esse poço. Mas aquele tempo também no poço havia uma pescaria - passava-se às vezes três, quatro pescando. De repente apareceu lá o professor Kegel, do DNPM, alemão, também uma figura. Wilhelm Kegel - Guilherme Kegel, em alemão é Wilhelm. E esse camarada apareceu lá pelo DNPM com o meu colega de turma João Batista de Vasconcelos Dias, que foi diretor da CPRM. Apareceu lá para descrever as rochas do poço. Ele gostou muito de mim e me convidou para ir com ele aprender geologia no Piauí, na faixa de afloramento das rochas paleozóicas. Como o poço estava parado, eu fui. E foi uma das grandes coisas que houve na minha vida. Depois de pedir a devida licença ao dr. Pedro de Moura, fui e passei talvez uns dois meses acompanhando o professor Kegel até que retomasse a perfuração do poço. Foi um período muito bom para a minha vida profissional. O velho alemão era uma beleza de sujeito! Tinha uma competência formidável! Modesto, um sujeito que a gente fica triste por ele ter morrido - aliás, depois eu fiquei sabendo que ele era casado com a irmã do Odilo Costa Filho, que era um poeta maranhense. Nessa época, ficávamos parte do tempo num acampamento do DNPM em Teresina. Em Teresina, estavam colegas meus que já morreram: Wilson de Pádua Paula, que também estudou em Ouro Preto, e o Barbosa Mamede. Depois desse poço fui trabalhar em geologia de campo.

M.Q. - Eu anotei, através de relatórios do CNP, que o senhor foi trabalhar, e parece que o seu chefe era Richard

Blankennagel.

C.C. - Vou chegar lá.

M.Q. - Isso foi depois?

C.C. - Esse Blankennagel chegou lá na sonda uma vez para ver se eu estava fazendo o meu serviço certo. São coisas interessantes, sempre houve rivalidade entre engenheiro de sondagem e geólogo. Não é uma rivalidade de nenhum ódio, ou nenhuma coisa, mas o engenheiro de perfuração gosta de fazer uma gozação com o geólogo, de dizer que o petróleo está onde a broca se encontra. [risos] Então cheguei na sonda, estagiário, inexperiente. O meu amigo Alceu das Chagas Carvalho, que se aposentou recentemente, com 40 anos de serviço público - até outro dia encontrei-o num restaurante -, ficava me gozando. Outro dia apareceu lá uma outra figura formada em Ouro Preto, dr. Lindonor Mota. E dr. Lindonor Mota me deu um apoio: "O senhor está enganado com esse moço. Esse moço tem muito valor e está fazendo um bom serviço aqui" - dr. Lindonor Mota era meu colega de Ouro Preto, formado também em Ouro Preto. Mas fora disso o Blankennagel foi. A supervisão do Conselho aparecia lá na sonda. Clyde Deal, que era um outro assessor do Conselho, ia lá verificar os trabalhos.

M.Q. - E eram todos estrangeiros?

C.C. - Eram estrangeiros contratados pelo Conselho Nacional do Petróleo para assessoria técnica. Mas, algum tempo depois, o Blankennagel foi fazer o mapeamento da borda leste da bacia do Maranhão, que hoje muitos chamam bacia do Parnaíba, e eu fui como assistente. Depois vieram dois alemães contratados pelo dr. Pedro de Moura - dr. Pedro de Moura foi à Alemanha e trouxe alemães: o Erich Malzahn e o Guntram Kremer - essas

duas figuras estiveram lá. O Malzahn era um sujeito tipicamente nazista, e o outro era novinho, formado no pós-guerra, naqueles cursos que deram no pós-guerra. Ele contava, não sei se é verdade, que tinha sido oficial de um submarino que já havia parado antes nas costas do Maranhão para comprar víveres - contava essas histórias. Ele se casou com uma norueguesa que ficou nossa amiga, a d. Astrid Kremer, e essa moça ficou em inimizade com a família porque gostou de um alemão - alemães eram indesejáveis na Noruega na época. Então eu fiquei trabalhando depois com esse Guntram Kremer. O Blankennagel saiu - não me lembro bem se ele saiu - e eu fiquei trabalhando com o Guntram Kremer até 1955. Posteriormente fui acompanhar outra sondagem, agora perto da cidade de Balsas, num lugar chamado Testa Branca.

M.Q. - Dr. Carlos Walter, eu queria que o senhor explicasse para nós, que somos leigos, qual é a diferença entre geologia de superfície e geologia de subsuperfície? O que faz o geólogo de poço? Como ele se relaciona com o perfurador, com a turma de perfuração? Onde começa a atribuição de um, onde terminam as atribuições dos outros? Isso, para mim, não ficou muito claro, eu gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito.

C.C. - Imagine a superfície, a rocha, os afloramentos. Então a geologia de superfície... O mapeamento que fazíamos na época... Hoje essas coisas estão evoluídas, hoje usa-se a imagem de satélites, a imagem de radar, hoje as coisas são um pouco diferentes. Mas naquela época o sujeito saía para o campo, como era o meu caso, porque existia também o detalhe, mas o meu caso era reconhecimento, num jipe puxando um reboque, que a turma do Piauí chamava o filhote do jipe. Saía fazendo um mapeamento

expedito, com bússola...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.Q. - O senhor estava falando sobre o trabalho de geólogo de campo.

C.C. - O que eu fazia, na época, era o mapeamento de reconhecimento, em que se usam os métodos expeditos de mapeamento. O que vai perseguir basicamente? As grandes características geológicas da região, a coluna de rochas sedimentares, porque as rochas sedimentares, numa simplificação, elas se depositam na verdade sob a forma de uma pilha de rochas, sucessão de rochas. Essa pilha de rochas pode estar alterada, deformada. Então cabe ao geólogo numa primeira aproximação: reproduzir essa coluna de rochas na posição em que ela foi depositada; examinar sua distribuição geográfica no terreno, suas faixas de afloramento; e destrinchar, vamos dizer assim, a estrutura, verificando quais foram as deformações sofridas por essas rochas e as estruturas que foram formadas.

Feito isso, há um julgamento se a área interessa para petróleo ou não interessa - um julgamento sobre as possibilidades petrolíferas. Bom, aí tem-se a decisão de se fazer um levantamento de detalhe ou semidetalhe, em que as coisas agora serão estudadas com outros instrumentos. Naquela época usava-se o que se chamava halidade, plane table do americano. É um método expedito também, um método geológico de mapeamento, em que você tem uma halidade pare

cendo um teodolito, mas é uma halidade em que você já desenha o seu mapa à medida que trabalha. Essa halidade fica sobre uma mesa, por isso se chama plane table, mesa plana. Mas todos esses métodos vão se... Aqueles métodos de reconhecimento... Agora você vai ao maior detalhe, vai medir as seções com maior detalhe, descrever aquilo com maior detalhe. Nesses anos todos houve a maior evolução nesse tipo de trabalho. Primeiro, porque esses mapeamentos de reconhecimento não existem mais, o que tinha que ser feito já foi feito. E segundo, hoje, com a compreensão dos ambientes geológicos, dos sistemas deposicionais, o geólogo vai para o campo e, já no fim do seu trabalho, faz uma reconstituição dos ambientes deposicionais - onde essas rochas foram depositadas, como elas foram depositadas, quais foram os fatores que atuaram sobre elas.

M.Q. - Então essa tarefa do geólogo de campo que vai fazer esse trabalho preliminar desapareceu?

C.C. - Não, hoje esse trabalho já foi feito.

M.Q. - O geólogo agora só fica mais nessa parte de poço...

C.C. - Não. É que também o trabalho de detalhe já foi feito, até a escala de um para 25 mil, pelo menos, nas bacias cretáceas, vamos dizer assim, nas bacias menores. Nas bacias paleozóicas não foi feito nessa escala, mas também não há necessidade, devido às suas características peculiares, a não ser numa ou noutra área particular. Esse é o trabalho do geólogo de campo: fazer um mapa geológico. Você já viu um mapa geológico?

M.Q. - Vi uma vez.

C.C. - Eu vou lhe mostrar um mapa geológico. Agora, já no

trabalho de subsuperfície, você vai acompanhar a perfuração de um poço em primeiro lugar, descrever todas as rochas que saem de um poço, sejam elas sob a forma de testemunhos, que se tiram com ferramentas especiais, ou sejam sob a forma de pequenos pedaços, que se chamam em inglês cuttings, e aqui nós chamamos amostras de calha. Feita essa descrição, procura-se reconstituir a coluna de rochas a travessada. Isso é o trabalho no poço. E o geólogo de poço tem que detectar com grande ênfase todas as indicações de hidrocarbonetos, seja o gás ou óleo, que durante a perfuração foram registradas, registrar todas essas ocorrências. E, em ocasiões especiais, suspender a perfuração e mandar fazer testes, que se chamam testes de formação, para comprovar a presença de óleo ou gás. No fim do poço, ou durante certas fases do poço, são tirados perfis especiais, e esses perfis também denunciam as zonas que podem conter petróleo ou gás. Cabe ao geólogo acompanhar esse trabalho até os testes finais do poço. Esse é o trabalho do geólogo de poço, que no inglês chama-se wellsite geologist - é o geólogo que fica no poço.

Na cidade, de posse desses perfis elétricos, dessa descrição de rocha, das análises complementares de laboratório, sejam elas da rocha em si, petrográficas, ou sejam paleontológicas, para ver a vida fóssil que existiu naquela [inaudível] de sedimentação - a vida que existiu, portanto, os fósseis que lá existem hoje - ele vai descrever tudo isso e fazer interpretação da evolução geológica da área. Esses dados todos são reunidos num trabalho que se chama mapeamento de subsuperfície. Esses são os geólogos de subsuperfície. E esse trabalho pode ser de

interpretação regional e pode chegar ao detalhe, à minúcia de um campo particular de petróleo, onde, além, desses estudos, estuda-se agora a rocha na sua maior intimidade, principalmente tanto a rocha que é capaz de gerar petróleo, como a rocha que acumula petróleo. A que acumula petróleo, eu quero saber de toda a sua intimidade interna, para saber as características de seu espaço poroso. A rocha pode ser porosa, mas não pode ter intercomunicação entre os poros, então não ter grande permeabilidade. Tudo isso conjuntamente, com grande sinergia com um engenheiro de reservatório, uma figura da área de produção. Esses dois, geólogo e engenheiro, vão procurar desenvolver esse campo de tal maneira que a recuperação de petróleo ou gás seja a máxima possível. Esse já é um trabalho de detalhe. Então a rocha vai ser estudada nas suas maiores minúcias, para se identificar as suas características, por exemplo, de geração: se ela gerou petróleo, que petróleo ela gerou. Eu vou ver o petróleo que estou produzindo e vou comparar com esse para saber se esse petróleo veio daqui ou não veio, de onde veio, como veio e como foi o caminho de migração, desde o ponto em que ele foi gerado, até o ponto em que ele se acumulou. Tudo isso hoje é reconstituído com grande perfeição, eu diria. É claro que depende das informações existentes. Mas o geólogo hoje é capaz de reconstituir tudo isso, o que é de grande valia na exploração de petróleo numa bacia sedimentar.

M.Q. - E os métodos geofísicos? Porque há esse, que parece que é feito com as perfurações...

C.C. - A geofísica é mais um método essencial na exploração do petróleo. Existem os métodos mais utilizados na fase de reconhecimento, como seja a gravimetria, a aeromagne

tometria etc. E existe o método principal, que eu diria, de exploração geofísica para petróleo, que é a sismografia, o método sísmico. Esse método sísmico é um verdadeiro retrato das rochas - depois eu mostro uma seção sísmica para você ver o que é - um verdadeiro retrato da coluna de rochas, e isso é essencial.

M.Q. - Mas naquela época era bem precário, não?

C.C. - Você vê, ainda está cedo para dizer isso, mas vou dizer: o petróleo na Amazônia não foi descoberto antes porque não existia resolução do método sísmico satisfatória. Isso eu digo com toda confiança. Aliás, o Link diz isso no seu relatório. Os grandes progressos da geofísica que houve nos últimos anos são fundamentais para a descoberta de petróleo. Fundamentais. No tempo em que começamos a explorar o petróleo na plataforma, eram muito precários os trabalhos de geofísica. Coisa que hoje nem se fala mais, naquele tempo não existia. Por exemplo: grande parte dos trabalhos era feito com dinamite, e a reverberação no fundo do mar fazia com que os registros ficassem péssimos; uma onda que você mandava, refletia no fundo do mar e vinha com muita energia, retornava e embaralhava, baratinava os seus registros - só para dar um exemplo do que acontecia. Quem podia dizer isso mais naturalmente era um geofísico, um especialista, porque não sou especialista em sísmica.

Mas tudo evoluiu de uma maneira extraordinária, a ponto de, hoje, num campo como esse campo de Marlim, a gente poder fazer uma previsão e dizer: "Vou achar um reservatório de petróleo aqui com tantos metros". E erro com 5%, desde que os dados naquela região sejam favoráveis -

não é sempre que isto acontece. No campo de Namorado, eu me lembro bem, nós furamos um poço e erramos. Mas vimos no registro sísmico o erro e tratamos de corrigi-lo. Desviamos o poço e pegamos oito metros de arenito com óleo, tamnha a certeza. Se os dados forem bons e os profissionais competentes, tamanha é a certeza que se pode ter na interpretação geofísica. Então isso foi fundamental. Muita gente diz que a Petrobrás e tal... porque não faz uma análise isenta para verificar que, se o petróleo não foi descoberto antes em certas regiões do Brasil, é porque não existiam métodos adequados. E em certas regiões - estou me referindo às chamadas grandes bacias paleozóicas. Talvez não tenha sido descoberto ainda no Paraná, porque ainda não se resolveu inteiramente a resolução sísmica para a bacia do Paraná.

P.R. - Quer dizer que na área sedimentar da Amazônia, que é quase toda ela, há possibilidade de ter jazidas de petró-
leo?

C.C. - Já tem. No Juruá já tem jazida de gás, e agora no rio Urucu, perto da cidade de Teffé, estão descobrindo, já vão começar a produção.

M.Q. - O senhor acha que é bastante promissora esta área, a ponto de justificar, por exemplo, a expansão da Refinaria de Manaus, que é pequenininha, e de outras?

C.C. - Eu não posso afirmar, primeiro porque não estou informado em detalhes. Mas pelo que ouço dos colegas que estão na Petrobrás, certamente vai ter uma influência muito grande e provavelmente vai contribuir significativamente, se não contribuir inteiramente, para o abastecimento do chamado norte ocidental da Amazônia, ou Amazônia ocidental,

como se diz usualmente. Amazônia ocidental e até oriental. Esses campos parecem ser campos grandes. Agora, são campos que têm grande quantidades de gás. Então uma coisa que vai ter que ser feita é se usar este gás, o que espero que não se faça como se faz no Brasil. Embora a Petrobrás seja muito criteriosa nessas coisas, há pressão por outros motivos ... Eu já fico assombrado num país como o nosso, em que podem haver pressões para produzir esse óleo sem um aproveitamento adequado do gás. Isso não deve acontecer. E estou certo que, se depender da Petrobrás, não acontecerá. Mas no nosso país, às vezes, coisas que não são para acontecer, acontecem. Isso me preocupa. Nós não temos direito de usar mal esses recursos, porque as gerações futuras vão ficar prejudicadas.

M.Q. - Eu gostaria que o senhor falasse um pouco da estrutura do CNP, a estrutura organizacional. Como o CNP chegava no campo? Porque o senhor estava lá isolado. Como funcionava esse contato entre as diversas sedes regionais, a sede central e vocês que estavam no campo?

C.C. - Primeiro que naquela época a medida do tempo era numa escala diferente. As coisas que hoje passam em horas, minutos, passavam em semanas. As comunicações eram difíceis. Nossa maior via de comunicação era um rádio, que às vezes o sujeito lá em São Luiz escutava por fora de tanto que o outro gritava: "alô PPA-21, alô PPA-21!" [risos]

E o telegrama era Western, que era o mais confiável. O dr. Pedro de Moura, que era o engenheiro representante do Conselho na Bahia, era quem dava as ordens para o nosso trabalho no Maranhão. E no Maranhão havia um preposto da Bahia. O chefe local, quando cheguei, era o dr. Waldemar de Albuquerque Assis, que está aqui no Rio hoje aposentado. Nós trabalhávamos lá

e recebíamos nosso salário direitinho. Quando vínhamos à sede levávamos os programas de trabalho que eram estabelecidos, ou os supervisores nos davam quando iam nos visitar. O trabalho de campo era um trabalho penoso. Era um trabalho que, se contarmos hoje aqui, a turma do asfalto pode pensar que a gente está com bobagem. Mas saíamos com o jipe e ficávamos três, quatro semanas - no Amazonas ficávamos mais, às vezes três quatro meses... Porque saíamos para viajar, entrar, fazer o reconhecimento geológico num rio daqueles num barquinho, viajando rio acima, descrevendo rocha. E sujeitos à malária, a todos os imprevistos, a naufrágio. Eu mesmo tenho um colega que o barco dele virou, ele caiu, perdeu a máquina de fotografia, perdeu tudo. E mesmo problemas de saúde. Tenho histórias, que não cabe contar, de ficar doente...

M.Q. - Mas pode contar das condições de trabalho.

C.C. - ...ter que tomar remédio de repente, coisas até ridículas, mas que ilustram bem. Eu até me considero um sujeito de sorte. Ainda ontem eu dizia que eu trabalhava na Bahia, no sertão da Bahia, e quando ia a Salvador, levava um vidrinho com 20 barbeiros. O médico falava: "Rapaz, desses 20 geralmente uns dois estão afetados. Você tem muita sorte". Algumas pessoas pegaram, eu não peguei. Não peguei ameba, nunca tive malária. Eu lembro de uma ocasião em que estava fazendo reconhecimento no Piauí, nosso jipe foi passar um rio e ficou lá; a máquina morreu dentro do rio, e o rio estava subindo. E esse Kramer, é interessante, era maçon, e o dr. Augusto Paranaguá, da cidade de Paranaguá, do Sul do país, também era. E eles se entenderam lá rapidamente. Não sei se foi por causa da maçonaria, mas provavelmente foi, porque eles se ajudam rapidamente apareceram uns 50

caboclos, pegaram o nosso jipe como se pega uma criança no colo e o tiraram de dentro d'água. Mas ficamos uma semana com chofer limpando, abrindo o motor, tirando toda aquela água que entrou na caixa de marcha. E na casa do caboclo havia uma comida... Coitado do caboclo, tão bom, tão amável, mas eu não conseguia comer aquela comida. Então descobri um goiabal, e o meu negócio passou a ser comer goiaba. [risos] Mas há muita história. Naturalmente depois vocês tiram, porque isso não é história que se conte. Mas era uma coisa interessante. Depois pegamos esse jipe e, quando vamos entrando na cidadezinha mais próxima, a umas 20 léguas dali, ficou água dentro da caixa de marcha e engripou tudo. Aí acabamos chegando a pé na cidade e me pusem em cima de um caminhão outra vez, comendo aquele velho queijinho de cabra em cima do caminhão. Vou para Floriano, buscar peça, buscar mecânico para consertar o jipe. Aí era mais um dia e meio de viagem - olhando mapa onde é que é Bom Jesus do Gurgueia, no Piauí, você pode ver. Isso era a vida do reconhecimento geológico. No acampamento com o professor Kegel - o velhinho acampava no mato -, era muito comum você de noite ouvir esturro de onça e de manhã ver aquelas patas de onça. Eu tinha um chofer chamado Ireneo, um crioulo, a quem eu dizia: "Se você cair daí, você morre de qualquer jeito". Porque ele ia armar a rede lá em cima nos galhos. E fiquei impressionado uma vez, porque vi gente, parece que do zoológico de Pernambuco, que foi lá, pôs aquelas armadilhas e pegou a onça. Vi algumas dentro da jaula, principalmente a onça preta, em que a pintá é disfarçada - havia um nome especial para esse tipo de onça. É um bicho bravo, aquele bicho não é de brincadeira. Mas não ataca assim facilmente.

P.R. - As serpentes são piores.

C.C. - É. Mas esses acontecimentos de geologia de campo na aquela época... O sujeito saía para um interior daqueles e não tinha... Passava numa farmácia e...

M.Q. - Não tinha recursos para se tratar.

C.C. - Eu me lembro que uma vez eu estava com vermes - estava com vermes que você via nãz fezes a olho nu - e toda noite eu tinha uma febrezinha de 38º C. Aí passei em Pastos Bons, no Maranhão, e o doutor me deu um remédio, que era 12 Panverminas. Tomei 12 Panverminas. Mas eu estava numa pensão, já num outro lugar - agora eu me esqueço o nome do lugar do Maranhão central, e na fossa a gente via aqueles vermes, assim, um negócio imundíssimo. Eu tive que esperar para acampar no mato, onde é mais limpo, para tomar as minhas Panverminas. De manhã cedo chamei Otávio, meu cozinheiro, que fumava um cigarro de palha dessa grossura: "Otávio, prepare aí". O Otávio preparou, eu tomei aquilo, fiquei uns dias acampado ali. Nunca mais vi esses vermes. [risos] Mas a gente era moço. Eu fui com 25, 26 anos.

M.Q. - O senhor era solteiro naquela época.

C.C. - Era. Depois eu me casei e fui com a minha mulher para Floriano, no Piauí, morar lá. O banho era de cuia. Já ouviu falar em banho de cuia?

M.Q. - Já.

C.C. - Trazia água na ancoretá, o jeguezinho com duas pipas d'água do lado.

P.R. - Nessa fase operacional do Conselho Nacional do Petróleo, antes da criação da Petrobrás, como eram feitas as

aquisições dos equipamentos? Eram todos importados?

C.C. - Tudo importado. Inclusive o jipe. O senhor vê esses jipes 52, 51 que ainda há por aí às vezes?

P.R. - Sei.

C.C. - Eram daí. Exatamente o meu jipe de trabalho era do ano 52. Depois foi comprado outros, importados.

P.R. - Nessa fase operacional do Conselho, o senhor pegou três anos.

C.C. - Não, peguei um ano só. Porque quando foi em 54, que eu já estava na Petrobrás, em Testa Branca, apareceu lá o dr. Afonso Cesário Alvim, figura também lendária do petróleo, que estava cuidando da passagem dos bens do Conselho para a Petrobrás. Porque a Petrobrás, na realidade, começou a funcionar oficialmente em 10 de maio de 1954. Os bens foram transferidos do Conselho oficialmente no final de maio, mas passaram efetivamente em agosto.

P.R. - A Petrobrás, nessa época, incorporou as duas refinarias, a de Cubatão e a de Mataripe, o oleoduto São Paulo-Santos e a frota, a Fronape.

M.Q. - E mais essa parte toda de exploração e pesquisa.

P.R. - Sim, claro. No tempo do Conselho, qual era a produção nacional de petróleo?

C.C. - Tenho que olhar nos registros, mas acho que era coisa diminuta. A Refinaria de Mataripe começou com 2.500 barris.

M.Q. - Dr. Carlos, quantas pessoas compunham essas equipes de campo a que o senhor se referiu?

C.C. - Essa equipe que ia para o campo era eu, como assis

tente, o geólogo chefe - o alemão ou então o Blankennagel -, o chofer e o cozinheiro.

M.Q. - E eram essas pessoas que seguiam aí pelo mundo afora.

C.C. - Eu não soube aproveitar essas coisas. Sob o ponto de vista econômico, sempre fui um fracasso. Se eu tivesse comprado as terras que me ofereceram a preço de banana no vale do rio Gurguéia, no Piauí, hoje eu estaria muito bem. Porque o desenvolvimento que está havendo no Piauí nesse vale do Rio Gurguéia... Eu nunca tinha visto uma coisa dessas. É um rio que sai de Minas - como se chama o rio que não é permanente?

M.Q. - Temporário.

C.C. - Tem um outro nome: perene e não perene. Mas cheguei lá no rio Piauí, por exemplo, e passei dentro do rio seco. Eu nunca tinha andado num leito de rio seco, foi aquele negócio. O sujeito aqui do Sul ouve falar, mas não... É como o Amazonas. O senhor pode pensar que ele é grande do jeito que o senhor quiser, mas na hora em que chega lá ainda tem uma surpresinha. Porque ele é maior do que o senhor pensou. Coisa impressionante!

M.Q. - A bacia do Maranhão, onde o senhor trabalhava, estava subordinada à Bahia?

C.C. - À Bahia, naquela época, Bahia. Mas Belém do Pará já não era mais subordinada à Bahia. Quem comandava era o dr. Décio Oddone, não sei se ainda é vivo.

M.Q. - Não era o Salustiano Petri?

C.C. - Não. O Setembrino Petri era geólogo lá da área. Mas o chefe do escritório lá era o Décio Savério Oddone. Depois do Décio Oddone ficou lá também um colega nosso, Geraldo de

Oliveira.

P.R. - Décio Oddone é mineiro?

C.C. - Não, gaúcho.

M.Q. - O senhor poderia ordenar para a gente exatamente? Primeiro o senhor foi para a Bahia fazer estágio, depois foi para o Maranhão... Em que área o senhor disse?

C.C. - Fui trabalhar em geologia de poço.

M.Q. - Era o poço...

C.C. - VGR-1 - Vargem Grande número 1. Depois, como houve um peixe e perderam esse 1, ficou VGR-1A.

M.Q. - E encontrou-se alguma coisa lá, alguma coisa significativa?

C.C. - Depois que fiz estágio de poço, fui para o campo trabalhar com Blankennagel, Kramer, e voltei para o poço de Balsas, em Testa Branca. Lá foi interessante, deu um show, uma indicação de petróleo muito boa. E, naquela santa inocência, a gente achava que estava descoberto o petróleo. Então foi uma reportagem da Rede Globo.

M.Q. - Da Rede Globo?

C.C. - É. Eu tenho uma fotografia, minha mãe guarda essa fotografia. Eu, cheirando o testemunho, aquele cheiro gostoso, lá em Balsas, nesse lugar chamado Testa Branca, onde era o poço.

M.Q. - Sim, mas nessa época não existia Rede Globo.

C.C. - O jornal O Globo. Aí fomos fazer um teste no poço. O testador tem uma válvula que abre e o fluído sobe. Mas tem um negócio que se chama cauda, e dentro da cauda do testador deixaram um talo de buriti. Você já viu talo de buriti?

Talo de buriti é um talo de palmeira, só que é uma madeira muito macia, quase que uma cortiça. Na hora em que se abriu o teste, houve um diferencial de pressão, aquele talo de buriti subiu e cravou feito uma rolha no orifício do testador. Quando o testador tirou, estava com aquele negócio. Isso foi displicência de quem montou o equipamento. Naquele tempo todos os pushers eram americanos. Espalharam que tinha gente da Esso na cidade, gente das multinacionais, e que aquilo tinha sido feito de propósito, que queriam fazer um barulho lá. [risos] Eu lembro que o prefeito, ou qualquer autoridade, foi lá com um terninho branco, fez questão de passar óleo no terninho branco...

[FINAL DA FITA 1-B]

2ª Entrevista: 01.06.1988

M.Q. - Dr. Carlos, na última sessão nós falamos a respeito das condições de trabalho no Maranhão. Eu queria perguntar se o senhor teve contato com o trabalho da United Geophysical Company no Maranhão, que era uma firma contratada pelo CNP para fazer o trabalho de geofísica, e trabalhava também no Maranhão. O senhor entrou em contato com essa empresa?

C.C. - Eu tive bastante intimidade com o trabalho da United. E foi no Maranhão que eu conheci um americano de origem mexicana chamado Fernando Floyd, cuja amizade conservo até hoje - ele mora no Rio de Janeiro. Mas antes de começar essa segunda parte, eu queria fazer uma ressalva sobre o que falei da última vez, porque posso ter parecido muito extremado quando falei sobre a decadência do ensino. Eu que

ria fazer essa ressalva no sentido de dizer que, apesar disso tudo, essas gerações novas que estão aí, surpreendentemente, impressionantemente, têm inúmeros valores. Apesar das deficiências do ensino, do descuido do governo - e esse descuido é propalado nos jornais -, é impressionante como se observa gente talentosa nessa juventude. Eu mesmo, nos cursos que criamos na Petrobrás em Ouro Preto, na Bahia, tive ocasião de observar isso. Gente que, se tivesse maior apoio universitário, poderia talvez constituir uma liderança muito forte para o mundo científico brasileiro no caso de atividades tecno-científicas, ou mesmo para o mundo literário. Infelizmente o governo não tem dado esse apoio. Aliás, vi numa Veja uma entrevista falando sobre a "democratite" que grassa nas universidades hoje, que o reitor vai ser eleito pelos funcionários e pelos professores, e essas coisas todas que prejudicam ainda mais. Não sei se vocês viram.

M.Q. - Acompanhamos, sim. É um processo que está se dando nas diversas universidades já há algum tempo.

C.C. - Foi uma entrevista na Veja dada pelo presidente do CNPq.

M.Q. - O Pavan.

C.C. - O Pavan, sim. Muito interessante. Mas voltando ao nosso assunto, a United Geophysical Company parece que chegou ao Brasil por volta dos anos 39, 40. A United Geophysical Company e a Geophysical Service Incorporated foram as primeiras companhias geofísicas americanas que vieram para o Brasil e que prestaram muitos serviços à pesquisa do petróleo. Meu primeiro contato com os geofísicos da United se deu quando eu estava trabalhando em Balsas, no

Maranhão. Foi quando chegaram lá que entrei em contato com a equipe de geofísica que trabalhava naquela área fazendo reconhecimento na bacia paleozóica. Lembro-me muito bem do dr. Lindonor Mota, que acompanhava o geofísico Peter Zatmori - Peter Zatmori era um geofísico, parece que de origem alemã, muito circunspecto... Eu me lembro bem, eu, ainda com 24 anos, observando a chegada daqueles senhores, que no meu entendimento daquela época eram verdadeiros cientistas, para fazerem levantamentos sismográficos entre Carolina e Balsas. Depois tive novos contatos com a United em São Luís do Maranhão. O chefe do escritório da United no Maranhão era precisamente o sr. Fernando Floyd. E as minhas primeiras luzes sobre sismografia foram dadas pelo sr. Floyd, que, depois do expediente, às seis horas da tarde, tinha a paciência de nos dar um curso introdutório de geofísica nos escritórios da Petrobrás - já na Petrobrás, nessa época, na rua São João. Há pouco tempo passei na rua São João, e o prédio tinha sido derrubado.

M.Q. - Isso foi lá no Maranhão.

C.C. - Em São Luís do Maranhão. Eu encontrei as primeiras pessoas da United em Balsas, mas depois vim ter novos contatos através do sr. Fernando Floyd em São Luís do Maranhão.

M.Q. - Essas pessoas eram formadas em quê?

C.C. - Geralmente eram pessoas formadas em geofísica mesmo. Nos Estados Unidos, já naquela época, havia um curso de geofísica, enquanto no Brasil não havia nem curso de geologia. No Brasil ainda não existem cursos independentes de geofísica.

M.Q. - Como é a formação?

C.C. - Aqui a pessoa se forma em geologia em geral. Quem trabalha na Petrobrás se forma em geologia, mas por ter tendência de aprender física e matemática, passa a ser geofísico. Em geral esta é a formação. A formação básica é geologia, e depois fazem seus cursos de geofísica. Agora, os cursos de geofísica são feitos no exterior, aqui no Brasil não existem cursos de geofísica individualizados. E naquela época não existia também. A United trabalhou muito em todas aquelas bacias do Maranhão, tanto nas bacias paleozóicas, como na chamada bacia de São Luís, na região de Pinheiro, terra do Presidente Sarney, em Bequimão e muitas outras áreas da Baixada Maranhense.

M.Q. - Como essas equipes eram formadas? Quais eram as técnicas que se utilizavam na época nesses trabalhos de geofísica?

C.C. - Em geral se usavam duas técnicas, como ainda se usam hoje. Mas hoje, principalmente, a técnica de reflexão. Naquele tempo se usavam reflexão e refração. Refração ainda se usa, mas se usa principalmente reflexão. E o que houve nesses anos todos foi um grande aperfeiçoamento tecnológico, tanto na parte de instrumentação, quanto na parte de processamento. Na parte de processamento foi fantástico o progresso com a introdução dos computadores de alta velocidade. Essas máquinas permitem o manuseio de uma quantidade de dados impressionantemente grande, o que nem se podia pensar em fazer naquela época. E também na parte de impressão, na parte de apresentação dos resultados, dos perfis sismográficos, e na parte de instrumentação, porque se construíram sismógrafos muito mais aperfeiçoados, toda a instrumentação, en-

fim, cabos, geofones, tudo hoje permite uma resolução muito maior.

M.Q. - Dr. Carlos Walter, como ficavam os técnicos brasileiros? Não havia técnicos brasileiros trabalhando nessa área de geofísica?

C.C. - Existiam técnicos brasileiros, ainda existem muitos por aí aposentados, mas os técnicos, principalmente aqueles que trabalhavam no campo, tinham pouco acesso aos manuais, às instruções. Eu costumava dizer que, na Amazônia, os geofísicos brasileiros eram geofísicos de beira de barranco. Porque no rio Amazonas a equipe acomodava, e os escritórios eram em balsas, que eram rebocadas de um lado para outro. E os técnicos, geofísicos, ficavam dentro da balsa, ou entravam nas picadas, iam aos campos, mas tinham suas responsabilidades muito restritas: fazer os cálculos para preparar a cabeça do sismograma. Primeiro chegavam os filmes do campo, eles iam revelar, depois preparavam a cabeça dos sismogramas, mas não chegavam a trabalhar, ou só muito tarde iam identificar as reflexões que denunciariam a posição das camadas na superfície - naquele tempo se chamava picar os records. Este já era um trabalho nobre, para os gringos. Os brasileiros ficavam com suas atividades muito restritas. O rompimento dessa cadeia de restrições foi feito muitos anos mais tarde, e os geofísicos brasileiros começaram a freqüentar cursos no exterior, começaram a assumir posições de chefia. Essa transformação se deu mais ou menos nos últimos anos da administração Link. Embora outros técnicos do Conselho do Petróleo e da Petrobrás tivessem ido ao exterior para fazer cursos, eram sempre cursos curtos ou relativamente curtos. Do tempo do Link em diante, os cursos no exterior pas-

saram a ser mais completos e maior número de pessoas passou a ir.

M.Q. - O senhor mesmo.

C.C. - É, eu fui em 1956, meados de 56, e fiquei até meados de 58. Fiz um curso de mestrado quase completo. Porque quando eu tinha que escrever a tese - eu tinha feito tudo, menos a redação da tese -, Mr. Link disse que eu tinha que voltar para o Brasil, havia uma equipe de geologia de mapeamento de superfície na Bahia que eu tinha que assumir. E o professor W. Le Roy, que era o meu orientador... Não, ele não era o meu orientador, o meu orientador era o professor John D. Hann. Mas o professor W. Le Roy era o chefe do Departamento de Geologia na Colorado School of Mines e tornou-se meu amigo. Eu me lembro que ele pediu pessoalmente ao Link num congresso da Associação Americana de Geólogos do Petróleo em Los Angeles que eu continuasse lá para redigir a tese, e o Link disse a ele em bom inglês : "We are not interested in degrees as such. Mr. Campos should be back in Brazil in next July". E aí encerrou o papo. Isso pode parecer meio de sagradável, na ocasião me alterou, aborreceu-me um pouquinho, porque eu preferia naturalmente ter ficado para escrever a tese. Mas havia uma disciplina. A chefia entendia que precisava de mim no Brasil, e eu tinha que voltar. Alguém estava pagando minha estadia lá, e o representante desse alguém que estava pagando precisava de mim e decidiu que eu voltasse. Esse entendimento é que eu acho que não existe mais hoje. As pessoas entram para uma companhia como a Petrobrás, ou como a Eletrobrás, e passam a ser donos da companhia - não existe mais o dono -, passam a fazer coisas a seu bel-prazer. Não existe mais aquele senso de disciplina, aque

le senso de acatamento à autoridade. Isso é que me preocupa nos dias de hoje.

M.Q. - Aproveitando então a oportunidade, já que o senhor está falando do seu curso, como foi esse curso? O que o senhor estudava?

C.C. - Foi normal. A primeira coisa que aconteceu é que fui um mês antes de começarem as aulas para fazer um estágio no Wyoming, na equipe de geofísica da GSI - Geophysical Services Incorporated.

M.Q. - Eu li no seu currículo que o senhor fez uma subgraduação. É um estágio que eles faziam com o pessoal?

C.C. - Eu não sei o que isso quer dizer.

M.Q. - Está no seu currículo: subgraduação, e logo depois pós-graduação.

C.C. - Na Escola de Minas do Colorado, depois desse mês que estive no Wyoming... Foi uma sensação interessante: era a primeira vez na vida que eu passava um mês sem falar uma palavra em português.

M.Q. - O senhor já dominava o inglês?

C.C. - Mais ou menos. No Brasil, eu nunca fiz curso formal de inglês; estudei uns dias no Maranhão com uma senhora, que era secretária do sr. Fernando Floyd, e depois vim fazer um exame de suficiência no Brasil-Estados Unidos, que era na Senador Vergueiro, lembro-me bem. Tirei uma nota sofrível, mas passei, e fui para os Estados Unidos pensando que falava inglês. Então havia várias coisas interessantes, que não é o caso de contar...

M.Q. - Pode contar.

C.C. - ... do sujeito que pensa que fala inglês. Com a meni na no braço, já começou o problema, porque a menina não es tá acostumada a comer baby food, a minha menina mais velha. Então eu, na rua lá em Dallas, procurando uma leite ria pa ra poder dar mamadeira a essa menina, com aquela dificulda de normal de falar... Fui procurar me comunicar com Mr. Watson, da GSI, porque a única coisa que eu ouvia no tele fone todo dia era: "What?" O meu inglês, evidentemente, não era intelegível. Essa subgraduação era o seguinte: eu fiz todas as cadeiras - fiz 29 cadeiras de geofísica e até uma de perfuração na escola -, tirei o curso de subgraduoado, quer dizer, júnior, sênior, depois o curso de graduado, e, como disse, só ficou faltando a tese.

M.Q. - Eram cursos acompanhados? Porque o senhor falou que fez um estágio. Eram muito práticos?

C.C. - Não, o estágio que fiz foi na GSI, enquanto não come çavam as aulas.

M.Q. - Mas na universidade mesmo, eram cursos práticos?

C.C. - Havia as cadeiras práticas, em que o sujeito ia para o campo fazer treinamento. Por exemplo, no curso de mapeamen to geológico, fomos para um lugar no sul do Colorado, cha- mado White Horse, mapear uma estrutura. Neste curso eu le vei uma certa vantagem, porque já era engenheiro. Aliás, le vei uma vantagem danada. No curso de subgradação não era vantagem nenhuma, porque eu já tinha um curso de graduação no Brasil. Foi quando comecei a me tornar popular: nos le vantamentos topográficos, nosso levantamento saía bem-feito e chegava mais cedo que os outros, porque eu já sabia fa zer, já tinha feito no Brasil muitas vezes, e os colegas a- mericanos eram rapazinhos novos, não sabiam. Ninguém me co-

nhecia. Um dia cheguei na aula e o professor falou: "Aqui tem um aluno do Brasil, o sr. Campos". Ninguém se virou para ver quem era. Mas, quando mostrei que podia ajudar em alguma coisa, fiquei logo popular. E todo mundo achava graça quando eu falava com muito sotaque. Era interessante.

M.Q. - É interessante, porque eu entrevistei o dr. Yvan Barretto de Carvalho e ele falou exatamente dessa vantagem que os brasileiros traziam, cada um na sua área - ele na área de perfuração, o senhor na área de geologia -, já com uma experiência prática.

C.C. - Sim, descrever rochas no campo, fazer isso, fazer aquilo... Eu já tinha feito tudo isso.

M.Q. - Era realmente uma vantagem muito grande. Havia uma outra companhia também que o senhor não comentou, que se chama Askânia.

C.C. - Essa companhia trabalhou lá em Belém do Pará, mas eu não alcancei essa companhia.

M.Q. - Era americana também?

P.R. - Askânia ou Socony Vacoorm?

M.Q. - Askânia.

C.C. - Askânia era uma companhia alemã. Eu tive muito contato com outra companhia alemã, chama-se Prakla. Não sei se essas duas companhias estavam ligadas de alguma maneira, mas só tive contato com a Prakla.

M.Q. - A Prakla já trabalhava nessa época?

C.C. - Era uma companhia de gravimetria.

M.Q. - Já estava aqui no Brasil atuando nessa área, nesse período?

C.C. - Não me lembro bem se quando entrei para a Petrobrás já estava, mas durante a minha estadia no Norte, no Maranhão, a Prakla certamente fez levantamentos de gravimetria em toda a Amazônia. Agora, não posso precisar quando chegou aqui. Mas a Prakla esteve aqui muitos anos, fez levantamentos gravimétricos nesse país todo, e fez alguns levantamentos gravimétricos no mar, no fundo do oceano - naquele tempo ainda se descia o gravímetro lá no fundo para se fazer as leituras. A Prakla teve aqui muitos alemães, e quando a gente vai à Alemanha e entra em contato com esse pessoal eles ainda falam de nós, gostam muito do Brasil. É impressionante como falam bem! Alemão aprende a falar português com muita facilidade em geral. Então, quando o alemão é novo, rapaz ainda, aprende com tranqüilidade.

Eu tenho até aqui na gaveta cópias de pinturas que me mandou do Canadá um desses alemães que hoje vive lá, mas que esteve no Brasil muitos anos, o sr. Helmut Linzer - era um especialista em gravimetria. Quando a Prakla foi, ele ficou no Brasil trabalhando ainda como geofísico contratado. Depois brigou com o chefe e cometeu o grande engano de se aliar a um sindicato para se contrapor ao chefe. A revolução veio, e ele foi parar na cadeia. Se não fosse o consulado alemão, ele tinha passado dias piores. [risos] Era um sujeito formidável, inteligente, matemático brilhante, mas também um homem da arte. Hoje é um artista, um pintor. Não sei se ainda milita na geofísica. Políticas à parte, eu gosto de apreciar essas pessoas pelo seu valor real. As paixões momentâneas não me interessam muito.

M.Q. - Em agosto de 54 o CNP passa todo o seu acervo para

a Petrobrás, e o senhor vai ser...

C.C. - Fui com o acervo. [risos]

M.Q. - Mas já tinha sido contratado inclusive para ser...

C.C. - Já tinha sido avisado que ia haver a transferência do Conselho para a Petrobrás.

M.Q. - A estrutura administrativa se alterou logo depois?
A estrutura da região de exploração onde o senhor estava?

C.C. - Na época eu estava no Maranhão, fiquei no Maranhão até 56. Realmente nesse período eu trabalhava no campo, em Balsas, no Maranhão, e não me dava muita conta do que acontecia aqui na administração central. Lá não alterou praticamente nada: continuamos trabalhando da mesma maneira, com os mesmos métodos e as mesmas pessoas, praticamente. Não alterou nada. Depois fui para os Estados Unidos e passei dois anos. Quando voltei, já era junho de 58.

P.R. - Dr. Carlos ainda nos primeiros anos da década de 50, a prospecção de petróleo no Brasil era efetuada através do Conselho Nacional do Petróleo, que era um órgão da administração direta do governo federal, e por consequinte realizava seus trabalhos mediante dotações orçamentárias já prefixadas. Esta posição do Conselho teria de certa forma retardado o desenvolvimento da pesquisa petrolífera no Brasil, a ponto de isso justificar mais tarde a criação de uma empresa, como é o caso da Petrobrás?

C.C. Eu não diria que houve retardado. O que dificultou a pesquisa de petróleo no Brasil, na minha opinião, foi mais falta de recursos tecnológicos do que problemas administrativos. O Conselho fez muita coisa. O Conselho - eu não tenho os números, mas isso pode ser visto -, desco-

briu os maiores campos. Sem dúvida, os maiores campos de petróleo da Bahia, com exceção de um ou dois, talvez, foram descobertos pelo Conselho, que fez muito dentro das limitações que certamente tinha. Eu lembro do dr. Pedro de Moura, dizendo que, não me engano, ele tinha dois mil contos - naquele tempo se falava em contos - para gerir a Bahia, o Maranhão - acho que a jurisdição dele, a certa altura, foi até o Pará. As verbas eram muito limitadas. Mas mesmo assim foi uma obra muito grande. O que não foi feito ... Mas, veja bem: as descobertas nas bacias paleozóicas só vieram a ocorrer muito mais tarde, já nessa década em que estamos vivendo. Nas bacias cretáceas, Sergipe e Alagoas, por exemplo, não houve a descoberta de grandes campos, como o de Carmópolis e outros campos maiores, mas houve um preparo muito grande em termos de conhecimento geológico, já no tempo do Conselho. De modo que eu diria que o que realmente atrasou a descoberta de petróleo no Brasil foi a falta de recursos tecnológicos.

É verdade que, de repente, o governo brasileiro se deu conta de que precisava de um órgão mais ágil, porque o Conselho não tinha agilidade como órgão que era do governo federal, precisava criar um outro tipo de organização para explorar petróleo no Brasil, e assim o fez: criou a Petrobrás. E isso veio a tempo, acho que não causou atraso, veio no tempo certo. Tecnologia é que não existia. Como eu disse no início dessa entrevista, acho que cheguei a dizer isso, o Relatório Link já dizia que, com aquela tecnologia de geofísica e sísmica, principalmente daquela época, não se podia descobrir petróleo nas bacias paleozóicas. Isso só veio a ocorrer 12 anos depois. Para se ver o que é a tecnologia, essa descoberta agora em Marajó: o Conselho Na

cional do Petróleo começou a explorar petróleo na Amazônia por Marajó. Depois de alguns poços sem sucesso, passou a explorar petróleo nas grandes bacias paleozóicas, enfim, houve o poço lá em Nova Olinda. Quando passou do Conselho para a Petrobrás, esse poço já havia começado - se não me enganô, o resultado veio depois, mais o poço já havia começado quando da passagem. Vocês vão verificar isso nas outras entrevistas. Muito bem. Os poços perfurados nessa bacia de Marajó, revelaram uma coluna completamente desfavorável. E até antes de eu sair da Petrobrás, um pouco antes, eu quis retomar Marajó. Mas muitos técnicos me desaconselharam a fazê-lo, achando que aquilo era uma coluna de rochas completamente desfavorável, que era inútil eu voltar a Marajó. Por esse desânimo todo é que... Como uma das principais funções do contrato de risco, no meu entender, era complementar a exploração de petróleo no Brasil em termos de explorar em áreas onde ainda não tínhamos descoberto petróleo por dificuldades tecnológicas, como era o caso das bacias paleozóicas, e o caso então de Marajó, onde os técnicos julgavam que existia uma coluna completamente desfavorável. Por isso mesmo essa área foi cedida para os contratos de risco. E a Texaco resolveu pegar uma área desse tipo. Este é um caso que, futuramente, eu tenho certeza, se se concretizarem essas descobertas, se elas se transformarem mesmo em descobertas comerciais, vai ser um importante case history na história do petróleo. Porque é um caso em que se fez um modelo prévio do que se devia encontrar na bacia, modelo esse calcado no exemplo de outras bacias geneticamente idênticas, e se chegou ao petróleo via esse modelo.

M.Q. - O senhor estava falando a respeito do caso de Mara-

jó. O senhor foi diretor justamente nesse período em que a Petrobrás assinou uma série de contratos de risco em várias áreas do Brasil. Como eram feitos esses contratos?

C.C. - Seria longo descrever esse tipo de contrato. Acho que vocês podem inclusive, se tiverem interesse em se aprofundar nisso, conversar com o dr. Luís Reis, que é o homem que redigiu os contratos de risco, ou mesmo com o diretor Wagner, que foi do contrato de risco. Ou, se vocês quiserem um aposentado muito bem-informado sobre contrato de risco, com o dr. Lauro Vieira, que foi o primeiro superintendente dos contratos de risco, depois foi vice-presidente da Interbrás e agora trabalha na [inaudível], que é uma companhia prestadora de serviços da Petrobrás, naquele edifício preto, bonito que fica na esquina de Almirante Barroso com Rio Branco. Mas os contratos de risco tiveram o objetivo principal de explorar petróleo no Brasil, apontando recursos em áreas onde a Petrobrás tivesse dificuldades em obter resultados. Um exemplo muito característico disso são as bacias paleozóicas. Mas a Petrobrás acabou descobrindo óleo e gás no Juruá, e agora perto de Tefé. Na bacia de Santos, a Pecten descobriu o primeiro campo de gás. Não é um campo grande, mas foi a primeira descoberta inicial de gás, o campo de Merluza. E a Petrobrás agora está com uma descoberta que deve ser anunciada dentro em breve. Está com problemas no poço, mas esses problemas vão ser superados...

[FINAL DA FITA 2-A]

C.C. - O episódio em Marajó parece que vai ter também um final feliz. Na minha opinião, o contrato de risco não

trouxe nenhum prejuízo. Agora, a Petrobrás progrediu, descobriu a bacia de Campos, fez várias coisas importantíssimas durante a vigência do contrato de risco, e os resultados do risco foram muito modestos. Pode ser que, com a descoberta de gás, principalmente o gás, porque tenho a impressão de que vai ser mais gás do que óleo... Mas pode também ter óleo, a gente nunca sabe exatamente. Depois que analisarmos a rocha geradora, veremos quais são as possibilidades de ter óleo, e a profundidade geralmente conduz mais a gás - as grandes profundidades. Mas, de qualquer modo, este episódio de Marajó, se tiver final feliz, com grandes descobertas, será realmente a primeira grande conquista dos contratos de risco, que já estão por sinal eliminados.

O contrato de risco, de certa maneira, embora muita gente não reconheça isso, criou uma certa competição. Nós ficamos com nosso espírito aguçado no sentido de fazer primeiro aquilo que, se não fizéssemos, outros fariam. E não queríamos que outros fizessem. Não que eu fosse contra o contrato de risco visceralmente. Mas, como o responsável pela exploração no Brasil durante 20 anos, eu também não queria que outros fizessem isso na minha frente: queria chegar sempre na frente, claro. E acho que isso foi muito benéfico. A mensuração deste comportamento em termos de resultados vai ser feita no futuro. Os ânimos ainda estão muito acirrados em termos de nacionalismo, seja o que for que consideremos ser nacionalista, para fazermos um julgamento bastante preciso desses contratos de risco. A minha opinião é que eles forçaram uma situação: primeiro, atingimos e consolidamos o nível tecnológico na área de exploração ao nível internacional. Isso nós fize

mos.

P.R. - O assunto ainda é polêmico nos dias de hoje, tanto assim que a Constituinte tratou dele. Agora, o principal problema é o seguinte: na verdade, a sociedade brasileira desconhece quais são realmente as cláusulas desses contratos - quais são as obrigações da Petrobrás e quais são as obrigações das empresas que vêm para cá como participantes desse contrato. Por exemplo, o que toca a Petrobrás em cada contrato, se a Petrobrás vai comprar o óleo deles e pagar em dólar... Quer dizer, há uma série de minúcias que, evidentemente, existem em toda espécie de contrato, e que os jornais não publicam, as pessoas não sabem. Acredito que, dentro da própria Constituição, não existe um assessoramento suficiente para orientar a posição dos deputados, dos senadores, que estão discutindo o assunto. Este é realmente o problema principal dos contratos de risco: a falta de conhecimento dos seus mecanismos, da sua...

C.C. - O senhor me permite discordar um pouco?

P.R. - Pois não.

C.C. - O contrato de risco, nesse ponto que o senhor está enfocando, parece até com o relatório Link. Ele existe e pode ser lido por qualquer pessoa que for aos arquivos da Petrobrás. O contrato de trabalho celebrado, o relatório de um técnico da Petrobrás, seja ele até o Link, não é necessariamente objeto de publicação na imprensa. Mas ao Congresso Nacional mandamos; eu mesmo, pessoalmente, fiz um apanhado para orientar o Congresso - não sei se foi para o Senado - uma apreciação sobre o relatório Link, a pedido do secretário-geral da Petrobrás, dr. Aloísio Bello. Não existe nenhum mistério nisso. Os contratos de risco, o se-

nhor vai lá na Superintendência de Contratos de Exploração ... Não digo o senhor, mas as pessoas, as entidades...

P.R. - Envolvidas no assunto.

C.C. - ...envolvidas no assunto. Se forem lá já existe um panfletozinho - eu tinha aqui, mas não sei se tenho ainda - preparado especialmente para dizer quais são os elementos básicos do contrato de risco. Todas as cópias dos contratos de risco foram para o Congresso Nacional, estão arquivadas no Congresso Nacional, a Petrobrás teve que mandar cópias de todos esses contratos. Se nossos congressistas não sabem, é porque não quiseram ler, porque eles estão lá. A quem a Petrobrás deve prestação de contas? Ao governo. O governo é o dono da Petrobrás, e ele sabe de tudo. O Congresso Nacional, se não sabe, devia saber, porque tem lá todos os contratos. A imprensa sempre fala dos contratos, das cláusulas dos contratos... Agora, o que não pode haver no mundo moderno, acho que nem nos países socialistas... Porque aqui todo mundo invoca o quê? Nós temos que invocar alguém. Nos Estados Unidos, nos países do Ocidente, não é assim. Pode ser nos países socialistas, mas não tenho notícias de que seja assim. O sujeito faz um contrato, que é um instrumento particular entre duas entidades, e é obrigado a publicar aquele instrumento. Não acho isso... Agora, os donos do dinheiro, os donos das companhias, estes sabem, o governo sabe, e o Congresso Nacional sabe. Se o governo sabe, e o governo representa o povo, o povo devia saber. Agora, se isso é motivo de publicação em jornal, não sei. Porque é um instrumento reservado entre duas partes: as companhias que assinaram, de um lado, e o governo brasileiro, que é representado pela Petrobrás, de

outro. Não é um instrumento publicável.

P.R. - Ah, ele é reservado!

C.C. - O que o senhor acha? Se uma companhia particular, por exemplo, uma Texaco, uma Exxon, assina um documento com a Petrobrás, que pertence ao governo, mas é uma sociedade anônima, não vejo por que isso tem que ser publicado num jornal. Além do mais, para quê? Se o Congresso Nacional está informado, se o governo federal, que é o dono, está informadíssimo, não sei...

P.R. - Se o Congresso Nacional está informado, o documento deixa de ser reservado, porque o deputado pode usar aquilo da maneira que quiser.

C.C. - Não era para usar. Mas o Congresso pediu, ele é uma força, tem uma voz, é um poder da República, e nós tivemos que mandar: obedecemos e mandamos. Não era para publicar. De fato, o Congresso jamais publicou, nunca vi deputado nenhum publicando relatório de ninguém. Estou só citando o fato porque os senhores deputados e senadores têm esses relatórios à disposição deles. Nós achávamos, no início, que não podia haver uma divulgação impunemente, já que o contrato tem cláusula de sigilo. Eu assino um contrato com o senhor, dizendo que "as partes não poderão dar ciência ou publicar etc.", depois não fica bem eu, individualmente, publicar o contrato. O Congresso agiu muito bem: queria tomar conhecimento, é um direito que tem, mas nunca ouvi dizer que alguém tivesse ido publicar ou fizesse fac-símile et. Sempre foi mantido entre eles. Agora, em relação ao que o pessoal reclama, não vejo motivo para reclamação. Se o senhor estiver mesmo interessado nisso, eu lhe arranjo

informações sobre o contrato de risco. É como o caso da negociação do Irã*: acusaram o presidente da Petrobrás de ter feito uma negociação, de ter camuflado, não sei o quê. Aí a Petrobrás fez um panfleto explicando como foi, por que foi renegociado o contrato de Majnoon. Acho que a Petrobrás é uma companhia transparente. Não que eu queira defender, mas...

M.Q. - Uma das vantagens que o senhor apontou em relação ao contrato de risco foi a questão tecnológica, que os contratos de risco ajudaram a desenvolver a tecnologia. O senhor poderia falar a respeito dessa vantagem tecnológica? Que tipo de tecnologia é essa?

C.C. - Olhe, devo deixar bem claro minha opinião sobre isso: pode ser que eu tenha sido infeliz na minha colocação, mas eu mencionei mais o fato de que, diante do que considerávamos um concorrente que tinha uma tecnologia preparada nos quatro cantos do mundo, nós tratamos de nos apurar, trabalhar com mais cuidado, formar doutores, mestres em geofísica, em geologia, e ficar bem com o estado da arte de explorar petróleo. Agora, sinceramente, isso pode causar um escândalo, mas eu autorizo publicar: não vi grandes rasgos em termos de idéias na maioria dessas companhias que vieram. Em algumas, sim, mas na maioria não. Eu diria mesmo que talvez não passassem de três aquelas que fizeram o trabalho original, deram idéias originais, montaram um estudo de bacia muito bem-feito. A maioria procedeu da mes-

* Trata-se de negociação da Petrobrás com o Iraque, onde se localiza o campo de Majnoon.

ma maneira: fez um levantamento geofísico, marcou alguns fechamentos estruturais e furou. Eu não me lembro bem, mas há um rapaz na Petrobrás que gosta muito de colecionar e deve saber, o meu amigo Egon Meister; o professor Fisher deu uma entrevista que foi publicada num jornal - professor William Fisher, meu amigo e consultor muitos anos da Petrobrás, prestou grandes serviços à exploração da Petrobrás, foi presidente da A.P.G. e diretor do bureau econômico do estado do Texas*. O professor Fisher disse uma vez nos jornais: "Essas companhias vão demorar algum tempo para aprender a trabalhar no Brasil, vão demorar algum tempo para entender essas bacias sedimentares." E foi realmente o que aconteceu: foram necessários trabalhos, como os americanos chamavam, out standing - tempo de entendimento das bacias sedimentares. Esse da Texaco, sem dúvida, foi um deles; a Pecten também fez trabalhos muito bons, notabilizou-se aqui pelo trabalho que fez em termos de exploração de petróleo. Mas não foram muitos que assim o fizeram. Eu diria mesmo, não para plagiar o nosso ministro da Fazenda, que a maioria usou o feijão com arroz. [risos]

M.Q. - Vamos voltar para o início da Petrobrás, porque há uma coisa muito interessante: logo no início houve a contratação do geólogo Walter Link para comandar essa área de exploração de petróleo, pesquisa e tal. O senhor conheceu o Link?

C.C. - Conheci muito. E até uns dois meses antes de ele

* Trata-se na verdade, do Bureau de Recursos Minerais do Texas.

morrer, a gente ainda trocava correspondência. Quando ficou mais idoso, ele ficou muito sentimental, escrevia ... Ele nunca esqueceu o fato de que depois de ter trabalhado aqui com muito interesse para descobrir petróleo, para treinar brasileiros - eu sou testemunha disso -, foi acusado de traidor, de ter vindo aqui a serviço da Exxon. Isso tudo o magoou muito. Houve até um episódio interessante : eu estava tomando um curso em Tulsa, ele era um dos professores e começou a dizer algumas coisas, naturalmente devido à mágoa que levou de ter sido acusado de traidor, que eu me senti mal. Eu, como brasileiro, me senti mal. Não interessa se ele estava falando a verdade ou não, mas eu me senti mal e me retirei da aula. Nem por isso nossa amizade acabou, mas eu achei que não devia ouvir aquilo. Dos amigos, a gente ouve o que quer, pode brigar com os amigos . Eu achei que ele não tinha o direito de estar falando aquelas coisas ali. Não estava falando horrores, não. Mas estava falando da administração brasileira, talvez estivesse falando até de algumas mazelas da nossa administração pública que a gente sabe e reconhece que é verdade, mas a gente não se sente bem. É interessante como a gente se sente mal quando alguém fala alguma coisa de uma pessoa que a gente quer, ou de uma coisa que a gente gosta muito. Mesmo sabendo que é verdade, a gente não gosta. Eu não gostei . Mas, fora disso, acho que ele é um homem honesto, e não houve nada dessa história. É ridículo dizer que ele veio aqui para... Ele veio aqui louco para achar petróleo! Para o seu nome, seria o que os americanos chamam um accomplishment, um ponto alto no seu currículo, uma coisa semelhante ao que aconteceu com um outro grande geólogo americano, o Lewis G. Weeks, que descobriu óleo no estreito de Bass, na

Austrália. Além de ter ganho imensas quantidades de dinheiro, ainda passou seu nome para a história da exploração de petróleo - aliás, todos os dois da mesma escola da Exxon, todos dois foram eminentes geólogos da Exxon.

Eu não acredito em nada disso, isso é bobagem. Agora, o Link foi extremamente infeliz na hora de achar o petróleo. Porque o mundo, nos países desenvolvidos, é o mundo dos resultados: não há explicação para a falta de resultados. Contratei-o para achar petróleo. Achou? Não. Então... Eu, como especialista, reconheço os méritos dele em termos de ter organizado um departamento de exploração, em termos de ter treinado uma equipe, mas, para o país em si, isso foi muito pouco. O que interessa é que ele foi chamado para achar petróleo e não achou. Acabou.

M.Q. - É interessante que essa área ficou organizada na Petrobrás como um departamento, já nesse período, desde o início era Departamento de Exploração e Produção.

C.C. - Departamento de Exploração e Produção. O Link teve também suas guerras internas. Ele foi apoiado sempre pela diretoria nas pessoas do dr. João Neiva de Figueiredo e dr. Irnack Carvalho do Amaral, mas tinha opositores. Não no plano, talvez, nacional, mas no plano regional encontrou alguns opositores, como na Bahia. Então ele teve suas dificuldades.

M.Q. - Quem eram esses opositores, o senhor se lembra? Não quer citar?

C.C. - São pessoas que já morreram, não vale a pena citar. Isso não tem nenhuma importância, porque são opositores também de grande prestígio e que prestaram grandes serviços à Petrobrás. Todo mundo tem direito de ter suas opi-

niões. Mas eram divergências, por exemplo, em torno de coisas talvez até administrativas. Porque na Bahia, a administração local fazia questão que a parte de geologia, de desenvolvimento de campos, continuasse separada da exploração. E o Link não andava por aí. Eram coisas desse tipo. Mas ele foi apoiado pela diretoria em sua posição.

P.R. - O senhor está lembrado em que época, mais ou menos, ele saiu do Brasil?

C.C. - Eu não guardo datas, tenho horror a datas, não sei datas, assim, para guardar. Mas só digo uma coisa: quando o Jânio Quadros renunciou, em 25 de agosto de 1961, nós estávamos reunidos aqui no edifício junto à Marinha classificando e dando grau de prospectabilidade às bacias sedimentares brasileiras. Logo depois ele foi embora, deve ter ido embora antes de chegar 62*.

M.Q. - E nesse período se organizou o Departamento de Exploração da Petrobrás.

C.C. - É isso que dizíamos: ele organizou o departamento, deu uma organização ao departamento, mas - aí eu retomo o fio da meada -, devido a essa sua oposição, eu atribuo a esse fato, o departamento perdeu a categoria de departamento e passou a ser divisão. Quando o dr. Pedro de Moura adoeceu, teve um derrame cerebral - aliás, é um dos casos incríveis em que o sujeito se recupera de um derrame e fica perfeito outra vez... Perfeito! Impressionante! -, e

* Na verdade, Walter Link, contratado em agosto de 1954 por cinco anos, ficou na Petrobrás por extensão de seu contrato, até dezembro de 1960.

veio o Franklin Gomes, já passou a ser divisão. Criou-se o Departamento de Exploração e Produção, a chefia ficou com o dr. Haroldo Ramos da Silva, hoje também aposentado, e o Franklin Gomes ficou chefiando a divisão. Depois eu substituí o Franklin Gomes e passei a chefe da Divisão de Exploração. Esta situação permaneceu até a presidência do Shigeaki Ueki: a exploração perdeu o status porque, pensando bem, a coisa principal do Brasil, sob o ponto de vista prático, é produzir petróleo. Eu costumo dizer que, se existe um departamento com uma atividade-fim na Petrobrás, esta é produzir petróleo. Agora, para produzir petróleo, existe outra premissa fundamental: é preciso ter reserva de petróleo. As pessoas que descobrem petróleo sempre estiveram muito longe do poder na Petrobrás. Quem as trouxe para o poder foi o presidente Shigeaki Ueki, gostem dele ou não, mas foi ele. Não sei se houve coincidência, porque sou suspeito em dizer, mas foi justamente nesse período que passamos de 170 mil barris de petróleo por dia para seiscentos mil. Pode ser coincidência ou não. Não vou afirmar, porque isso envolve uma discussão mais longa. Mas, se uma das atividades fundamentais da empresa é mantida longe do poder, acho que é uma política errada. Esta situação está se revertendo agora: o presidente Ueki pôs um diretor na Braspetro, um geólogo, depois houve um vice-presidente na Braspetro, um geólogo, que hoje é diretor na Petrobrás, na Interbrás chegou a ter um geólogo, o Lauro Vieira, e ele promoveu muitos geólogos da Petrobrás, porque achava que tinha que tirar o melhor desse pessoal, precisava dar mais status a eles. Então a situação foi se revertendo. Na chefia do Centro de Pesquisas da Petrobrás foi colocado um geólogo... Hoje só resta de geólogo mesmo, o dr. Wagner

Freire, e que se cuide. Que se cuide!

M.Q. - Realmente o senhor vê mais o pessoal da área industrial, que está muito...

C.C. - Eu não tenho nenhuma restrição a ninguém da área industrial. Eu acho que os geólogos devem se representar quando a finalidade principal do órgão for descobrir petróleo. Por exemplo, a Braspetro: para que a Braspetro foi criada? Para complementar a produção nacional de petróleo. Ela não pode passar a ser gerida por quem não entende de descoberta de petróleo. Não pode ou não devia. A não ser que nós redefinamos o escopo da Braspetro. Aí, sim.

M.Q. - O senhor falou que o Shigeaki Ueki levou o pessoal para cargos de direção. Mas na área do departamento, sempre foram geólogos a dirigir?

C.C. - Aliás, tenho que fazer uma retificação: é preciso ser geólogo, mas com iniciativa, com visão das coisas. Não é só porque o sujeito é geólogo, não é bem assim. A ser assim, às vezes é melhor pôr um que não seja. Para pôr um qualquer, até é bom que não seja.

M.Q. - Mas, nessa área do departamento, houve gente que esteve à frente do Departamento de Exploração e Produção que não fosse geólogo?

C.C. - No Departamento de Exploração e Produção nunca houve um geólogo. O primeiro geólogo a ser superintendente do Departamento de Exploração e Produção fui eu. Veja bem: era divisão, eu era o chefe da divisão e subordinado ao Departamento de Exploração e Produção. Depois passei a superintendente do Departamento de Exploração e Produção, o primeiro geólogo. Depois passei a diretor, também o primei

ro geólogo.

M.Q. - Isso na gestão Geisel?

C.C. - Na gestão de Ueki.

M.Q. - Ueki como diretor financeiro.

C.C. - Não, Ueki já como ministro, e depois presidente.

M.Q. - Mas, voltando ao Walter Link, na década de 50, o senhor participou da elaboração do relatório?

C.C. - Participei. Se você vir o Relatório Link, está lá num cantinho... Também eu só sabia sobre uma bacia, era muito bom naquela bacia - sabia, assim, em termos de poder concretamente dar uma opinião de tamanha a responsabilidade. Sobre a geologia de petróleo no Brasil a gente sempre sabe muita coisa, mas aí tinha que dar uma opinião que eu achava muito séria. E só falei sobre a bacia do Maranhão, que na época eu conhecia melhor. Então, no quadrinho das notas, está lá: Campos. Inclusive é uma vilania dizer que... Esse relatório foi feito com a participação de, se não me engano, três nacionais: eu, Franklin Gomes e Gerson Fernandes.

M.Q. - É, o Gerson Fernandes também.

C.C. - E olhe que as notas dos nacionais às vezes são até abaixo da nota dos americanos. Não sei por que agora todo mundo acha que os americanos disseram que no Brasil não havia petróleo nenhum. Nós erramos quando dissemos que o alto Amazonas era a pior das bacias paleozóicas - não sei se dissemos alto Amazonas ou Paranã, mas uma dessas duas, acho que foi alto Amazonas. Foi a primeira bacia paleozóica onde houve descoberta inicial de gás. Essas coisas, esses valores, estão desaparecendo da nossa sociedade. Pau no

Link! Não aparece uma pessoa para dizer: "Olhem, eu também assinei esse relatório". Eu não assinei relatório, é claro. Ajudei a fazer este quadrinho aqui, está vendo?

M.Q. - Quando houve a passagem para a Petrobrás, a situação, vamos dizer assim, as condições de trabalho, essa parte de equipamentos, melhorou? Por exemplo, sobre as condições de trabalho, o senhor nos contou as histórias do CNP.

C.C. - Naturalmente a Petrobrás melhorou as condições de trabalho, não é por aí que vamos criticar o Conselho. Mas criou-se uma organização mais adequada para fazer as coisas, introduziram-se talvez métodos mais modernos de administração, então a coisa tinha que progredir. Criaram-se serviços médicos, a assistência médica, com o passar do tempo, até chegar ao que hoje está aí.

M.Q. - O senhor estava como assistente de geólogo de campo ainda no Maranhão, não é?

C.C. - É.

M.Q. - E como estava organizada a estrutura administrativa da Petrobrás nesse período da implantação?

C.C. - Como eu disse, nessa época eu era geólogo de poço e não estava nem aí. Sabe para o que eu estava ansioso nessa época? Aprender a descrever as amostras de calhas, testemunhos, não deixar passar [inaudível] de petróleo... Se o presidente se chamasse João, Sebastião... Eu estava tratando de aprender o que não sabia.

M.Q. - E a compra de equipamentos novos melhorou com a Petrobrás, logo no início? Houve uma mudança significativa nesses primeiros anos?

C.C. - Houve. O Janary Nunes, logo depois que entrou para a presidência, comprou várias sondas para a Amazônia, agitou a Petrobrás-Janary Gentil Nunes. Alguns da Petrobrás o consideram o Napoleão ao tucupi, porque ele era baixinho e, dizem que, ditador. Não sei se a Petrobrás teria se consolidado se não fosse a ação do coronel Janary Nunes, um dos grandes presidentes da Petrobrás.

P.R. - Eu me lembro bem, conheci pessoalmente o Janary.

C.C. - É claro que, se o senhor entrevistar um desses antigos, poderá até achar quem duvide disso ou não concorde com isso.

P.R. - O João Neiva Figueiredo, por exemplo.

C.C. - É brigado.

M.Q. - Saiu numa crise. Agora, falando de presidente da Petrobrás, e a gestão do Levy?

C.C. - Levy Cardoso?

M.Q. - Não, Arthur Levy. O senhor não destacaria nada nesta gestão?

C.C. - Não que eu tenha achado alguma... Eu costumo dizer, não querendo ofender os demais, que não houve presidente da Petrobrás com maior destaque que o Janary Nunes, o consolidador. O marechal Ademar de Queiroz, o pacificador, foi bom administrador também, mas se destacou por sua atuação moderada, o seu bom senso pós-revolução. Se não fosse o marechal, teria corrido muito mais lágrimas na Petrobrás durante a revolução. E depois o general Geisel, que muita gente critica, mas que eu acho que foi um dos grandes presidentes da companhia. É um sujeito que gosta de fazer as coisas, e fez muita coisa importante na Petro

brás. Criticam, dizendo que ele deu mais atenção à refinaria. Negativo. O que aconteceu foi que na gestão do general Geisel na Petrobrás nós estávamos na transição de terra para mar. E essa transição não se faz no período de um presidente, muitas vezes não se faz. Mas as coisas fundamentais foram feitas, as decisões fundamentais para ir para o mar foram tomadas no tempo do general Geisel. Os resultados vieram depois. Todo mundo gosta de falar: "No meu governo, na minha gestão..." O que o outro fez na frente para lhe dar as condições de fazer aquilo... Se bem que o que estou falando não é bem assim, porque a pessoa que veio depois do general Geisel não falou nada disso. Mas es tou falando para dar um exmplo. Então o general Geisel foi um grande presidente. E depois do general Geisel, uma pessoa que todo mundo discute, mas sem dúvida... E outra vez eu analiso pelos resultados, porque nós aqui temos mania de ir pelo subjetivo: "Eu não gosto dele porque ele tem o olho puxado ninguém pode confiar..." - esses papos de gente subdesenvolvida. Temos que analisar a coisa pelos resultados! E a face da Petrobrás, como se sabe, mudou com o presidente Shigeaki Ueki. Tanto que a Petrobrás era muito boa do chão para cima. O nosso querido, prezado dr. Eugênio Gudín era uma pessoa respeitadíssima, mas criticava muito a Petrobrás. O presidente Ueki só não o levou à Petrobrás, porque a condição de saúde dele não permitia. Mas nós fomos à Fundação Getúlio Vargas, demos uma palestra, o velhinho estava lá, sentadinho na sua cadeira, e gostou muito. [risos] O próprio senador Roberto Campos foi à Petrobrás, almoçou conosco, e ele sempre manteve o seu ponto de vista, até reconhecer que houve um grande progresso sob a direção do presidente Ueki.

M.Q. - Eu só estava lembrando do general Arthur Levy, porque foi na gestão dele que se conseguiu uma reserva de divisas para a importação de equipamentos. Foi no período dele. E isso auxiliou depois ao Janary, que conseguiu outros recursos.

C.C. - Evidentemente eu não conheço a gestão, esse moço aí conhece, trabalhou direto com ele na construção da Refinaria Duque de Caxias.

M.Q. - O Ivan Maia de Vasconcelos. Agora, em 55, foi criado o Distrito de Perfuração e Exploração do Nordeste.

[FINAL DA FITA 2-B]

M.Q. - Esse distrito compreendia que área geográfica, o senhor lembra?

C.C. - Eu sempre estive mais ligado lá pela Amazônia, não me lembro bem. Mas o Nordeste era essencialmente Sergipe e Alagoas. E essa exploração se estendia até Pernambuco, não me lembro bem se se estendia até a bacia do Rio Grande do Norte. Porque nos primórdios da Petrobrás e do Conselho foram perfurados dois poços na bacia do Rio Grande do Norte. Depois a bacia ficou abandonada muitos anos. A descoberta da bacia do Rio Grande do Norte foi uma descoberta... Essas coisas um dia precisam ficar registradas em algum lugar. Eu estava em Belém, era chefe de exploração em Belém, e um padre de um certo lugar dizia que a cacimba dele estava dando sinais de petróleo, manchas de petróleo na água... Alguns anos depois, eu já estava aqui no Rio, se não me engano chefiando o Departamento de Exploração e Produção, e o superintendente local lá era o Dourado, ou o chefe de

produção era o Dourado, não me lembro bem, e o superintendente era o Guerreiro. Só sei que fizeram uma piscina em Mossoró e iam dar uma festa para inaugurar. Acontece que, na véspera, foram encher a piscina, e a piscina ficou cheia de manchas de óleo. Borrou a piscina do homem! Então eu telefonei para o Dourado e falei: "Dourado, mande uma sonda hoje para lá! Desloque uma sonda para lá! Vá lá pessoalmente, converse com o homem, complete o poço do homem para água!" Porque o poço dele ficou mal completado, então a zona de água comunicava...

M.Q. - Com o poço?

C.C. - A zona que produzia água comunicava com outros intervalos, qualquer coisa desse tipo. "Você vá lá e complete o poço do homem de graça, se for para água, e faça um outro poço para recompletar para óleo. Mas abafe esse negócio, porque vai ser muito ruim ficar com essas notícias de que o petróleo está jorrando na piscina do homem". Isso foi mais ou menos a descoberta de petróleo na bacia do Rio Grande do Norte.

Depois houve um outro que furou um poço de água também na região dos campos, já no Ceará, mas é a mesma bacia sedimentar, e deu um showzinho. Foi mais ou menos nessa idéia que fomos descobrir esse campo [inaudível] em terra. Essas coisas acontecem na história da exploração de petróleo. Muita gente fica um pouco desapontada ou preocupada em contar, achando que é um desmerecimento, mas essas coisas acontecem. Aliás, há grandes recursos minerais que foram descobertos por pessoas leigas até e que fizeram notícia. Mas o que atrasou muito a exploração de petróleo no Rio Grande do Norte foi esse fracasso, ainda no tempo do

Conselho, desses dois poços: um foi furado perto de Macau e o outro foi furado em Areia Branca.

Certas idéias... As idéias excessivamente otimistas podem dar muito prejuízo àqueles que vão segui-las. Mas as idéias pessimistas são terríveis! Podem causar um dano terrível, podem atrasar a exploração de petróleo ou a exploração mineral em décadas, até em séculos! O sujeito enfiou na cabeça que no Rio Grande do Norte só tem areia, como em Marajó também só tem areia, que aquilo não tem nada... Esse é o termo que muita gente usa: "Aquilo não tem nada!" Esta idéia vai permeando a mentalidade de todos, inclusive dos mais jovens, e aquele sítio não vai ter nada. De repente aparece um sujeito que diz: "Vai ter, sim". Chega lá e às vezes descobre. Eu me lembro que, na Bahia, havia um americano que só cuidava de desenvolvimento de campo. E havia uma certa teoria que dizia que, onde aflorasse a formação Barreiras, se não me engano até a formação São Sebastião, não adiantava perfurar, porque não tinha estrutura suficiente para armazenar petróleo - para usar uma linguagem simplificada. E apareceu lá um gringo que achou que aquilo era bull-frog - sapo-boi. E o gringo cuidava de desenvolvimento, não tinha nada que furar poço exploratório, mas ele mandou pôr um poço além daquela falha - mandou pôr o poço começando na formação Barreiras, lá para os lados de Pau Lavrado, e estendeu o campo de Água Grande. O campo dobrou, ficou enorme - o campo de Água Grande parece que é o primeiro ou o segundo maior campo de petróleo no Brasil antes dos descobrimentos em água profunda, Malim e Albacora. Então o preconceito, sem uma análise mais cuidadosa ou sem a informação completa, o preconceito na

exploração de recursos naturais, principalmente petróleo - não digo principalmente, recursos minerais de maneira geral -, é um tremendo... Nós temos esse pecado de preconceito, nós, profissionais, em maior ou menor grau.

M.Q. - O senhor então estava lá no Distrito Norte, na Região Norte, e era organizado assim.

C.C. - Naquele tempo era Superintendência Regional da Amazônia, para onde fui depois da Bahia. Eu vim dos Estados Unidos em 58, passei dois anos na Bahia e em 60 fui para lá. E fiquei de 60 até 67 em Belém.

M.Q. - O que compreendia essa superintendência? Quais eram as áreas, os estados que estavam compreendidos?

C.C. - Belém incluía tudo, além do Pará, da bacia sedimentar do Maranhão ou do Parnaíba, vamos dizer grosseiramente divisa do Piauí com o Ceará, até a fronteira ocidental da Amazônia.

M.Q. - Nesse período havia aquela questão de Nova Olinda também, da descoberta do poço...

C.C. - Quando fui trabalhar na Amazônia, essa história de Nova Olinda já estava encerrada. Se bem que muita gente me perguntava o que foi, o que não foi, os deputados da Assembleia Legislativa de Belém diziam que o poço tinha sido tamponado com cimento, entupido com cimento.

M.Q. - Dr. Yvan Barretto de Carvalho conta que se escondia no mato para não ver as comitivas de políticos que chegavam na região atrás de informações e para fazer política também. Bom, em 55 houve também a criação do Cenap, aquele centro de...

C.C. - Isso foi também um grande acontecimento.

M.Q. - Qual foi o papel do Cenap na formação de técnicos em sua área?

C.C. - Imagine você que no Brasil não existia especialidade de nenhuma em geologia de petróleo, nem em engenharia de petróleo. Foram criados antes - eu não me lembro bem, mas o dr. Ivan* sabe - os cursos de refino, mas faltavam ainda os cursos de engenharia de petróleo e geologia de petróleo. Então foram criados no Cenap os cursos de geologia e engenharia do petróleo. Esse curso de geologia foi o precursor dos cursos de geologia que existem hoje. Aí já não mandavam mais gente para os Estados Unidos - eu fui antes, sou da época anterior. Depois da criação dos cursos do Cenap, não se mandou mais gente para os Estados Unidos para fazer cursos regulares, cursos de graduação; continuaram mandando pessoas para fazerem cursos de pós-graduação, nunca cursos de graduação. Depois foi criada a Cage - campanha de formação de geólogos -, comandada pelo professor Othon Leonardos, já falecido. Mas a criação desses cursos foi importantíssima. Todos esses que hoje estão comandando a Petrobrás dr. Hélio Falcão...

M.Q. - Também saíram daí.

C.C. - ...que ontem deu ar de sua graça... [inaudível]
gosta de falar sobre o Vasco, mandou-me um recortezinho mostrando que o Vasco pode ser campeão.

M.Q. - Aliás, dr. Hélio Falcão esteve agora no ocidente**.

C.C. - Dr. Hélio Falcão é uma figura de primeiríssima categoria.

* Refere-se ao Dr. Ivan de Vasconcelos.

**Refere-se ao segundo incêndio da plataforma de Enchova que destruiu-a completamente, não havendo, porém, desta feita, vítimas fatais.

goria na Petrobrás. É uma pessoa de sacerdócio! Ele é um sacerdote! É um homem de atitude, como nesse acidente, está sempre à frente. É o comandante - comandante é aquele que comanda, não é o que fica atrás soltando pipoca, estou rando foguete.

M.Q. - O senhor já falou um pouco a respeito da gestão do Janary Nunes, que foi uma gestão na sua opinião muito importante, porque na verdade deu um grande incremento às atividades de pesquisa. Nesse período houve uma atividade também intensa de perfuração, e mesmo na área de refino, com os projetos de implantação da Refinaria de Cubatão e com o projeto da Refinaria Duque de Caxias, também desse período, que foi muito importante. O senhor falou também do seu período. O senhor ficou fora de 56 a 58, fazendo seu curso no exterior, e quando voltou, já voltou com o Idálio Sardemberg na presidência da Petrobrás?

C.C. - Eu não me lembro.

M.Q. - Ah, não? Estou vendo aqui no roteiro, foi ainda na gestão do Janary, que ficou de julho até dezembro. O Idálio entrou em dezembro de 58.

P.R. - O Sardemberg entrou logo depois do litígio do Janary com o Alexínio. Aquela questão de Roborẽ foi no final de 58.

M.Q. - Exatamente. E o senhor observou - não sei se lá na sua região - uma grande mudança em termos de orientação dentro da empresa com a entrada do Idálio Sardemberg?

C.C. - Não. Essas coisas que ocorriam aqui na corte não chegavam a refletir. Para falar a verdade, o primeiro presidente que vi de perto, com quem falei, foi o nosso Chi-

quinho, Francisco Mangabeira, numa viagem que ele fez...

M.Q. - O senhor não disse há pouco fora do gravador que havia visto o Juracy também?

C.C. - Esse eu vi um dia. Eu estava estagiário, e o vi na beira do poço, não era bem... As pessoas com que sentei numa mesa e conversei...

M.Q. - Então de julho de 58 a julho de 60 o senhor executou o mapeamento geológico na bacia do Recôncavo.

C.C. - Norte do Recôncavo e sul do Tucano.

M.Q. - Bacia do Tucano, parte sul, como chefe de campo.

C.C. - Principalmente Tucano, porque fui trabalhar ali para fazer o mapeamento da bacia de Tucano. E foi muito interessante, porque eu achava que Tucano e Recôncavo eram duas bacias diferentes, completamente diferentes, e tive a satisfação de notar que não é bem assim. Mas acho gozado é que eu trabalhava lá fazendo o mapeamento e mostrei que a seqüência sedimentar da bacia ia mudando, as faces, as características das rochas, iam lentamente mudando por si próprias, lógico. Mas era a mesma coisa. Depois ficou comprovado o que fiz. Eu me lembro que havia uns gringos, e o chefe de exploração na Bahia foi me visitar, então mostrei a ele o mapa com as rochas que eu tinha descrito: "Vamos lá ver como eu dividi a formação etc". Aí o gringo falou para mim: "I'll take your word". Eu estava querendo mostrar o negócio para eles, e eles me tomaram a palavra. Depois, quando fui para Belém passar a minha equipe para outro gringo - eu me esqueço o nome dele - fui andando no campo, querendo mostrar os afloramentos, por que eu estava mapeando assim, assado, e, afoito, subia descia morro... Ele olhou para mim e disse: "Sr. Carlos Walter essas ro-

chas são da idade cretácea, têm no mínimo 120 milhões de anos. Estão aí e vão ficar mais alguns milhões de anos. De modo que não se afobe, vamos andar mais devagar". [ri-sos] Eu me lembro desses episódios.

M.Q. - Para encerrar, dr. Carlos Walter, no período em que o senhor está na Bahia, em 57, houve uma reestruturação administrativa da Região de Produção da Bahia, e uma firma foi contratada para fazer essa reestruturação. Isso interferiu nas atividades de pesquisa, no seu trabalho, de alguma maneira? Também não interferiu?

C.C. - Naquele tempo eu trabalhava no campo, estava mapeando, não alterava muito o escopo da gente. Essas transformações administrativas geralmente...

P.R. - Não chegavam até lá.

C.C. - Muito longe da corte.

M.Q. - Então na próxima sessão nós vamos começar tratando do período que o senhor vai para Belém na função de geólogo assistente do distrito. Por hoje vamos encerrar. Muito obrigada.

3ª Entrevista: 03.06.1988

M.Q. - Dr. Carlos Walter nós encerramos a última entrevista falando da sua ida para Belém, em julho de 60, na função de geólogo assistente do distrito da Superintendência Regional da Amazônia. Como funcionava o distrito lá?

C.C. - O distrito, como todos os distritos de exploração naquela época, subordinados ao Departamento de Exploração no Rio, era chefiado por americanos - americanos ou estrangeiros contratados, em geral americanos; em um outro caso

podia ter um canadense. Houve uma decisão na alta cúpula da empresa - dos detalhes dessa decisão não tomamos conhecimento - de substituir essas chefias. Então foram escolhidos alguns geólogos, que naquela ocasião supostamente se destacavam mais, para chefiar esses distritos. O processo seria colocar esses geólogos como assistentes dos então geólogos chefes de distritos estrangeiros, e paulatinamente eles substituiriam esses geólogos chefes de distrito.

Nesse tempo estava na Bahia fazendo mapeamento geológico na bacia do Tucano, e tinha acampamento numa cidadezinha muito interessante chamada Beretinga, por sua vez perto de Sátiro Dias e também de Araci, onde, fora da bacia sedimentar do Recôncavo, posteriormente se descobriram importantes reservas de ouro. Mas fui escolhido para ser uma dessas pessoas que iriam substituir os americanos, e naturalmente, como aconteceu na minha entrada no Conselho Nacional do Petróleo, que eu fui para o Maranhão, também fui brindado com Belém do Pará, uma cidade que ninguém queria ir. Eu ainda fiz a exigência de que os meus móveis, que não eram nada importantes, teriam que ser transportados de avião, porque tinha medo que a minha mobília se quebrassem toda numa viagem para Belém, que, naquela época, ou era de navio através do nosso portentoso transporte marítimo, ou era de caminhão através de estradas que praticamente não existiam - Belém-Brasília tinha sido aberta com uma picada ainda naquela época. E fui transferido nessa época para Belém. Meus dois outros colegas, um ficou na Bahia, e o outro foi escolhido para chefiar o distrito com sede em Maceió. Depois de passar minha equipe de mapeamento geológico, que se chamava Turma de Geologia nº 9... Já contei o episódio do meu substituto, em que eu mostrei com

todo o interesse as rochas e os afloramentos, dizendo o que na minha opinião ele devia fazer para resolver os problemas de mapeamento existentes, e ele achou que eu estava com muita sofreguidão e disse: "Carlos Walter, essas rochas" - isso naturalmente num bom inglês, porque o meu substituto era americano - "então aí há 120 milhões de anos. Para que tanta pressa? Ainda vão ficar bem mais do que isso". Então nessa ocasião eu fui para Belém substituir o geólogo Claude Meryte. E o geólogo Meryte era uma figura naturalmente... eu não diria que era um etilista, mas era um homem que gostava do seu uísque. Não era má pessoa, mas evidentemente era um dos motivos de crítica à equipe do Link. Geralmente há essas pessoas nas equipes, mas esse aí exemplificava os componentes mais fracos da equipe do Link. E me lembro do dia em que parece que ele foi abordado pela polícia em Belém, porque numa das sessões de bebidas resolveu tirar água do joelho na mangueira em via pública... [risos] Aliás, houve em Belém um caso interessantíssimo: na parada de 7 de setembro, um gringo, geólogo de poço, - não sei como era o nome dele -, na sacada do Grande Hotel... Hoje há o hotel Hilton em Belém, mas antigamente era o Grande Hotel, da Pan Am... Não sei se era da Pan Am.

M.Q. - Não era da Pan Air?

C.C. - Da Pan Air. Esse nosso amigo resolveu assistir à parada de 7 de setembro de cueca na sacada. Aí foi preso.

[risos] Esses americanos a que estou me referindo não são homens de nível universitário. Absurdos parecidos com esses faziam muito os chamados tube pushers, sondadores que vinham do Oriente Médio, verdadeiros nômades que andavam pelo mundo inteiro. Esses, nos acampamentos, faziam

verdadeiros horrores. Conta-se que o diretor João Neiva Figueiredo estava almoçando na balsa-alojamento na beira de um daqueles rios da Amazônia, e um sujeito desses não teria gostado dos ovos de manhã cedo, no breakfast, no desjejum, no café da manhã, teria dito qualquer coisa e jogado os ovos pela janela. E o diretor Neiva o despediu no momento. Mas você encontrava muito desses tipos, a seleção desse pessoal nem sempre era muito cuidadosa, infelizmente temos que reconhecer isso. Eu me lembro de um geólogo, acho que o nome dele era Sabo, que foi ser geólogo de poço no Acre, acompanhar um poço, se não me engano, Juruá Mirim ou Cruzeiro do Sul, um daqueles poços perfurados lá. E as amostras de cara são fragmentos cortados pela broca e que, depois de secos convenientemente, são ensacados em pequenos sacos. Tiram-se aqueles fragmentos e, quando se chega no lugar adequado, no escritório, examinam-se aqueles fragmentos com microscópio binocular. Mas ele, muito preguiçoso, pegava o saquinho e apertava: se ringia, era areia, se não ringia, era argila. E já descrevia, já punha lá uma descrição. Mas isso são coisas do folclore da Amazônia.

Então fui para a Amazônia em 1960, cheguei em Belém depois de passar por Brasília e amarelecer o colarinho das camisas de poeira - era um poeirão terrível em Brasília naquela época. E estava lá como superintendente regional o hoje senador Jarbas Passarinho, que me recebeu com muita alegria, porque eu ia ser o futuro substituto do gringo - naquele tempo era major Passarinho. Ele sempre foi um homem muito esclarecido, um homem culto, então é um nacionalista, mas não é um nacionalista de imbecilidade, é um nacionalista com "n" maiúsculo. E ele queria substituir os gringos, aplaudia essa idéia, não por fazer isso,

mas por saber que brasileiros já podiam galgar aquelas posições, podiam tomar conta de um trabalho que antes era feito por alienígenas contratados a peso de dólar. Ele ficou muito satisfeito e me acolheu muito bem em Belém. E depois, com a saída do Link, entrou o dr. Pedro de Moura para superintendente do Departamento de Exploração, e eu passei em seguida a chefe da Divisão de Exploração - efetivamente substituí o americano.

M.Q. - Chefe da divisão?

C.C. - Da Divisão de Exploração.

M.Q. - O senhor não ficou como superintendente da região?

C.C. - Isso foi depois. Depois veio a revolução, quando eu passei a ser adjunto do interventor, e me deram o título de interventor substituto. E o interventor inicialmente foi o próprio hoje senador Passarinho, depois passou a ser o coronel Nélcio Lobato. Finalmente o coronel Nélcio Lobato deixou a superintendência e eu passei a ser o superintendente regional, cargo em que fiquei até 1967. Eu achei aqui na gaveta o recorte de O Liberal com a notícia da minha saída de Belém, na época.

M.Q. - O senhor falou no major Passarinho. Ele era da Petrobrás? Era cedido pelo Exército à Petrobrás? Como era?

C.C. - O major Passarinho era um oficial do Exército, cedido. Ele era da ativa. Tanto que, quando saiu pela primeira vez, voltou ao quartel. Eu me lembro bem que o visitei algumas vezes na Praça da Bandeira, em Belém. Era um militar da ativa.

M.Q. - Isso depois acabou, mas no início da Petrobrás, pelo menos na área do refino, a gente encontra muitos mili-

tares da reserva e às vezes da ativa trabalhando em postos de chefia dentro da empresa.

C.C. - Mas esses da ativa parece que eram mais raros. O comum mesmo era...

M.Q. - Pessoal da reserva. Mas isso era comum nessa área de pesquisa ou era uma exceção?

C.C. - Era um caso excepcional, esse de Belém. Eu tenho a impressão que o então major Passarinho foi para lá a convite do coronel Janary Nunes - não tenho certeza disso, mas provavelmente foi. E havia uma outra figura lá, que mais tarde veio para o Rio e foi diretor da Nuclebrás, que se chamava coronel José Pinto Rabello. Mineirão. Mas o coronel também é uma pessoa notável, admirável. É interessante que naquele tempo era o major e o coronel, só que o coronel era o adjunto e o major o superintendente. Mas figuras muito interessantes, gente de muito equilíbrio administrativo. Belém teve muita sorte. Só não teve sorte de achar petróleo, devido às circunstâncias que eu já disse: não era hora ainda, os métodos ainda não permitiam. Mas foi muito bem-conduzida por esses cavalheiros do Exército. Tanto que o coronel José Pinto fez o resto da carreira militar, foi comandante do I Exército aqui, hoje Região Leste, depois foi diretor da Nuclebrás, e hoje deve estar aposentado. E o major Jarbas Passarinho se transformou no governador do Pará, depois foi senador da República, ministro várias vezes...

M.Q. - Dr. Carlos Walter, ele era o superintendente, e o americano trabalhava como geólogo...?

C.C. - Ele cuidava da administração e o americano cuidava

da geologia e da exploração, das equipes sísmicas, das equipes de gravimetria, dos geólogos de mapeamento de superfície, dos geólogos de subsuperfície e tudo mais.

M.Q. - Isso, o americano. E o senhor foi trabalhar com ele para substituí-lo?

C.C. - Para substituir o americano.

M.Q. - E como foi esse contato? Ele sabia que ia ser substituído?

C.C. - Sabia.

M.Q. - E não houve problema para passar tarefas?

C.C. - Não. Só um dia eu me dei um pouco mal com o americano, porque ele começou a dizer que estávamos explorando petróleo no Amazonas numa bacia sem nenhuma possibilidade, e que aquele dinheiro que estávamos gastando era dinheiro vindo dos Estados Unidos, ou emprestado dos Estados Unidos, que era um absurdo etc. Aquilo me feriu um pouco os brios, porque é muito desagradável ouvir essas coisas. Então fui andando, bati a porta, mas disse a ele antes de sair: "Olhe, escute aqui."

[FINAL DA FITA 3-A]

C.C. - "Você sabe muito bem que esse dinheiro é muito bem-pago. Vocês fazem estoques, têm montanhas de minérios de toda natureza, inclusive minérios estratégicos, tirados dos países a que emprestam dinheiro. São matérias-primas irrenováveis. Eu aprendi bem no curso de geologia econômica que fiz lá, que vocês estão running out of natural resources. E se não fossem os países subdesenvolvidos a que

vocês emprestam dinheiro e levam minério a preço de banana, vocês não podiam manter aquela indústria e aquele padrão de vida que mantêm no seu país!" Bati a porta e saí meio picado de lá. Mas foi a única briga que tive com o gringo. Mas houve um pouco de emotividade, essas coisas não se fazem assim. São os poucos anos e os poucos cabelos brancos que fazem a gente tomar uma atitude dessas. Não a dianta ficar querendo ensinar americano ou ensinar quem quer que seja a ser um pouco mais gentil com as pessoas. Aliás, não é muito ético. É como comentar essas coisas le desagradável.

M.Q. - De qualquer maneira, não era verdade. A Petrobrás sempre trabalhou com recursos próprios ou do governo.

C.C. - Esse pessoal levou muita coisa do Brasil, e ainda continua levando a preços pequenos. Não estou dizendo que isto seja uma coisa muito... Não é bem assim. Eu não posso lhe pedir dinheiro emprestado e depois dizer que já paguei porque o senhor me comprou uma coisa barato. Mas ali eu estava procurando espernear. [risos]

M.Q. - Como o senhor encontrou Belém naquela época? Devia ser uma cidade meio isolada, não é?

C.C. - Como eu estava dizendo, ninguém queria ir para lá. Mas não queria mesmo! Eu fui para lá, e foi uma das coisas boas que aconteceram na minha vida. É verdade que o sujeito aqui do Sul ficava meio assustado lá. Mas eu, que já tinha mapeado no Piauí, no Maranhão, na malária, no rio Itaim no sul do Piauí, nas águas de poça vermelha, na água que restou dos tanques, com toda a dificuldade, não tinha esse horror. O que me impressionava mais era aquele negócio de todo mês o sujeito tirar sangue para ver se esta

va com filariose. Aquilo causava uma certa preocupação. E me preocupava também quando eu ia fazer visita à equipe de campo e ficava às vezes acampado dois, três dias nas bal sas, com medo de pegar malária, ou as vezes que eu fui ao Acre, pegar leishmaniose, uma coisa dessas assim. Isso cau sava um pouco de preocupação. Agora, quanto ao calor, que a cidade era intolerável, não é nada disso. Você se acos tuma a essas coisas. Isso é bobajada, não acredito nisso. Eu me dei muito bem lá. É verdade que, quando cheguei, o prefeito era o Lopo de Castro, e havia montanhas de lixo na rua. O Rio de Janeiro de hoje é refresco. Depois veio a revolução. Não vamos discutir a parte ideológica, mas a parte prática do início da revolução foi uma beleza! Em oi to dias o senador Jarbas Passarinho transformou aquela ci dade! Essa revolução, se tivesse continuado no pique inici al... - Estou falando da parte administrativa, não estou me referindo a liberdades e tal. O pique inicial era ótimo! Mas fiz uma carreira em Belém em termos de aprender no sis tema Petrobrás, de trabalhar na parte administrativa.

M.Q. - O senhor já começou a trabalhar nessa parte adminis trativa, já teve contato maior com essas coisas.

C.C. - Sim. Depois passei a superintendente.

M.Q. - É nesse período que sobe à presidência o primeiro civil, Geonísio Barroso, que era um técnico baiano.

C.C. - É.

M.Q. - Isso representou uma mudança significativa na orien tação da empresa, na sua área?

C.C. - Não. O que houve no tempo do Barroso foram aquelas coisas, que o Jânio teria mandado bilhete para ele dizendo

que a sede da Petrobrás tinha que ser mudada para a Bahia, coisa que não honra muito a inteligência do nosso preclaro ex-presidente, que eu considero um homem inteligente. Por que a sede tem que ser na Bahia? Precisávamos dar umas aulas para ele de...

P.R. - Ele mandou levar a sede da Vale do Rio Doce para I tabira.

C.C. - Houve essas bobagens. Mas fui um admirador do Jânio Quadros ferrenho. Não admitia que se falasse mal dele. Hoje ainda estou inclinado a achar que melhor com ele do que sem ele. Francamente. Sou um homem que gosta de liberdade com autoridade. Não vejo nenhum país em que não exista autoridade. Aqui no Brasil não há mais autoridade, todo mundo faz o que quer. E o Jânio, apesar dos seus 71 ou 72 anos, ainda governa com autoridade. Pode fazer uma coisa que você ache absurdo, mas existe um governo. Todo mundo sabe que São Paulo tem um prefeito. Mas não vamos entrar por esse campo. Voltando aos tempos do Jânio Quadros, essas coisas não se refletiam assim. Por exemplo, o Barroso: Barroso era um homem excelente, um dos grandes esteios da Petrobrás, mas era um homem conservador, um homem moderado, não se esperava que em sua administração acontecesse nenhuma revolução administrativa. Agora, o Barroso criou a Braspetro, tranqüilamente. Vocês vão fazer entrevista com gente que sabe mais sobre a administração do dr. Geonísio do que eu. Mas ele fez muita coisa com aquela serenidade dele. Entretanto, para nós, que estávamos num distrito como o Amazonas, sem maior importância, porque ainda não tinha sido descoberto petróleo, não houve esse reflexo.

M.Q. - Mas o superintendente era um militar, não é?

C.C. - Sempre os civis acharam que a presença do militar numa empresa como a Petrobrás era um intrometimento indevido. Essa crítica não ocorre, por exemplo, em relação ao Departamento de Transporte: já é uma coisa consagrada que tem que ir para lá um homem da Marinha. Como se diz na gíria, ninguém pia nem chia. Mas quando um militar chega a ocupar certos cargos de outros tipos, por exemplo, acho que isso nunca aconteceu, mas um militar chefiando o Departamento Industrial ou o Departamento de Exploração, já começa a causar uma certa fonte de críticas. Mas lá em Belém o então major Passarinho era um homem muito habilidoso, sempre foi, todo mundo gostava dele.

M.Q. - O Geonísio fica pouco tempo e, em janeiro de 62, é nomeado Francisco Mangabeira.

C.C. - Este é mais polêmico.

M.Q. - Exatamente. É nesse período que a interferência dos sindicatos dentro da empresa cresce muito.

C.C. - Eu não criticaria a interferência dos sindicatos. Acho que o sindicato é uma coisa lícita e válida. O que critico nessas interferências é o fator indisciplina que essas coisas trazem. Isso era muito comentado no tempo. O presidente do sindicato chegava, e o diretor, com medo de perder o cargo, permitia que ele pusesse o pé em cima da mesa, que sentasse na mesa... O diretor chegava e tinha quase que pedir ao sujeito para... Contavam isso, eu nunca presenciei. Lá em Belém houve isso, houve pau, houve luta de cadeira dentro da sede do sindicato, no outro dia tinha gente com a cabeça cheia de esparadrapo, era uma coisa até engraçada. Houve comitiva do sindicato para ir nas equipes sísmicas e de gravimetria para impor a sua ordem e mudar o

chefe de equipe, porque ele não estava seguindo a orientação do chefe do sindicato, houve de tudo! Isso é uma coisa característica de gente que está exercendo uma função legítima, porém mal preparada. Acho que a função do sindicato é legítima, mas é preciso... Hoje parece que já tem gente mais preparada para isso, mas naquela época não tinha, o sujeito extrapolava os limites da sua atividade, da sua ação. A coisa mais gostosa que há é você estar sempre subordinado a um cara a quem tem que render homenagem: - "Bom dia doutor" e tal. De repente você se sente numa posição em que pode pôr o pé em cima da mesa dele, e põe mesmo. Essas pessoas de menor cultura, põem mesmo. Isso causava uma irritação muito grande entre os técnicos! Muito grande!

P.R. - A substituição do Geonísio pelo Mangabeira, eu presenciei bastante, acompanhei a crise toda, porque naquela época eu era chefe de gabinete do ministro Gabriel Passos. Inclusive quem levou o decreto ao Jango em Jacarepaguá para a assinatura da nomeação do Mangabeira fui eu. Mas acontece o seguinte: o Mangabeira não era o candidato do ministro. Havia um grupo dentro do palácio, liderado pelo Antônio Balbino e pelo Amauri Kruehl, aos quais se juntava o Juracy Magalhães, que era governador da Bahia, e eles criaram uma mística de que o presidente da Petrobrás tinha que ser baiano. E os presidentes dos sindicatos da Bahia, o Mário Lima e o Valença, que eram presidentes dos sindicatos da Refinaria de Mataripe e da Terminal de Madre de Deus, juntaram-se nesse ponto de vista, que era a coisa mais absurda que podia existir!

C.C. - Tinha que ser baiano. [risos]

P.R. - Então o ministro apresentou uma lista de nomes: Da

goberto Sales, que era engenheiro, Hélio Ramos, que era engenheiro também, várias outras pessoas, inclusive - pensou parece que num técnico lá de Minas. Então havia essa relação. Mas o Francisco Mangabeira - eu estou saindo da minha norma, porque estou dando um depoimento [risos] pediu ao Juracy que indicasse seu nome - Juracy era governador da Bahia -, e o Juracy indicou. Sempre existiu esse vício no Brasil, e naquela época também, de a pessoa procurar apoio militar para ser presidente de qualquer coisa. Então o Francisco Mangabeira foi ao I Exército e entregou ao coronel Crisanto uma cópia do telegrama do Juracy num papel timbrado do escritório do João Mangabeira, seu pai. O coronel Crisanto fez um rabisco indicando e mandou para mim no ministério - eu tenho isso guardado comigo até hoje. Eu então mandei para Brasília.

C.C. - Esse é um documento muito importante para a nossa história.

P.R. - Mas aí o ministro começa a adoecer, já estava com as forças bastante enfraquecidas, já não estava mais em condições de lutar por aquilo, porque a empresa ficou parada uns 40 dias sem ninguém. Quer dizer, Irnack ficou presidindo internamente...

C.C. - O velho Irnack estava sempre lá.

P.R. - ...porque foram demitidos - isso depois de 40 dias - Geonísio e o Lima Rocha. Eu sei por que eles foram demitidos: eles não aceitavam a autoridade do ministro. A Petrobrás estava acostumada a despachar diretamente com o presidente da República, era um órgão diretamente subordinado...

C.C. - Esta é uma velha luta. Continua até hoje.

P.R. - Isso existe em todas as partes do mundo. Então eles não aceitavam a autoridade do ministro, o ministério tinha sido criado naquele ano.

C.C. - Imagine quando o presidente da Petrobrás era o Ernesto Geisel! Aí então é que... [risos]

P.R. - E o coitado do ministro Dias Leite! [risos] Mas ele tirou. Então o Gabriel, para satisfazer o grupo baiano e o Krueel, que influía naquele negócio ninguém sabe por que -, o Balbino e o Juracy, incluiu numa lista de seis pessoas também o Mangabeira. Aí os sindicatos foram lá com o Jango e forçaram o Mangabeira. Foi assim que ele entrou.

M.Q. - Dr. Carlos, quais eram os sindicatos que estavam organizados em Belém? Os funcionários da Petrobrás, do distrito, estavam organizados como?

C.C. - Havia a Sociedade dos Engenheiros, de um lado, que evidentemente não tinha nenhuma função sindical, mas que nesse tipo de luta se contrapunha ao sindicato, que era a entidade de classe, sindical. E havia um sindicato, não havia sindicato disso ou daquilo, era o Sindicato dos Petroleiros - não sei qual era o nome que se dava. Agora, o sindicato evidentemente congregava essas pessoas de esquerda que apoiavam o governo, a situação, e, quando veio a revolução, evidentemente esse povo foi todo afastado. Eu tenho episódios muito interessantes da turma nessa ocasião. Por que essa coisa de bajular para continuar em cargos, de fazer manobras, é uma coisa muito interessante. Aí veio a revolução e, de um dia para outro, todo mundo fora. Eu jamais gostei de participar de nenhum movimento, é coisa da minha personalidade. Nunca fui membro de centro acadêmico em escola de engenharia, nunca fui membro de diretório aca

dêmico e nunca fui também participativo em sociedades, associações etc. Não critico quem gosta disso, mas não é do meu...

M.Q. - O senhor não era associado?

C.C. - Na minha opinião, eu estava ali para contribuir para descobrir petróleo. Não estava ali para discutir política da empresa, o que devia ser feito, o que não devia ser feito. No meu entendimento, havia pessoas na direção da empresa para fazer isso. O meu negócio era tratar de achar petróleo, se fosse possível. Então não participava muito dessas arruaças. Mas houve vários episódios interessantes.

M.Q. - O senhor pode contá-los para nós?

C.C. - O irmão do coronel Passarinho, o Saint-Clair, já falecido, teve uma batida de cadeira, um quebra de cadeira na sede do sindicato numa reunião que houve. E nessa reunião, foi interessante, porque tinha dado um show de petróleo muito interessante em Maués, uma indicação de petróleo num poço em Maués.

P.R. - No Amazonas.

C.C. - É. E eu tinha sido indicado para fazer uma exposição ao sindicato do que se tratava, afinal. E parei meu carro - eu me lembro que tinha comprado um carro recentemente, um Aero Willys - no Boulevard Castilho França, onde era a sede do sindicato. Parei, pensei a vida, pensei bem, toquei meu carro e fui para casa. No outro dia, estava todo mundo de cabeça quebrada do pau que houve. [risos]
Havia as pessoas que se aliavam ao sindicato, não porque tivessem qualquer coisa com esquerda, nem coisa nenhuma, mas porque queriam manter-se no cargo, arranjar cargo. Es-

sas coisas acontecem sempre, os aproveitares de última hora.

Depois da revolução eu fiquei lá como interventor substituto, e dr. Pedro de Moura tomou posse no cargo de superintendente-geral do Departamento de Exploração, departamento esse que, como eu disse, depois foi rebaixado para apenas uma divisão. O interventor no sindicato era o Miranda, amigo meu. Uma ocasião, antes da revolução, fui chamado aqui ao Rio, porque o dr. Moura tinha sido atacado por um pessoal, inclusive pelo pessoal do sindicato: Houve uma reunião, e o dr. Moura, muito hábil, destruiu as acusações que lhe faziam. Aliás, um técnico que estava mais animado contra ele escreveu um bilhete desse técnico até hoje - dizendo que ele bebia o óleo que se descobrisse não sei onde, ou comia o sal que tivesse na bacia do Espírito Santo - porque no Espírito Santo há grandes domos de sal. Não sei se os termos foram esses, mas ele escreveu um bilhete dizendo isso, e eu guardo esse bilhete até hoje. Esse rapaz, que era um dos acusadores do dr. Moura, tinha escrito uns tempos antes uma carta de bajulação para o dr. Moura. Então, nessa grande reunião do sindicato para derrubar o dr. Moura, na hora em que ele foi lá, o dr. Moura falou. "A mim estranha que você, no tumulto de pensamento dos últimos tempos... Olhe aqui o que você escreveu!" E leu a carta dele.

Neste episódio, eu fui chamado aqui no Rio para prestar depoimento a favor do dr. Moura. E mandei o meu colega Paulo Jackson Morgado de Castro, porque eu não podia vir, a minha mulher estava com pólipos nos órgãos femininos, acho que no útero. Ela havia ido a um médico gine-

cologista de Belém - se não me engano o nome dele era Moreli -, que me disse: "Se sua mulher não estiver com câncer, você terá muita sorte". Os médicos tinham tirado amostra desse pólipó para fazer análise no Instituto Ofir Loiola, Instituto do Câncer em Belém, e eu estava numa situação que não podia sair de lá para vim ver discussão sindical. Mas os meus inimigos, porque sempre os tive... Um deles era um rapaz que viajava comigo no campo, mas que só ficava bebericando e no outro dia dormitando, a quem eu dera um esculacho e pusera no avião de volta para Belém, dizendo: "Dando mau exemplo aqui! Eu, fazendo uma viagem de inspeção, e você, comportando-se dessa maneira! Pode voltar!" Mas falaram com o dr. Moura que eu não tinha vindo para defendê-lo, ou para participar da reunião, porque estava contra ele. Aí o dr. Moura, que não era brincadeira, quando veio a revolução, quis acertar contas comigo: dois dias depois da revolução ele me chamou ao Rio de Janeiro. Mas eu já vim de lá com uma fita gravada de uma palestra que ele havia dado no sindicato antes da revolução, na qual estiveram presentes várias personalidades, inclusive um general que foi trucidado e preso na mesma hora da revolução, porque era um agitador. Eu me lembro que me sentei no sofá, e ele falou comigo: "Pois é..." Eu disse: "Olhe, dr. Moura, o caso é esse, esse é esse. Mas a gente falar e participar de coisas que não deve ou que não é conveniente, às vezes acontece. Por exemplo, eu tenho aqui uma fita nessas e nessas condições, tenho aqui fotografias..." E ameacei mexer na mala. Aí a conversa mudou e nós fomos tomar um chope em Ipanema. [risos] Eu já estava com uma carta para entregar ao marechal Ademar de Queiroz do interventor, que era o governador do estado -

ele ainda estava na Petrobrás -, Jarbas Passarinho, então estava completamente armado até os dentes para me defender, porque já sabia que vinha chumbo grosso. São esses episódios na vida do sujeito em que, por causa de uma bobagem dessas, você pode destruir sua carreira toda. Se eu não tenho essas precauções... Esse rapaz que foi interventor do sindicato, o Miranda, foi quem me deu as fotografias e a fita gravada. E eu não estava brincando, não, ali eu estava defendendo o meu: se o sujeito insistisse naquilo, eu seria obrigado a fazer uma arruaça. Eu não vim não porque não quisesse defender o dr. Moura, mas porque não podia vir. Mas são as coisas que acontecem na carreira de uma pessoa.

Uma ocasião, também, eu já ia pedindo demissão do meu cargo de superintendente. Mandaram fechar a base de São Luís! Demitimos gente, foi um horror! Daí a pouco, uma moça aqui do Rio de Janeiro, porque ia casar com um funcionário da Caixa Econômica Federal do Maranhão, tinha que ser transferida para São Luís de qualquer jeito. Eu falei: "A base já fechou, eu demiti muita gente..." Aí resisti, resisti... Mas o diretor da época queria impor essa transferência de qualquer jeito. E ele impunha, era um homem poderoso. Um general pós-revolução não era brincadeira. Aí eu pensei em pedir demissão do cargo, mas fui outra vez tomar um conselho com meu amigo Jarbas Passarinho. Ele falou: "Carlos Walter, você está perdendo a perspectiva das coisas. A sua carreira, o que você pode um dia fazer por essa companhia, são muito mais importantes do que essa bobagem, esse episódio de menor monta. Deixe de bobagem, não faça isso. Acho que você não deve fazer". Conselho maravilhoso, porque realmente eu ia fazer uma bobagem. [risos]

M.Q. - O senhor ficou como interventor substituto. Quem era o interventor? O Jarbas Passarinho?

C.C. - Depois veio o coronel Nélcio Garcia Lobato.

M.Q. - E houve, como nas áreas de refino, nas refinarias, algum tipo de inquérito, alguma comissão de inquérito funcionando?

C.C. - Houve. Esse episódio eu não vou gravar, você vai ter que desligar o gravador. Houve um episódio muito interessante. Chegou lá em Belém o marechal Sucupira.

P.R. - Nilo Sucupira, conheço muito.

C.C. - O marechal já estava velhinho, mas ele chegou para fazer um inquérito. Eu lembro de dois episódios interessantes nesse inquérito: o primeiro, foi com um colega meu que era engenheiro, geólogo, engenheiro... Nós fomos todos postos numa sala para depor como testemunhas, dizer o que tínhamos visto e quais as pessoas envolvidas naqueles episódios. Todo mundo escreveu o seu depoimento. E ele não escrevia nada, nem uma linha. Aí os militares falaram com o Eduardo, meu amigo: "Você é um homem de nível universitário, engenheiro, então não sabe de nada, não viu nada? O que é isso? Se você não estiver disposto a contar o que viu, vai depor agora, mas como indiciado". Aí o cara escreveu logo. [risos] Esse foi um episódio interessante. Mas o outro, que eu peço para não gravar...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q.- Então houve esses inquéritos, e vocês, engenheiros, foram também obrigados a dar depoimentos por escrito e tal.

E houve demissões?

C.C. - Houve muitas. Em Belém houve muitas. Aliás, em comparação com outros lugares... Até se diz que a revolução em lugares como a Bahia passou voando a dez mil metros de altura. Mas em Belém ela desceu, deu um rasante e aterris-sou. Porque radicalizou. Lá em Belém foi uma radicalização tremenda. Dá para se ver pelas lutas que eu já descrevi, inclusive lutas de cadeirada na sede do sindicato. Uma radicalização tremenda!

M.Q. - Mas as pessoas demitidas eram engenheiros ou a ma-ior parte....?

C.C. - Foram muitos engenheiros demitidos.. Aliás, estão todos de volta. A coisa lá foi tão radical que um rapaz, cujo nome esqueço, um geólogo de poço foi parar na ilha das Onças preso porque, quando voltava do campo, desembar-cou em Belém com um livro do Jean Paul Sartre. Negócio radical mesmo. A revolução, em algumas partes, funcionou ra-dical! Não tinha conversa!

M.Q. - Para onde eram levados esses presos?

C.C. - Para a ilha das Onças, não estou lhe dizendo? É uma ilha que tem lá naquelas matas virgens. Mas não houve nada demais. Depois ele foi solto, com dificuldade. Tivemos que pedir ao interventor e mostrar que aquilo não... Eu me lembro bem que tinha um sujeito lá chamado Eurípedes Sil-va, um rapaz brilhante - hoje mora em Belo Horizonte -, muito promissor. Mas ele era de esquerda, chamava naquela época de comunista. Sei lá se ele era comunista! Nunca fui verificar se ele era do Partido Comunista. Mas era de esquerda, obviamente. Eu procurei salvar a cara do sujeito e fa-

lei com o coronel Nélío: "Coronel, não faça isso. Não demita esse rapaz. Esse rapaz é assim, assim, assado". Aí o coronel mandou chamar o sujeito para entrevista. O sujeito chegou lá declarou-se marxista! "Sou marxista!" E me deixou mal. Depois que eu falei com o coronel, o coronel manerou. Mas aí acho que o coronel soube - disse não estou muito certo - que ele, no bar do Coelho, ali perto do Cosmorama, que era a sede da Petrobrás, andava falando demais. Então mandou chamá-lo e ele se declarou marxista.

M.Q. - Não deu jeito.

C.C. - Aí não teve jeito. Tinha gente que eu mandava para sonda lá no fim do mundo: "Fica lá uns tempos". Mas o coronel de vez em quando lembrava: "Cadê aquele moleque? Eu que ro demití-lo!" [risos] Eu não vejo isso como motivo de crítica, não. É um estado de coisas que acaba levando a essas radicalizações. Eu tenho medo do que está por vir. Se continuar esse tipo de mis administration, isso aí vai num crescendo... Espero que apareça algum líder de repente e ponha cobro a essa situação. Porque o que deteriora não é a questão de ideologia. Para mim todo mundo pode ser o que for. Por que você não pode ser comunista? Por mim, pode. O que eu condeno é a deteriorização da autoridade. Isso acaba com qualquer coisa.

P.R. - O pior de tudo é que os sindicatos agem assim, mas a aquele pessoal da FIESP também é da pior qualidade, completamente sem espírito público. Durante o período do Plano Cruzado, eles frustraram o Plano Cruzado de toda forma.

C.C. - É o que a gente dizia na época da revolução. Eu me lembro bem que às vezes eu vinha de Belém, e ficava nesse hotel Guanabara Palace, onde ficava também gente do sindica

to. E o cara da portaria me contava que eles bebiam bom uísque lá. Afinal, também têm direito. Não é só o pessoal da FIESP que tem direito a beberem um Ballantine's. Naquele tempo, acho que ainda não havia FIESP.

P.R. - Ela não era tão poderosa quanto hoje. Mas existia, foi fundada em 1928.

C.C. - É? Bom, mas temos que chegar à era do Rio de Janeiro. Já saí de Belém, já vim para o Rio...

M.Q. - Só mais algumas perguntas sobre esse período: em 62 o senhor foi fazer um curso nos Estados Unidos, na Universidade de Tulsa.

C.C. - Não, Tulsa, não. Na Colorado School of Mines.

M.Q. - Ah, é? Foi um curso de atualização em técnicas exploratórias.

C.C. - Em Golden, Colorado.

M.Q. - Está aqui no seu currículo que foi em Oklahoma.

C.C. - Ah, não, por favor. Você falou em 62?

M.Q. - É, em 62.

C.C. - É verdade. Mas este foi um cursinho de novas técnicas de exploração, na ocasião em que eu disse que me retirei da aula do Link.

M.Q. - Ah, foi nessa ocasião. Ele estava recém-saído do Brasil.

C.C. - Tinha saído há um ano, talvez. O curso foi em 62, ele saiu em 61, estava recém-saído. Mas esse curso... Eu vim dos Estados Unidos, como já disse, em 1958. Em 62 me mandaram fazer um curso de atualização em técnicas de exploração, um curso muito interessante, ótimo. Passei um mês lá,

eu e o geólogo Gerson Fernandes, também já aposentado. E para mim era uma delícia falar com autoridades como o professor Krumbein, o professor Dick Parker... Eu ficava todo feliz de sentar numa mesinha de bar depois da aula e bater um papo com o professor Krumbein. Para mim aquilo era a sublimação!

[FINAL DA FITA 3-B]

M.Q. - O senhor estava falando da importância do curso em 62.

C.C. - Este curso teve uma grande importância, apesar de ter sido um curso de um mês, porque fiquei conhecendo e tive contato com algumas das maiores autoridades em exploração de petróleo da época, em primeiro lugar. E não só pelo fato em si, mas pelas idéias que as autoridades transmitiam; esse curso me deu principalmente uma idéia de conjunto do estado da arte de explorar petróleo na época. Grande número de providências que tomei mais tarde, quando na chefia da exploração - não foi cópia do curso evidentemente, não foi nenhum artigo especial do curso -, foi inspirado nos conceitos aprendidos naquele curso. A importância dos calcários, para dar um exemplo: apareceu lá como aluno um sujeito do Oriente Médio, e dali a pouco o elegeram professor, de tão craque que ele era em calcário. E ele, descrevendo os calcários, classificando os calcários que se produzem lá, os grandes produtores de petróleo do Oriente Médio. etc., aquilo me causou uma grande impressão. E com o professor Krumbein, em termos de aplicação de métodos estatísticos na exploração do petróleo, foi muito importante o que aprendi. E

assim por diante. Jamais na minha vida profissional eu fui sujeito de ficar esperando; tenho uma preocupação enorme de aplicar as coisas que julgo importantes. Acho engraçado, porque tem gente de uma cultura fantástica, que tem tudo para ser um grande administrador, um grande realizador, mas se contenta só em burilar aquela cultura, aqueles conhecimentos, nunca se preocupa em aplicar aquilo para as coisas práticas. Daí o ditado: "Eu não me impressiono muito com o que você sabe, mas me impressionarei mais com o que você fizer com o que sabe" - é uma coisa mais ou menos nesse rumo, um ditado assim.

Então esse curso me preparou para um cargo que, sem saber naquela época, eu iria assumir logo em seguida, que era chefiar a exploração em todo o Brasil, principalmente iniciar os trabalhos de exploração na plataforma continental. Porque eu vim de Belém para o Rio em 1967, cheguei aqui em fevereiro de 67, para assistir ao superintendente-geral do Departamento de Exploração e Produção, dr. Haroldo Ramos da Silva, na organização dos trabalhos de exploração no mar. Depois ele substituiu o geólogo e engenheiro Franklin Gomes e eu fiquei no lugar dele. E começamos a explorar petróleo no mar.

Maistarde houve mais um ou dois cursos desse. Depois eu resolvi criar esse curso no Brasil, porque ficava muito caro mandar muita gente para fora e seria bom que o maior número de pessoas pudesse fazê-lo. Então fiz um convênio ou entrei em entendimentos com a Associação Americana de Geólogos de Petróleo, que tem um programa de educação contínua, e eles me deram a opção de escolher os professores que eu quisesse trazer. Havia uma lista e eu escolhia;

às vezes, se um professor não estivesse na lista, eu podia perguntar se podia trazê-lo. Nós fazíamos um preço global e organizávamos um programa em que as pessoas vinham, davam suas aulas, voltavam, vinham uma outra, voltava...

Esse curso teve como consequência não só treinar o pessoal aqui em maior número, porque ficava difícil mandar muita gente para os Estados Unidos, como também eu pude ver desses professores quais eram os grandes especialistas e as pessoas de senso mais prático que mais necessitávamos aqui, e comecei a contratar esses indivíduos para trabalhos especiais, assistidos por pessoal nosso. Esses projetos, sumalizando, consistiam em trazer o sujeito aqui para fazer uma análise do projeto, eu punha um ou dois assistentes com ele, e depois esse assistente ia conduzir e terminar o projeto nos Estados Unidos. Enquanto estivesse conduzindo e terminando o projeto, que era um trabalho prático, para uso prático, ele estaria tomando alguns cursos na universidade para completar seus conhecimentos. Com isso, vários, inúmeros técnicos foram para lá. Mais tarde, o curso transformou-se em programa de mestrado, e os trabalhos práticos transformaram-se em teses de mestrado. Depois, de doutorado. Porque sou meio ambicioso. Algumas teses que eu trouxe de lembrança estão ali naquela estante.

M.Q. - Mas isso foi quando?

C.C. - Ao longo de alguns anos, não ocorreu de repente. Em 67 eu comecei a chefiar a exploração, isso foi levando ênfase, e continuei esse trabalho até como diretor. Mas com isso conseguimos formar uma equipe na Petrobrás. Muita gente não gosta de mim porque, a quem era malandro, eu não dava essas oportunidades, quem ia fazer curso e não conse-

guia, voltava, enfim, eu procurava usar o dinheiro do país da melhor maneira possível. Alguns dizem : "Mas isso é um autoritarismo, escolher gente para ir aos Estados Unidos! As pessoas é que devem se apresentar". Vai acontecer que ninguém se apresenta, pouca gente está disposta. Porque um curso desses nos Estados Unidos pode ser até muito bonito, mas pouca gente gosta de fazer. Sabe por quê? Porque o sujeito ou estuda e se vira, ou volta desmoralizado. Lá não tem "ajeitação".

M.Q. - Curioso, porque normalmente um curso assim...

C.C. - Eu vejo essa turma aí, Maria Ana, lutando por uma bolsinha vagabunda do CNPq, que mal dá para o sujeito se agüentar, e vejo a Petrobrás pagar ao sujeito - houve tempo que pagava três mil dólares por mês, depois baixou - um salário que dá para você viver lá, guardar o dinheiro que ganha, e ainda guardar todo o salário brasileiro, que fica aqui depositado no banco. Mesmo assim, o sujeito não quer ir, vai de má vontade. Quer dizer, o maior conforto para o sujeito aprimorar a sua carreira. Você precisa ver...

M.Q. - Que dificuldade!

C.C. - E ainda chamam o sujeito que convoca um cara para uma missão dessas de ditador, de autoritário. Esse é o país que estão criando: eleição na universidade, bedel, todo mundo votando quem deve ser o reitor, não sei o quê... Vocês deviam ver lá em Ouro Preto. Eu trouxe esse curso para Ouro Preto. Eu, como ex-aluno de Ouro Preto, fiz uma coisa que talvez muitos me critiquem, e nesse ponto talvez até com ração: criei esse curso em Ouro Preto, e um curso igualzinho, no estilo das grandes universidades americanas, trazia professor de toda parte, punha lá treinando professores brasi-

leiros... E criei o curso de engenharia de petróleo em Ouro Preto. Foi só eu sair, tiraram o curso de engenharia de petróleo e levaram para a Unicamp. E o pessoal de Ouro Preto, dormindo em berço esplêndido. Ninguém luta por nada. Daqui a pouco vai acabar também o curso de geologia lá. Acabou tudo. Vocês precisam ver a aparelhagem que foi comprada para essa Escola de Minas de Ouro Preto, o equipamento que foi posto a disposição! Basta dizer que levamos para lá um computador Cyber - CBC, microscópios petrográficos... Só um microscópio petrográfico que foi para lá, eu me lembro, custou duzentos mil dólares. Há pouco tempo escrevi um artigo numa revista, acho que foi Mineração e Mineralogia, "Uma oportunidade que não se deve perder" - isso depois de aposentado. Vocês precisavam ver a revolta que isso causava em muita gente, porque eu era um ditador. Na verdade, quem tomava o curso para mim era um germânico, o Frank Falkenheim, que hoje está em Trindad-Tobago - esse Frank também tirou o curso de PhD lá em... E ele gostava muito de ensino, então era quem tomava conta dos cursos para mim.

M.Q. - Quem organizava essa parte? Primeiro havia os cursos do Cenap.

C.C. - É, mas isso aí foi uma outra fase, também muito importante para a Petrobrás.

M.Q. - E eram mais na área de refinação, me parece. Nessa área de geologia havia também cursos no Cenap?

C.C. - Havia. Esse curso do Cenap foi extinto com a criação dos cursos de geologia nas universidades. Mas os cursos de geologia nas universidades nunca foram voltados para a área de petróleo. Daí a necessidade...

M.Q. - De ter um curso especial.

C.C. - Depois, esse curso que fizemos em Ouro Preto era um curso de pós-graduação...

M.Q. - Em geologia.

C.C. - ...tipo mestrado e doutorado. Não chegou a haver doutorado, porque eu saí antes disso. Mas eu ia fazer o curso de doutorado, e foi uma pena também, porque perdi lá em Ouro Preto um grande amigo e colaborador, o dr. Maurício Lanski, um sujeito do Ministério da Educação, diziam que era um burocrata, mas era um sujeito de primeiríssima linha! Um homem prático, que aplaudia, que colaborava... Então não sei que burocracia era a dele. Mas o fato é que ele também saiu. Hoje é membro do conselho curador da Fundação Gorceix. Sujeito de primeiríssima linha, que me ajudou muito a fundar esse curso lá em Ouro Preto, e o reitor da ocasião, cujo nome agora esqueço, mas um rapaz que acho que se elegeu deputado por Ponte Nova, muito bom também, essas pessoas foram...

P.R. - Eu me recordo que a primeira turma de geologia da Escola de Ouro Preto colou grau em 1961 - eu me lembro disso porque estive lá. O Gabriel Passos foi o paraninfo.

C.C. - Mas esse é o curso normal de geologia.

P.R. - É o curso normal, mas tinha sido criado naqueles anos, porque em 61, parece, terminou a primeira turma.

C.C. - Foi isso mesmo. O Cenap foi extinto no fim da década de 50, por aí, início da década de 60, e eram os cursos que começaram com o programa chamado CAGE - Campanha de Aperfeiçoamento -, acho que é isso, CAGE, se não me engano.

M.Q. - Era de formação de geólogos.

C.C. - É, formação de geólogos; o saudoso professor Othon

Leonardo era quem cuidava disso.

P.R. - Eu me lembro até que na frente, na hora da festividade, da solenidade, sentaram-se todos aqueles mineradores de Ouro Preto. Havia um, que era cunhado do Lucas Lopes, e eu o escutei falando assim: "Se o ministro falar muito em nacionalismo, vou começar". Havia um clima contra ele. Mas ele falou e não houve nada.

C.C. - Gabriel Passos era concunhado do Juscelino. Não sei por que brigaram. Eu me lembro que ele concorreu com o Juscelino lá em Minas na eleição para governador do estado.

P.R. - É, em 1950. Perdeu.

C.C. - Mas o velho Juscelino era de arrasar, o bicho era terrível. Eu me lembro de Juscelino em Ouro Preto: era um demagogo. Não é bem demagogo, eu não chamaria o Juscelino de demagogo. Mas era um cara de uma habilidade... Tinha uma naturalidade terrível! Havia uma moça lá no Clube 15 de Novembro, um clube popular em Ouro Preto, uma mulata bonita, que era muito falada em Ouro Preto na época, e o Juscelino dançando com ela no 15 de Novembro. Era um pé-de-valsa! Era difícil concorrer com o Juscelino numa eleição popular.

P.R. - Há poucos dias estive me lembrando, a propósito dessa posição que tomou o presidente Sarney de não convidar para uma reunião de governadores aqueles contrários ao mandato de quatro anos, foram discriminados, quando o Juscelino criou a Sudene, em 1960, todos os governadores do Nordeste eram da UDN, com exceção do governador do Ceará, que era o Parcifal Barroso. Outro dia eu estava vendo na lista: era o Juracy, da Bahia, o Cid Sampaio, de Pernambuco, o Flávio Ribeiro Coutinho, da Paraíba, o Luís Garcia, de Sergipe,

todos! Ele foi lá, criou a Sudene, montou aquilo e não fez nenhuma espécie de discriminação partidária - também foi pouco tempo - na utilização da Sudene.

M.Q. - Em 17 de julho de 64 o senhor é nomeado superintendente na Região de Exploração do Norte.

C.C. - Não me lembro muito bem, não. Acho que foi em 64.

M.Q. - Aí ficou uma dúvida, porque o senhor havia dito que foi substituto do interventor em 64, mas por pouco tempo.

C.C. - Interventor substituto. Mas depois da revolução, quando saiu o coronel Nélcio Lobato, eu fui nomeado superintendente mesmo, de acordo com as regras da casa.

M.Q. - Quais eram as regras da casa?

C.C. - As regras da Petrobrás, nomeação feita pela diretoria da Petrobrás. Naquele burburinho da revolução, a diretoria da Petrobrás daqui do Rio deve ter concordado com a minha presença lá como interventor substituto. Mas deve ter sido mais um ato de adesão do que outra coisa, porque naquele tempo não havia muita...

M.Q. - Então o senhor não sabe de quem partiu a indicação para o cargo de superintendente?

C.C. - Não, não sei. Suspeito de alguns opositores à idéia.

[risos] Eu sempre tive minhas opiniões. Aliás, quando você vir um sujeito a que ninguém se opõe, pode saber que é um vaselina inútil. [risos]

M.Q. - Nesse período há também uma grande mudança em termos da estrutura da empresa: a empresa cria aquele sistema de departamentos que não existia anteriormente, a diretoria passa a sofrer a mediação dos chefes de departamento, já não se faz mais ligação direta entre diretor e...

C.C. - Dessa época eu me lembro bem, porque quando assumi a superintendência de Exploração do Norte, o diretor era o Geonísio Barroso - diretor, não presidente; depois da revolução é que ele passou a ser diretor. Antes eu vinha aqui no Rio, e o Sermat era aqui, não sei o quê era ali, os órgãos da Petrobrás eram todos distribuídos nesta cidade; tinha um aqui no Edifício Campanela, não me lembro bem, outro na Teófilo Otoni, onde ficava o homem do orçamento, o Jorge, então era um horror. Eu vinha aqui do Rio de Janeiro e andava de ceca em meca para poder resolver os meus problemas. Hoje em dia o camarada vai resolver os meus problemas. Hoje em dia o camarada vai resolver os problemas no departamento dele, provalvemente não terá que ir ao Sermat e não sei onde mais.

Num desses cansaços, entrei num avião para Belém, errado, e fui parar em Nova York [risos] - desta você não sabia. Foi mesmo. Saía um Coronado para Miami, via Belém - você não se lembra disso, era garota, mas tinha o avião Coronado -, e tinha o 707, que ia direto a Nova York. Não sei o que aconteceu no Galeão que eu entrei no avião, mostrei meu cartão de passagem, a dona olhou, entrei, sentei, um sujeito chegou reclamando que aquele lugar era dele, a hostess me pôs num outro lugar - "Não tem lugar aqui" -, eu sentei, só me lembro de ter visto o avião dar aqueles últimos baques na pista, ter levantado vôo, e dormi. Não ouvi esse anúncio que o avião ia para Nova York, vôo não sei o quê, não ouvi mais nada. Incrível! Quando chegou cinco horas da manhã, eu olhei, assim, tinha um cara sentado perto de mim, que depois eu vi que era um pastor protestante, e falei: "Mas a esta hora eu já devia ter chegado em Belém. O que terá acontecido com es-

se avião?" "Belém? Mas nós estamos voando sobre Cuba. Estamos chegando em Nova York daqui a pouco". Aí eu levei um susto. [risos] Corri, chamei a hostess. Aí é que fomos passar o negócio a limpo.

M.Q. - O senhor teve que chegar lá e voltar.

C.C. - Resultado: vacinei no aeroporto, fiquei o dia inteiro no aeroporto batendo papo, ainda arranjei um camarada da da Varig que tinha sido telegrafista, parece, ou era parente de um telegrafista da Petrobrás em Belém... Então batemos papo lá, fiquei o dia inteiro. Ainda me ofereceram para sair do aeroporto, se eu quisesse, mas era meio complicado, porque eu estava ali como um sujeito até suspeito, dizem; o sujeito me mostrou um policial lá e disse que aquele cara estava tomando conta de mim. Não sei se é verdade, mas eu andava e via sempre aquele sujeito. Então fiquei lá o dia inteiro, voltei no último vôo da noite. Cansativo. Cheguei aqui, fui na casa de um amigo, tomei um banho e peguei um avião - fui pela costa, que era o que tinha. Cheguei em Belém, no aeroporto, apanhei minha mala que já estava lá, e lembro bem que eu vi um sujeito conhecido meu aqui do Rio, um americano que morava aqui no Rio: "Fulano, como vai? O que você está fazendo aqui?" "Estou fazendo alguns negócios". Negócios na da, estava perdido. [risos] O pior é que cheguei aqui no Rio de Janeiro e o Carlos Swan deu a notícia, assim, de leve. E o Barroso parece que mandou seus auxiliares de gabinete darem uma notinha explicativa. Aí é que piorou: o cara voltou no outro dia de pau. [risos] Essa foi uma coisa muito interessante.

M.Q. - Mas, com essa mudança, o seu relacionamento passa ...

C.C. — Aí passei a tratar direto com o departamento.

M.Q. — Quem estava à frente do departamento? Dr. Haroldo?

C.C. — Haroldo Ramos da Silva. Aí passamos a tratar direto com o departamento.

M.Q. — E o dr. Moura?

C.C. — Dr. Moura se aposentou.

M.Q. — Nesse período também?

C.C. — Nesse período passou a ser chefe de divisão Franklin de Andrade Gomes, já falecido também. Depois eu substituí o Franklin Gomes, mas já como chefe de divisão.

M.Q. — Em 65 - eu estava lendo nos relatórios da Petrobrás - dizia-se o seguinte: que foi criado o Departamento de Exploração e Produção, em consequência da reorganização da empresa, que adotou o critério de concentração dos esforços exploratórios nas áreas com maior probabilidade a curto prazo. Como é essa história de concentrar esforços nas áreas de maior probabilidade exploratória?

C.C. — Onde você leu isso?

M.Q. — Nos relatórios da Petrobrás.

C.C. — Não sempre estivemos em busca das áreas de maior probabilidade. Pode ser que estivéssemos errados mas, desde que eu me entendo na Petrobrás, a gente estava atrás...

M.Q. — A curto prazo, é o que o relatório diz. O que quer dizer isso?

C.C. — Não quer dizer nada.

M.Q. — Pensei que fosse uma mudança de orientação, de prioridade, para áreas que fossem consideradas mais...

C.C. — O brasileiro sempre foi propenso à demagogia. Eu

tenho muito cuidado para não ofender as pessoas a quem devo alguma coisa, mas são meus conterrâneos, então muitos não vão escapar disso. Eu lembro que, quando o Link saiu, no tempo do velho Mangabeira, que chegou, descobriram um lugar chamado Quererá, na Bahia, em que deu um gás que nunca se converteu num campo que prestasse - deu um gasinho lá. Então encamparam aquilo como um accomplishment da nova administração. A locação já havia sido dada, a sonda já estava no local furando... Quem descobre petróleo não é a sonda, a sonda apenas materializa aquela sua idéia. Quem descobre petróleo é quem dá a locação: "Fure aqui" - embora os sondadores não concordem com essa minha opinião. Por exemplo, hoje em dia dizem que a Nova República está descobrindo petróleo. Exceto por uma descoberta, que acho que vai sair aqui na bacia de Santos, não descobriram nada. O que eles descobriram? Esses campos gigantes todos anunciando aí, mais isso... Não é nada. Tudo é o campo de Marlim, o campo de Albacora. As locações de perto de Teffé já estavam dadas, as primeiras locações já estavam dadas quando a nova administração chegou. Não quero desfazer da nova administração, de maneira nenhuma! Mas não vamos nos apropriar de coisas que não são nossas. Isso é muito gozado. Então, chegou a nova administração, você tinha que dizer alguma coisa. E, para dizer alguma coisa, tinha que dizer que concentrou nas áreas... Quem é que sabe o que é curto e o que é médio prazo? Nós concentramos, talvez, em matéria de paleozóico, no médio Amazonas. Estávamos completamente errados. Não era a curto prazo, não. A curto prazo era no Alto Amazonas, onde viemos a descobrir gás, e para onde ninguém pensava em ir. Então isso não tem sentido, é só porque

você tem que fazer um relatório de acionistas no fim do ano etc.

M.Q. — Inclusive nesse mesmo relatório se fala que houve uma reinterpretação e reavaliação das bacias.

C.C. — Olhe, o episódio dos russos aqui no Brasil merece ser contado. Pouco antes da revolução apareceram dois russos chamados Tagiev e Bakirov: o Bakirov, geólogo, e o Tagiev, engenheiro de perfuração. Esses russos queriam fazer campanha ideológica e vender equipamentos - principalmente o Tagiev. O Bakirov, filho de um geólogo famoso russo também chamado Bakirov, sobrenome, era um sujeito mais cientista. O outro podia até ser competente como homem de perfuração, mas ele queria evidentemente... Eu me lembro dele lá em Balsas, no Maranhão, atacando o pároco por causa de religião - ele não perdia oportunidade de dar uma tacada - e criticando o programa de exploração americano, dizendo que tínhamos que fazer poços assim, assado... Inventaram de fazer uns poços de seis mil metros na Bahia. Na Bahia, em qualquer lugar que se furar, com bem menos do que isso o sujeito atinge o embasamento, a nega do petróleo. Então encheram a Bahia - não sei se foi nessa época, mas nessa transição aí - de sonda romena de seis mil metros, aquela bobajada sem nenhum sentido, que nunca teve consequência prática nenhuma. Talvez seja esta a modificação a que o relatório está se referindo.

M.Q. — É interessante, porque é neste período que vêm os equipamentos de origem do Leste europeu.

C.C. — Exato. Esses russos fizeram um relatório até interessante. Mas dois técnicos, por mais sábios que sejam, não podem fazer um relatório em um mês ou dois avaliando a

geologia de petróleo de um país. Isso não existe.

M.Q. — Então essa reinterpretação, essa reavaliação da bacia...

C.C. — A reavaliação da bacia é uma coisa que temos obrigação de fazer...

M.Q. — Continuamente.

C.C. — ...periodicamente. Hoje, um dos cursos que eu queria implantar em Ouro Preto, chama-se inclusive análise de bacia: estudar a bacia como um todo, em todas as suas implicações etc., o que não se tinha hábito de fazer muito. Foi feito em 58 na Bahia pela equipe de Link, e depois foi retomado com mais seriedade, modéstia à parte, no meu tempo. Agora, esse é um trabalho para ser feito, primeiro, por gente de primeiríssima linha; e segundo, com uma visão muito objetiva do que é exploração de petróleo.

[FINAL DA FITA 4-A*]

4ª Entrevista: 10.06.1988

M.Q. — Dr. Carlos Walter, vamos voltar ainda um pouco ao período do Francisco Mangabeira, porque eu queria que o senhor falasse a respeito de umas coisas que andei vendo, que são o seguinte: nesse período do Francisco Mangabeira, começou-se a utilizar muito a propaganda, a imprensa, a ponto inclusive de mais tarde, acusarem o Francisco Mangabeira de ter utilizado muito esse tipo de atividade...

* A fita 4-A não foi gravada integralmente.

P.R. — De política assistencial.

M.Q. — ...de política assistencial dentro da empresa. O senhor acompanhou isso? Isso foi sentido lá na área do Norte? Como os funcionários com os quais o senhor lidava lá naquele período viam essa questão?

C.C. — Essas medidas ou essa política adotada aqui pela administração central podiam chegar lá no Norte para o superintendente da unidade. Mas nesse tempo eu era apenas o chefe de exploração, só cuidava de geologia, de geofísica. O que se sentia lá no tempo do professor Francisco Mangabeira era aquilo que eu já disse: a disciplina da companhia se relaxava cada vez mais e os sindicatos passaram a mandar na empresa — as decisões praticamente tinham que passar pelo sindicato. Lá em Belém havia um superintendente — como sempre, nessas ocasiões quem quer fazer carreira aparece... Havia um cidadão, ótima pessoa, chefe do serviço de engenharia, chamava-se Abeillard Hasselmann, e ele acabou sendo superintendente da unidade, indicado pelo sindicato. Tudo o que ele fazia era reflexo das decisões sindicais. Não posso dizer que eram todas absolutamente erradas, mas acontecia que ninguém sabia realmente quem era o chefe nessas ocasiões. E esse sentido de hierarquia, esse sentido de disciplina, qualquer organização que perca isso... Não é só na Igreja e nas Forças Armadas que é preciso ter hierarquia, que é preciso ter disciplina. Esse é um engano tremendo que se comete no Brasil toda vez que existe uma abertura democrática: confundir a democracia com o completo relaxamento da ordem hierárquica, da ordem disciplinar nas empresas. Foi isso que aconteceu com a Petrobrás em 63. Resumindo: a marca mais característica dos tempos de Francisco Mangabeira na

Petrobrás, na minha opinião e na posição em que eu estava, foi essa.

M.Q. — Segundo os relatórios - e isso é uma coisa parcial -, é concedida aos funcionários uma série de benefícios, que são arrolados, como a revisão dos critérios de participação nos lucros da empresa, o auxílio financeiro para férias a substituição do abono de fim de ano pelo pagamento de 130, o estabelecimento do sistema de assistência médica, social e odontológica... Isso foi verdade?

C.C. — Houve medidas beneficiando os empregados, no que até certo ponto não vejo nada de mais, principalmente essas referentes à melhoria da assistência médica e odontológica. O que há de ruim no nosso país não é propriamente dar mais assistência médica, dar mais assistência odontológica: é o sujeito usar isso, ir ao médico para não ir trabalhar - isso é que é a coisa triste da nossa mentalidade -, ou então arranjar jeito de médicos inescrupulosos ganharem mais dinheiro repetindo consultas ou essas coisas, porque sempre se dá um jeitinho de aumentar o faturamento à custa de conluíus. Isso é que eu acho muito lamentável. Mas o fato de dar mais assistência, acho que é uma coisa boa. Aliás, você sabe que a nossa assistência médica é deficiente. Porque começa a haver uma enxurrada de gente que tem suas deficiências mentais, uns são realmente hipocondríacos, outros... Não sei se por algum tipo de abuso, as despesas da companhia com tratamento médico e odontológico começam a subir tremendamente sem grande proveito real. Isso é ruim. Mas desde que a assistência médica e odontológica seja aperfeiçoada, eu acho ótimo. Mesmo assim ela é deficiente, a começar pelas tabelas. O que acontece é o seguinte: há uma tabela - para você ir ao mé-

dico tal, de tal especialidade, o custo é tanto -, essa tabela fica desatualizada e os bons médicos começam a se desvincular do sistema. É o que tem acontecido muito aqui no Rio de Janeiro hoje: falta de realidade para as coisas. Se o preço de mercado é esse, não há como ficar segurando - isso para a turma ter acesso ao melhor tipo de médico possível.

Tudo isso aconteceu no tempo do dr. Francisco Mangabeira. Agora, aconteceram coisas também como esta: promoções em massa de todo mundo, datilógrafo que definitivamente não tinha capacidade para ser assistente administrativo, de um dia para a noite passava a assistente administrativo... Aconteceram essas coisas inconseqüentes, de promoções indevidas, favorecimentos indevidos a pessoas dentro da organização, para ocuparem cargos para os quais não estavam preparadas. Isso é o delírio do poder.

M.Q. - O sindicato atuava dentro da empresa, mas havia também Associação de Engenheiros?

C.C. - Havia. Um debate muito grande que houve em Belém naquela época foi se a Associação de Engenheiros se associava ou se ligava de alguma forma aos sindicatos ou não, o que de certa maneira seria uma absorção da Associação dos Engenheiros pelo sindicato. Isso deu muito barulho, muitas reuniões, muitos quiproquós, porque tinha uma turma que resistia, e outra que achava que se devia fazer uma coisa só.

M.Q. - Em outra entrevista que fizemos, nos disseram que em Cubatão havia realmente uma cisão: de um lado os sindicatos, e de outro os engenheiros.

C.C. - É verdade. Mas havia uma parcela dos engenheiros,

pelo menos em Belém - eu conheço figuras ilustres nos dias de hoje que participavam dessa idéia -, que achava que se devia fazer...

P.R. - Aliança com o sindicato.

M.Q. - Inclusive parece que em Cubatão houve um certo movimento conspiratório mesmo nas vésperas do golpe de 64.

C.C. - Em Cubatão?

M.Q. - É. Isto aconteceu? O senhor tem conhecimento?

C.C. - Não, não tenho conhecimento. O que houve lá, como eu lhe disse, foram muitas reuniões no sindicato, brigas, até agressões físicas. Isso houve muito.

M.Q. - O senhor falou fora do gravador que o primeiro presidente que conheceu de perto, de sentar, foi o Mangabeira. Como o senhor vê a figura do Mangabeira? Gostaria que nos contasse como foi o seu contato com ele.

C.C. - Eu não tive, assim, nem má impressão, nem boa. Mangabeira não teve realmente nada de notável na sua passagem pela Petrobrás. Não é para querer depreciar, mas não teve nada de notável, a não ser os acontecimentos políticos, porque seja com ele ou com quem fosse, ia acontecer coisa parecida. O resto, nada de notável. Eu considero notável aquele presidente que impulsiona a companhia, como impulsiona a companhia, como fez o Janary, lutando para que ela se consolidasse, como fizeram outros, lutando para que o dr. Gudín fosse desmentido e ela não ficasse como uma empresa que é muito boa do chão para cima, aumentando as suas reservas e a sua produção. Isso eu considero grandes presidentes.

M.Q. - Dr. Carlos, logo no início de 64 houve uma delimi-

tação do campo de Carmópolis. E houve também durante o ano de 64 - o senhor vai ter que me explicar direitinho como foi esse negócio - uma demonstração de acumulação de óleo na bacia do Tucano, no sul da Bahia. Quer dizer, foram duas áreas, pelo menos me parece, que o senhor fez mapeamento geológico, trabalhou.

C.C. - Em Carmópolis, eu nunca trabalhei como geólogo, com o pé no chão e o martelo na mão. Esse negócio de geólogo tem uma coisa interessante: o geólogo, quando chega num afloramento, numa exposição de rocha viva, bate com o martelo, quebra um pedaço, olha com a lupa - ele carrega sempre uma lupa -, às vezes passa o canivete para ver se é dureza, faz uns testes elementares. Quando é geólogo de petróleo, ele cheira para ver se tem cheiro de hidrocarboneto, dependendo da rocha ele cheira, e o sujeito, olhando de longe, pensa: "Que sujeito maluco, aquele! Cheirando rocha! [risos] Às vezes, se há suspeita de que pode ser rocha que tem conteúdo de sal, ele passa a língua. [risos] "O sujeito é louco!" Mas realmente o sujeito que olha de longe uma cena dessas fica meio espantado: "Que camarada maluco!" [risos]

P.R. - Hoje existem processos mais modernos para verificar isso?

C.C. - Não. Os testes de campo são sempre os mesmos. Se bem que hoje o mapeamento de campo está completamente modificado com as imagens de radar, as imagens de satélite... São instrumentos poderosíssimos! O sujeito faz o mapa no escritório e depois vai no campo conferir, checar. Se bem que a ida ao campo é sempre importante, imprescindível mesmo. Mas as coisas hoje modificaram muito.

M.Q. — O senhor pode explicar o que é essa demonstração do potencial de acumulação de óleo?

C.C. — O que aconteceu - pelo menos o que eu me lembro - em Tucano foi o seguinte: eu voltei dos Estados Unidos, depois que fiz a Escola de Minas do Colorado, e me pusem numa equipe de geologia de campo TG-8 como assistente de um gringo, mas já era para me preparar para chefiar independentemente a TG-9. Fiquei lá com o gringo meio caladão, não falava nada, e ele adotava o método de usar fotografias aéreas e fazer o mapa base que se chamava radial livre platting. Eu ficava vendo como ele fazia aquele trabalho, eu tinha que aprender. Era como aprendiz de barbeiro no interior de Minas: ficava rodando em torno dele e olhando, porque ele não dizia uma palavra - eu e o meu prezado amigo, dileto amigo, que já faleceu, Álvaro Renato Pontes, que foi diretor da Petromisa depois. E o Álvaro Renato era assistente dele - o Álvaro Renato era bem mais novo do que eu na empresa. Depois eu fiquei muito amigo do Disbrow - o nome dele era Alan Disbrow. Mas no início foi difícil, porque o homem era caladão e fechadão.

Dali fui tomar conta da minha equipe. Então comecei mapeando no norte da bacia do Recôncavo e transição para a bacia do Tucano. Este foi um trabalho muito interessante, porque naquela época ainda se considerava a bacia do Tucano e a bacia do Recôncavo duas bacias completamente diferentes, e nós demonstramos que era a mesma bacia. Quando o sujeito vai do Recôncavo para Tucano, observa uma gradativa mudança na facies das rochas - facies é um conjunto de características que definem um determinado conjunto de rochas - as características mudam gradativamente. Na altura de Jeremoabo e no vale do Vaza Barris, lá é quase tudo

arenito e argila vermelha, completamente inadequados para a geração de petróleo. Mas essa constatação abriu uma esperança nova, porque Tucano, para dar uma idéia, tem cerca de 40.000 km², e o Recôncavo tem a metade disso ou menos da metade. Então era abrir essa área toda. E eu, naquele tempo, do alto dos meus 30 anos, estava completamente encantado com este trabalho. E nós trabalhávamos bastante mesmo.

Fizemos o trabalho, o mapeamento, mas, ao longo dos anos, foi uma grande decepção: não passou do campo de Conceição, que é um campinho de gás, e de um outro campo, cujo nome não me recordo agora, que é também de gás. Até contei o caso aqui, que a locação descobridora deste outro campo, cujo nome mencionei uma vez, mas me esqueci agora, já estava dada no tempo do Link. E, quando descobriram, pensaram que tinham descoberto muito hidrocarboneto, que aquilo ia ser famoso, e logo começaram a fazer propaganda. Foi no tempo do Mangabeira, mas o Mangabeira não teve nada com isso, não vamos culpar o presidente por causa disso. É uma coisa interessante: as pessoas não perdem esse costume de não reconhecer o trabalho dos anteriores. Qualquer relatório geológico de mapeamento de campo que os americanos façam tem uma coisa que se chama previous work: o cara tem que escrever o que foi feito naquela área anteriormente, quais foram sumariamente as conclusões dos colegas anteriores que trabalharam ali. Isso é um costume muito bom, devia ser adotado também pelos chefes que chegam, já encontram alguma coisa feita, mas se apoderam daquilo e ficam fazendo demagogia. Então, nos dias de hoje, isso é terrível!

M.Q. — Honestidade intelectual, não é?

C.C. — Você já ouviu alguém dizendo que essas locações em Urucu já haviam sido dadas antes? As descobertas de Urucu, no Amazonas, que todo mundo fala, gás, óleo etc... Já viu alguém perder tempo de mencionar? Não é que seja importante, mas já viu alguém ter a honestidade de mencionar isso? Não. Acho bom você não pôr isso na "Memória", porque a empresa não vai aceitar. [risos] Não se menciona aquilo que foi feito antes. Parece que tudo começou no dia em que o sujeito chegou.

P.R. — E quem foi o sujeito que chegou?

C.C. — Ao longo das gerações sempre vão chegando novos. Eu, quando cheguei na Petrobrás, já tinha os meus gurus do passado: dr. Orville Derby, geólogo americano, dr. Euzébio Paulo de Oliveira, dr. Luís Gonzaga de Campos, dr. Pedro de Moura... Eu já tinha os meus gurus. E sempre gostei de lembrar dos meus, naturalmente aqueles que acho que têm valor, e há muitos na geologia brasileira - eu até mencionei aqui, mas gostaria, se pudesse, de fazer uma lista mais completa e mais justa. Hoje em dia o sujeito chega, e parece que tudo começou no dia em que ele chegou na diretoria, chegou na presidência não sei de quê.

M.Q. — Nesse momento, em 64, houve a revolução, o movimento de 64, e num outro depoimento o senhor disse que um dos presidentes da Petrobrás que o senhor destacaria era o marechal Ademar de Queiroz. O senhor citou o Janary, o Ademar de Queiroz e o Shigeaki Ueki, se não me engano, mas destacou o marechal. Por quê?

C.C. — O marechal era gente muito boa. Foi um presidente, talvez eu não possa analisar... Quando o marechal era pre

sidente, eu estava no Norte, ele nos deu todo apoio e trabalhamos à vontade. Eu destaquei o marechal, embora tenha certeza que administrativamente a presidência dele foi também uma presidência proveitosa, mas ele se notabilizou na Presidência porque entrou num período difícil, pós-revolucionário, e fez as coisas de tal maneira que a Petrobrás se manteve íntegra. Ele contribuiu muito para diminuir as lutas internas, as vinganças. Eu sempre fui um cara ligado à turma que chegou depois da revolução, mas já mais gostei desse sistema de estar demitindo pessoas porque... Teve uma porção de gente que nunca conseguiu um cargo decente, nunca teve valor para coisa nenhuma e se aproveitou da revolução para se propagar grande revolucionário e se aboletar em funções. Isso tudo acontece nessas ocasiões, não é novidade. Não é só na Petrobrás, nem só na revolução. Acho que desde os romanos. Mas o marechal chegou tranqüilamente e fez com que as coisas voltassem aos seus lugares. E sem perseguições, sem dar guarida para esse tipo de comportamento ridículo. Isso é que achei notável e tenho certeza que foi uma coisa notável da administração dele.

M.Q. — Mas nesse período, nós até conversamos isso uma outra vez, o senhor falou que houve uma série de demissões na sua área.

C.C. — Isso foi logo depois da revolução, assim no explodir do canhão. Aí sobrou gente para todo lado.

M.Q. — Inclusive houve um periodozinho de uns dias em que a Petrobrás ficou acéfala. Houve o Arthur Levy...

C.C. — Houve. Eu não sei, porque não estava aqui no Rio, mas parece que houve umas três substituições. Parece que

o Mourão Filho chegou lá de repente para tomar posse, mas não gostou, achou que era pouco para ele e largou para lá, disse que não entendia nada daquilo. Bom, mas não seria o primeiro que não entendia nada e que ia ser presidente da Petrobrás. Estou ficando muito irreverente, mas acho que isto é verdade. [risos] Mas eu não sei por que o general Mourão Filho não quis ficar. O pessoal que assistiu, que estava aqui na ocasião, diz que ele achou que aquilo ali... De fato ele foi o homem que devia ser pelo menos um ministro, ele espocou a revolução, dizem que foi ele quem deu partida. Não foi bem ele. Talvez ele tenha sido o homem que foi usado em primeira mão pelos políticos de Minas para dar partida no negócio. Esses fatos históricos não são da minha... Mas eu li o livro dele.

M.Q. — Com relação a essas demissões, nós já havíamos até falado, o senhor mencionou, mas eu gostaria que me dissesse se essas demissões atingiram mais operários, os técnicos de nível médio ou...

C.C. — Não, todo mundo. Que eu me lembre, todo mundo. Acho até que atingiu menos os operários. Os operários, aqueles que militavam no sindicato, foram demitidos. Mas isso pegou também muita gente de nível universitário, eu me lembro de uma porção em Belém. Teve gente que foi demitida pelos motivos mais fúteis possíveis: aquele, por exemplo, que chegava do campo com o livro do Jean Paul Sartre.

M.Q. — Mas não houve dificuldades para substituir esse pessoal? Porque se foi gente muito especializada...

C.C. — Esse pessoal que foi demitido, pelo menos em Belém, não era gente assim de muita... Por exemplo, aqui no Rio,

onde existiam especialistas de mais difícil reposição, não me consta que tenha sido... Lá em Belém foi demitido geólogo de poço e esse pessoal que podia... Aliás, naquele tempo da revolução, se não me engano, ainda havia muito americano por aqui - estavam saindo em 64, já estavam saindo. Não creio que tenha havido prejuízo muito grande em termos de... É impressionante, isso! Aqueles mais ligados ao sindicato e às idéias da época, que eles chamavam subversivas, não eram figuras muito representativas, eram figuras em busca de notoriedade. Como hoje também. Está cheio de gente aí nessa Sociedade de Engenheiros e Geólogos, há grande parte de figuras que estão em busca de notoriedade. Infelizmente isto é muito comum. Talvez esses movimentos de esquerda dessem maiores resultados se não fossem tão povoados por figuras que estão em busca de notoriedade.

M.Q. - Em 64 se estabeleceram dentro da Petrobrás normas gerais com relação à política salarial e de pessoal. Parece que antes cada unidade ou cada região tinha o seu processo próprio, acho que até uma tabela salarial diferente.

C.C. - Esses detalhes, eu não sei.

M.Q. - Porque o senhor era superintendente da Região Norte em 64, já assumia cargo administrativo.

C.C. - É. Mas quanto a esse problema salarial, não me lembro de nada notável que tenha acontecido. Houve alguns reajustes salariais, algumas coisas, mas não acredito que tenha sido algo de importância. Naquele tempo, garanto que não aconteceu o fenômeno da URP, nem parecido com o da URP. [risos]

M.Q. - Eles deram dois reajustes salariais naquele ano.

C.C. — Às vezes davam.

M.Q. — ...mas foram só esses dois. Nesse período em que o senhor está lá, logo em 65, foi criada a associação de Assistência Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana, chamada ARPEL...

C.C. — É verdade.

M.Q. — ...que reunia vários países: do Uruguai, a ANCAP, a Corporação Venezuelana de Petróleo, a Empresa Petroleira Fiscal do Peru, a Empresa Colombiana de Petróleo, a Empresa Nacional de Petróleo do Chile, a Pemex, o YPF argentino, o YPF boliviano e a Petrobrás. Na sua área, a ARPEL trouxe algum benefício?

C.C. — Não acredito nisso. Eu sempre falava com o presidente Ueki. Ele prestigiava essas coisas, achava que era importante, e tinha razão, porque a gente não pode se colocar contra, principalmente o presidente da companhia. Mas estou aqui para dizer o que acho. Pronto. O que essa ARPEL, essas organizações fazem? Nada. Eu quero que alguém me cite, além de alguns manuais, talvez, algumas coisinhas assim, o que isso modificou na política petroleira de los hermanos latino-americanos. Nada. Muita viagem, muito coquetel, muito congresso com uns paperzinhos meio lá, meio cá, um ou outro paper notável... Nada. Eu fui a um congresso uma vez na Argentina, naquele tempo a sede da ARPEL era no Uruguai... Não vejo brotar de uma associação dessas uma política de assistência recíproca para exploração de petróleo na América Latina, uma coisa séria em termos de desenvolvimento tecnológico, talvez uma universidade do petróleo ou uns cursos, mas de alto nível... Não vejo nada. Só vejo esse blá-blá-blá, vai lá, todo mundo

bem, aquele discursório, aquelas coisas assim... Franca-mente, não vejo nada.

P.R. — E quanto à expansão da Petrobrás em outros países, por exemplo da África e da Ásia, onde ela obteve concessões para prospecção e exploração de petróleo? Isso o senhor vê como vantagem para a empresa?

C.C. — Vejo, desde que seja bem-feito. Porque no mundo internacional, explorar petróleo em outras áreas, se o sujeito não o fizer com muito cuidado, pode gastar uma quantidade de dinheiro substancial sem nenhum resultado. Mas essas idéias, essa busca de petróleo... Por exemplo, o primeiro resultado da Petrobrás foi um resultado fantástico: foi a descoberta do grande campo de Majnoon - não me pergunte como se escreve porque não sei.

P.R. — No Iraque?

C.C. — Lá no Iraque. Aquilo foi uma descoberta enorme de petróleo! Talvez uma descoberta que ocorre uma em uma década. Se depois o Iraque forçou a Petrobrás a negociar, o que acabou sendo feito, e muito bem-feito, essa é a verdade... Aliás, se não o fizesse, o Iraque acabaria mandando a Petrobrás para a Corte de Haia e ficava por isso mesmo.

P.R. — Mas foi bem-feito para o Iraque ou para o Brasil?

C.C. — Para o Brasil. Porque o que você ia fazer mais? Pegaram muito dinheiro...

P.R. — Eu estou supondo que o Iraque fez a mesma coisa que qualquer outro país faria depois de absorver a tecnologia que vem de fora: limitar a atividade. Foi isso?

C.C. — Não sei. Eu nunca entendi como os árabes, com aque

le petróleo todo que têm, como aqueles camaradas não são capazes de fazer um trabalho por eles mesmos. Esse é um negócio que... O árabe, ao longo da história, sempre foi um povo inteligente. É uma coisa impressionante! Você quer ver, para comprovar outro exemplo? Estudar esse campo de petróleo na Líbia. Agora, eu acho que, se assinou um contrato, o país tem que cumprir aquele contrato, ou então não assina. Não é obrigado a assinar. O contrato que a Petrobrás fez com o Iraque, para mantê-lo, era terrível! Porque eles iam ter que manter um preço de petróleo completamente absurdo! O petróleo estava subindo não sei para quanto lá... Não me lembro dos números, mas a diferença ia ser... O contrato ia acabar tendo que ser revisto mesmo.

[FINAL DA FITA 4-B]

4ª Entrevista: 10.06.1988

C.C. — Então a Petrobrás foi para o exterior para complementar a produção de petróleo nacional. A Braspetro foi criada em 72, já muito tarde - devia ter sido criada antes. Falta de decisão! Eu admiro certos presidentes, certas pessoas como gerentes, porque são pessoas que tomam decisões. Ser gerente para ir empurrando com a barriga até alguém tomar a decisão por ele... Pelo amor de Deus! O sujeito que tem essas características não devia se candidatar a cargos de gerência. A decisão pode ter sido... Ele pode ouvir quem quiser, mas em determinado momento há que tomar uma decisão. Tanto que nós perdemos o trem da Nigéria; naquelas primeiras descobertas gigantes da Nigéria, nós poderíamos estar associados a grandes companhias

internacionais. Mas não fomos para lá, ficamos tergiversando, porque não apareceu um moço aqui que dissesse: "É para ir, moçada!" E estaríamos lá. Não apareceu o líder.

P.R. — Mas nesse caso da Nigéria não apareceu um grupo americano que ofereceu condições mais vantajosas do que a Petrobrás?

C.C. — A Petrobrás podia ter ido associada com os italianos, ou sei lá com quem. Esse sistema de partnership já existe há muito tempo. Eu não sei detalhar nesse caso, mas o fato é que só foi criado em 72. Aliás, o Link, quando saiu, veja bem, disse no seu relatório que uma das coisas que a Petrobrás deveria fazer era ir para o exterior. Isso foi em 61, o Link saiu em 61. No mínimo dez anos depois a Braspetro foi criada. Isto é um fenômeno do subdesenvolvimento, precisava ser propalado aos quatro cantos. Um sujeito desse. Nós preferimos achar que ele era um inimigo do Brasil, do que pelo menos ler seu relatório. Ele disse isso, um homem com experiência internacional. Um cara, para chegar a ser o chefe da exploração da Exxon, não é um idiota. E se fosse um idiota, mais idiotas seríamos nós que o contratamos durante muito tempo, pagando, diziam, da ordem de dez mil dólares por mês, o que era um dinheirão naquela época - diziam, eu não conferi o salário dele. Não ouviram uma sugestão do relatório do homem. Olhe o que nós fizemos depois: dez anos depois criou-se a Braspetro, e em 67, 16 anos depois, fomos para a plataforma continental explorar no mar. Isso não merece uma crítica muito forte, porque realmente os métodos de exploração no mar, o método sísmico, estavam muito pouco desenvolvidos ainda em 61, 62. Mas o Link já tinha tentado ir para o mar em 61, 62. Mesmo assim, fomos com um certo atraso.

M.Q. — Mas isso é uma coisa mais adiante. Quando o senhor foi ser assistente do superintendente-geral do departamento, em 67, foi quando se contratou uma firma estrangeira para fazer o trabalho no mar. Estava até anotado aqui: "Contratado o serviço de uma firma estrangeira especializada na execução de perfurações no mar até quatro mil metros em águas de 50 metros de profundidade."

C.C. — Quem falou isso? Onde você arranjou essa informação?

M.Q. — No relatório.

C.C. — Não foi bem um contrato. Foi o seguinte: quando nós começamos, eu vim de Belém, e a Petrobrás naquela época estava tomando duas providências, além de outras menores. Uma, construir uma jack-up que é um equipamento para perfurar no mar - jack-up é aquele tipo de pernas apoiadas no fundo. Aqui no Brasil, de fato, a Petrobrás construiu um no Estaleiro Mauá. O coordenador disso era o dr. José Levine Carneiro, que tinha sido superintendente em Belém e veio para o Rio provavelmente devido a circunstâncias sindicais da época, porque ele não era homem das esquerdas e já veio de Belém não digo corrido, mas como consequência do clima político. Isso aí eu tenho certeza: saiu de Belém como consequência do clima político, tornando-se aqui coordenador da construção dessa Petrobrás I.

Paralelamente, o Conselho de Administração da Petrobrás determinou que ainda em 68 se perfurasse um poço na plataforma continental. Essa decisão foi cumprida: contratou-se uma plataforma americana chamada Vinnegahoom, que perfurou o primeiro poço no Espírito Santo, no flanco de um domo de sal. Nós achávamos que esses domos de sal

iam ser muito prolíficos, por causa dos domos de sal do golfo do México, aos quais estão associados muitos grandes campos de petróleo. Mas aqui a história foi diferente: a geologia não se repete, ou pelo menos até hoje essa repetição não foi comprovada ainda, e não tivemos muito sucesso. Então mudamos a sonda, eu mandei mudar a sonda para Aracaju. Para Aracaju, não, para a foz do Vaza Barris - uma posição que se vê hoje de Aracaju, o campo de Guaricema -, e foi descoberto o campo de Guaricema. Mas não se contratou uma companhia, contratou-se uma sonda para furar poços na plataforma continental brasileira. Junto com esta sonda vieram os barcos de apoio. Mais tarde verificou-se que só leão podia viajar para a plataforma naqueles barcos cinco, seis horas mar adentro, como aqui no Espírito Santo, num barco daqueles balançando. Aí o transporte passou a ser de helicóptero.

M.Q. - A base ficava aonde neste caso?

C.C. - Neste caso a base era Vitória, e a plataforma furava nas costas do Espírito Santo. Mas eram seis sete horas de viagem de barco, que eu tive o prazer de fazer. Fiz. Saímos do porto de Vitória, quando chegou no meio do caminho faltou uma ferramenta para perfilar o poço, voltamos, eu já estava mareado, cheguei em terra e comprei uns remédios contra enjoô. "Tenho que voltar. Se for dar parte de fraco aqui, como comandante fico meio desmoralizado." [risos] Voltei. Hoje ainda existe muito isso: do convés do barco a gente subia numa cestinha, e o guindaste lá em cima da plataforma levantava a gente. Depois dessa vieram inúmeras outras.

M.Q. - E a experiência da Bahia de perfuração aqueles po-

ços na Baía de Todos os Santos? Isso não teve nenhuma importância?

C.C. — Não, não teve. Na Baía de Todos os Santos eram poços fincados sobre... O sujeito furava sobre giraus, sobre pequenos estaleiros, sobre estacas fincadas no fundo daqueles mangues, porque lá o campo nunca foi em águas muito profundas.

M.Q. — Mas na entrevista do dr. Yvan Barretto ele conta inclusive que foi pegar uma tecnologia já ultrapassada na Venezuela para atender àquelas necessidades dali. Isso ainda na década de 50.

C.C. — Dr. Yvan deve ter-se referido ao lago de Maracaibo. Ele era o chefe da perfuração na Bahia na época, então deve ter construído aquilo... Para a época era uma coisa bastante interessante, até notável, o desenvolvimento do campo de D. João. Dr. Yvan é um pioneiro que também deu a contribuição de fazer, parece, o primeiro poço desviado e controlado. Teve grande atuação profissional na Petrobrás.

M.Q. — Pegou fogo 15 meses lá, ele nos contou a história.

C.C. — Isso já foi no campo de Mapele.

M.Q. — É, Mapele. Depois eles furaram o poço lá e apagaram o fogo com o mesmo processo que apagaram em Enchova.

P.R. — O incêndio desse poço foi no início da gestão Mangabeira.

M.Q. — É. Mas voltando um pouco, ainda em 65 é criado o Serviço de Pessoal aqui na sede, que, dentre outras tarefas, ficou encarregado de planejar, propor e executar a seleção de recrutamento de empregados, bem como o treina-

mento e aperfeiçoamento destes. Como funciona o processo de recrutamento? Era uma coisa centralizada aqui no Rio ou vocês tinham autonomia lá?

C.C. — O recrutamento sempre foi feito nas unidades. Agora, há certos tipos de recrutamento que são feitos em nível nacional. Por exemplo, o recrutamento de geólogos, de geofísicos e de engenheiros é um recrutamento nacional. Para alguns tipos de técnicos de nível médio, como técnico de geologia, técnico de geofísica, também são recrutamentos nacionais. Agora, pessoal em geral é recrutado na unidade, não é aqui no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro estabelece as normas de como devem ser feitos esses recrutamentos.

M.Q. — E era uma coisa fácil de se fazer? Porque devia demorar, demandar um tempo para você pedir que se abrisse um concurso e tal, fazer a seleção...

C.C. — Nunca foi muito problema. Sempre havia gente do Serviço de Pessoal, além de pessoas do departamento interessado, que fazia visitas às universidades, às escolas, entrevistava o pessoal, depois passava uma prova — parece que havia uma prova escrita também — e selecionava aqueles melhores. Isso nunca foi problema. Acontece infelizmente, que os padrões foram sempre baixando devido à deficiência das universidades. E, na medida em que esses padrões foram baixando, a Petrobrás teve que criar cursos de reforço para esse pessoal. No fim, chegou ao ponto de a gente temer que a Petrobrás virasse uma universidade. Então começamos a criar cursos nas próprias universidades. Mas poucas são as universidades brasileiras que se prestam a isso, porque elas geralmente são ciosas das liberdades universitárias e consideram tudo interferência dentro da

universidade. Mas a Petrobrás tem suas necessidades específicas, então algumas universidades concordaram com isso, como a Universidade de Ouro Preto, agora a Universidade de Campinas, a Universidade da Bahia, que aliás foi pioneira nesse tipo de cooperação com a Petrobrás... Isso tem dado certo e o resultado geral tem sido muito proveitoso. Aqui a COPPE, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de engenharia...

P.R. — A COPPE mantém até hoje, não é?

C.C. — Mantém um convênio com a Petrobrás.

M.Q. — No final de 66, em dezembro, o senhor, por indicação da diretoria, representou o presidente da Petrobrás na Conferência dos Embaixadores dos Países da Bacia da Amazônia, que teve sede, foi realizada em Manaus.

C.C. — É verdade.

M.Q. — Como foi isso? O senhor foi indicado porque era a autoridade mais próxima ou porque...?

C.C. — Porque ninguém queria ir. [risos] Nessa época, o presidente era um presidente interino, o dr. Irnack Carvalho do Amaral. E o dr. Irnack achou por bem indicar o superintendente regional da Amazônia para ir. Uma indicação razoável, porque se há um sujeito que é o encarregado da área, é a autoridade máxima da área, ele deve ter imaginado que quem podia falar melhor sobre os problemas da Petrobrás na área seria esse moço. Então me designou e eu fui: tomamos o navio e fomos rio acima. Eu lembro que na ocasião havia uns companheiros interessantes no navio; um deles é o rei do estanho. Como é que ele se chamava? Outro dia encontrei-o na rua.

P.R. — Antônio Sanchez Galdeano.

C.C. — Isso aí! Ele e sua secretária viajando no navio. Havia várias outras pessoas, e nós íamos conversando. Durante a viagem havia conferências, palestras... Lembro da dra. Clara Pandolfo, uma figura notável lá da Amazônia, senhora de muitos conhecimentos e também muito entusiasmada com os problemas da Amazônia. Uma viagem muito interessante. Não sei se foram usadas as conclusões a que chegaram, se alguma providência foi tomada pelo governo em relação àquilo. Mas foi uma viagem muito interessante, muito proveitosa, em que vários órgãos do governo estavam representados. Tenho a impressão que a dificuldade desse tipo de coisa é que no fim seria preciso fazer um resumo de conclusões de uma viagem dessas e tomar algumas medidas. Sem isso, a coisa se perde nos currículos das pessoas que participaram, sem nenhuma consequência maior.

M.Q. — E quais foram os problemas que o senhor levantou com relação a essa...?

C.C. — Eu fui mais para dizer à ilustre comitiva o que a Petrobrás estava fazendo, quais eram os problemas da Petrobrás.

M.Q. — Mais para isso mesmo. Ainda na gestão do Irnack Carvalho do Amaral, que era interino, o senhor é designado para a função de assistente do superintendente-geral do Departamento de Exploração e Produção no Rio de Janeiro.

C.C. — Foi quando vim de Belém.

M.Q. — Como se deu esta sua passagem a superintendente e sua transferência aqui para o Rio?

C.C. — É que eu estava em Belém, e tenha um colega que se

aposentou aqui agora, desconfio que foi ele quem indicou o meu nome, o Hélio Pereira. De vez em quando ele está por aqui, agora mesmo ele chega. Acho que ele me indicou aqui para o Haroldo, não sei por que fui indicado. Sei que ele foi lá me convidar, isto eu sei, se dava para eu vir, porque iam começar os trabalhos na plataforma continental. É aquilo que eu falei para você. O baiano gostava de dizer: "Esse cara ainda não viu o óleo, como é que ele vem?" Mas aceitei o convite. Aceitei por várias razões, mas a principal delas foi que eu vi que aquele negócio de superintendente regional era um atraso profissional. Eu não estava interessado naquilo, naquela época principalmente - aliás, nunca me interessei muito por assuntos administrativos. Eu queria achar petróleo, queria ter posição de mando para tomar decisões que conduzissem à busca de petróleo. Porque sem posição de mando você não consegue fazer as coisas, não consegue impor um programa. Isso foi o que o Hélio conseguiu criando uma diretoria de exploração, porque aí o sujeito fala: "É para fazer esse programa." E é para fazer mesmo. Agora, se você fica lá embaixo na linha hierárquica, você pode fazer suas ondas, mas nem sempre sensibiliza alguém.

Mas eu não vim para o Rio com esta intenção. Vim com a intenção de continuar minha carreira profissional. Andava num carro bonito, com chofer... Sabe que nesses lugares assim, principalmente nos lugares menores, capricha-se na mordomia. Aí o cara é mais notado. Porque aqui no Rio, mesmo com o carro e o chofer, o sujeito desaparece na massa. Mas eu pensei: "Isso aqui, para mim, a longo prazo, vai ser um atraso de vida. O que vou ficar fazendo aqui agora?" Aceitei correndo. Aliás, tenho uma

característica: nunca me ofereceram nada de oportunidade que eu ainda tivesse que pensar e perguntar à mulher. Estou lembrando de um colega meu, a quem falei: "Vamos, eu quero te dar uma função de chefia aqui, mas chefia técnica." "Eu vou para casa e esta noite pergunto à minha mulher." Aí eu falei: "A noite é para outra coisa, é para ter outra atividade. Essa decisão tem que ser sua. Pelo amor de Deus". [risos]

Mas aceitei e vim para o Rio de Janeiro ser assistente do diretor Haroldo Ramos da Silva - ele está por aí, vocês vão entrevistá-lo, talvez -, uma pessoa notável, um sujeito muito bom. Fiquei por aí e tal, mas eu não tinha também as características de assistente, era um sujeito muito irrequieto. E toda hora eu ia lá chatear o Haroldo com uma nova proposição, com uma nova idéia. Sei lá! Jamais tive paciência de sentar ali e ficar de assistente, esperar o processo chegar na minha mão para eu dar meu parecer. Eu queria fazer alguma coisa. Então daqui a pouco eles me puseram... Não sei por que, não sei os detalhes de como foi, mas resolveram substituir o então chefe da Divisão de Exploração.

M.Q. - Quem era o chefe?

C.C. - Dr. Franklin de Andrade Gomes, uma outra figura notável que havia na época. Dr. Franklin foi para os Estados Unidos, teve um enfarte fulminante lá e morreu.

M.Q. - Depois da demissão? Depois do afastamento?

C.C. - Um ano e pouco depois. Espero que não tenha sido consequência disso. Eu fiquei chefiando a Divisão de Exploração nove anos, já estava ficando vovô lá. Mas a chefia de Divisão de Exploração, por falta de um órgão de ex-

ploração hierarquicamente mais elevado na empresa, sempre foi praticamente um diretor de exploração. Os programas de exploração, os programas geofísicos, geológicos, as decisões... Imagine que eu era chefe da Divisão de Exploração e mandava a sonda sair do Espírito Santo e ir para Aracaju furar o tal de Guaricema, aquilo que contei. Não existia muita cerimônia para fazer isso: eu mandava. Havia um superintendente acima de mim, mas ele sempre concordava, porque aquela não era sua especialidade. Ele me dava liberdade. Aliás, uma coisa de que não posso me queixar é dos meus superintendentes de departamento, aqueles que foram superintendentes enquanto eu era chefe de divisão. Sempre me dei muito bem com eles, mesmo com o dr. Francisco Medeiros, que veio depois do dr. Haroldo, uma pessoa que muitos consideravam difícil, mas eu achava um homem justo, um homem bom, nunca me fez nada de mal, sempre me deixou trabalhar bem.

M.Q. — Quando o senhor chegou aqui no Rio, como encontrou a sede da Petrobrás naquele período? Como é que estava? Estava em organização...?

C.C. — Naquele tempo não havia o Edise, então ficava cada um no seu lugar - nós ficávamos aqui na Rio Branco 10, o Dexpro. Na ocasião, o dr. Barroso foi um dos arquitetos dessa medida: a empresa tinha se reestruturado em departamentos. Criaram-se quatro departamentos, entre eles o Dexpro, Departamento de Exploração e Produção, cujo chefe, então superintendente, era o dr. Haroldo Ramos da Silva. Mas os outros órgãos eram espalhados pela cidade. Talvez por isso é que o Eusébio - mas isso foi muito antes - tenha falado que a Petrobrás - aí eu concordo - parecia uma companhia imobiliária, porque tinha prédio para todo

lado. E está voltando, a história se repete, meu caro professor. Já começa ali pelo Citibank, prédio Tóquio, daqui a pouco... [risos]

M.Q. — Já se fala em outro prédio.

C.C. — Pois é.

M.Q. — Dr. Carlos Walter, como foi montada a estrutura do seu departamento? Quais as pessoas que foram chamadas evidentemente das várias áreas de exploração?

C.C. — Naquele tempo, para organizar o serviço para explorar no mar, foi organizado um órgão chamado Seplal - Serviço de Perfuração... Eu não me lembro o nome, sei que era Seplal. E o homem da perfuração no Seplal era o dr. Garcia, que já se aposentou também. Se não me engano, um dos homens mais representativos de perfuração é esse dr. Falcão, que hoje é superintendente do Departamento de Perfuração. E eu mexia com a parte de geologia. Então tratei de trazer para cá, escolhi a dedo, os melhores geólogos que conhecia, pelo menos no meu julgamento, para comporem o grupo de geólogos desse órgão, o tal de Seplal, e fizemos um grupo que depois acabou - dr. Francisco Paulo de Medeiros, quando assumiu a superintendência do Dexp, acabou com o Seplal, como sempre, medida muito discutida, mas não se registraram casos de mortos e feridos.

M.Q. — Quais as pessoas que o senhor escolheu?

C.C. — Essas pessoas estão todas por aí. Não lembro de todos, é claro, mas um deles é o Vítor Dauzacker, que depois tirou PhD nos Estados Unidos; tirou uma licença por dois anos, que agora se prolongou por mais dois, e está trabalhando na Austrália. Outros... nem me lembro mais.

M.Q. — Da sua antiga superintendência, o senhor não trouxe ninguém?

C.C. — Também veio gente de lá, mas não estou me lembrando. Essas figuras estão por aí em cargos técnicos. Parece que esse Baccocoli também esteve no Seplal, Giuseppe Baccocoli. Mas essas pessoas mais novas que eu trazia para o Seplal eram geólogos mais para acompanhar os poços que estavam perfurando. Agora, os trabalhos técnicos de dar as locações continuavam na organização formal anterior. Esse Seplal foi um órgão mais para a parte operacional: furar, acompanhar as perfurações, tanto do ponto de vista da perfuração propriamente dita, quanto do ponto de vista geológico.

M.Q. — É uma organização paralela que funciona ao lado da estrutura.

C.C. — É isso aí.

M.Q. — Como se fez também com o GEOP, aquele de obras, que também funcionou...

C.C. — É isso aí, você tem razão, é isso mesmo. Acho que o dr. Medeiros entendeu que isso não tinha mais sentido e acabou com o órgão.

M.Q. — Esses órgãos adquiriam normalmente dentro da Petrobrás uma autonomia realmente muito grande. Uma das razões não poderia ter sido essa, de o órgão ter...?

C.C. — É possível. Mas eles têm que ter autonomia, porque são criados para isso mesmo. Quando o general Geisel, se não me engano foi ele, teve que fazer as refinarias de Paulínea e não sei o quê, ele criou também um órgão, do qual o dr. Orfila Lima dos Santos foi o chefe - foi o pró-

prio GEOP - que tinha autonomia. Depois, na bacia de Campos, o Gecam, que foi chefiado durante muito tempo pelo dr. Leonel Finotti, também tinha autonomia. Porque se fosse para criar e não ter autonomia, ter os mesmos entraves da estrutura formal, não adiantaria grande coisa.

M.Q. - Mas isso cria fricções.

C.C. - Cria fricções, cria ciumadas...

M.Q. - Exatamente. Ganha-se alguns inimigos... Bom, então o senhor ficou dez anos como chefe da Divisão de Exploração...

C.C. - Não cheguei a completar dez, fiquei nove.

M.Q. - Nove anos como chefe da Divisão de Exploração do Departamento de Exploração e Promoção. Essa coisa de vir para o Rio ser assistente na Petrobrás muitas vezes é um cargo de passagem: as pessoas vêm não para ser assistente, mas para aguardar - pelo menos é o que tenho visto - uma vaga no cargo executivo. O senhor, quando veio para o Rio, já tinha de alguma forma essa perspectiva delineada?

C.C. - Não, não. Naquele tempo, o que acontecesse comigo estaria bom. Eu nunca tive ambição... É difícil o sujeito acreditar nisso, mas nunca tive ambição, assim, de dizer: "Quero chegar a isso." Fui chegando...

P.R. - Naturalmente.

C.C. - O que eu queria mesmo, isto eu sempre quis, era ter sucesso, descobrir petróleo, porque eu estava ali para descobrir petróleo. E é interessante, porque naquele tempo, já talvez para me defender, eu levantei muitas estatísticas. Por exemplo: desde que você começa a explorar petróleo numa área completamente estranha, e começa natural-

mente partindo do pressuposto que lá existe petróleo para se descobrir, até quando começa a descobrir os primeiros campos, quanto demora? A minha estatística indicou que eram seis anos. Imagine, nós começamos em 68 e fomos descobrir o campo de Garoupa em 74, o que foi realmente a grande descoberta, a maior descoberta. Porque já tínhamos descoberto Guaricema e Caioba, em Sergipe, e outras coisas menores. Também naquela época eu fiz uma estatística para saber: descoberto um campo, e considerado esse campo econômico, economicamente desenvolvível, quanto se demora para colocá-lo em produção? Naquela época eu achei um número em torno de três anos, e esses números se comprovaram aproximadamente, as descobertas começaram a ocorrer.

M.Q. — Segundo o relatório da Petrobrás, no ano de 67 houve um certo incremento nas aplicações de recursos na área de exploração em torno de 32%. Isso foi significativo?

C.C. — Em que ano foi isso?

M.Q. — Em 67.

C.C. — A imprensa, de uma maneira geral, e muitas vezes com vontade de pichar alguém - o general Geisel foi muito vítima disso -, gosta de dizer que houve decréscimo em investimento, que houve acréscimo, e fica em torno desses números. Eu sou uma testemunha que deveria merecer um certo respeito nesse particular, porque estive muito tempo à frente dos orçamentos de exploração e jamais apresentei orçamento de exploração que tivesse sido cortado. Hoje é que estou vendo orçamento ser cortado na belíssima Nova República. Nunca vi orçamento cortado. Chego mesmo a dizer - talvez isso possa ser um pouco de jactância da minha parte -, se houve emprego deficiente de recursos na explo-

ração, a culpa foi minha, não foi de ninguém, porque era eu quem apresentava o orçamento, e jamais algo foi cortado.

O que aconteceu no tempo do general Geisel, por exemplo, não foi porque ele pôs dinheiro na refinaria; foi porque estávamos na transição de terra para o mar, estávamos começando a dar ênfase no mar. E a pessoa não precisa ser muito sábia para entender que não se cobre uma plataforma dessas com geofísica suficiente para botar poços - basta dizer que os primeiros poços foram furados em estruturas mapeadas muito precariamente -, não me pode furar em grande massa, fazer um programa de exploração agressivo, sem boas informações técnicas, principalmente geofísicas. E essas informações demoram algum tempo a serem colhidas no campo, processadas e interpretadas, e o equipamento necessário para perfurar também não aparece assim, [estala os dedos] são coisas que têm uma certa demora. E esse período em que o general Geisel foi presidente da Petrobrás - foi justamente o período em que houve em grande parte essa transição, ou pelo menos ela estava em curso e continuou até certo ponto -, não houve nenhuma restrição que eu sentisse de ninguém, a ponto de dizer: "Fiquei prejudicado porque apresentei tais e tais programas de exploração e foi tudo cortado." Não existiu essa coisa. Existe na imaginação de quem quer pichar os outros. Agora, eu já vi nas revistas especializadas, na ocasião em que andava [inaudível] ...Mas vamos deixar para amanhã, para outro dia.

M.Q. - Vamos continuar só um pouquinho adiante, porque eu queria que o senhor falasse se em 68 houve a introdução do mapeamento e interpretação fotogeológicos que, segundo li,

modificavam os métodos de mapeamento geológico de superfície e foram aplicados nas bacias paleozóicas do médio Amazonas e no leste da bacia do Paraná.

[FINAL DA FITA 5-A]

C.C. — Esse uso de fotografias aéreas... já havia anteriormente. Quando eu mapeava no Tucano, por exemplo, já se usavam fotografias aéreas e tal. Agora, o que aconteceu em 68, e eu me lembro bem, é que houve uma exaustão: em 68 para quase tudo em termos de bacias paleozóicas. O que eu chamo de bacias paleozóicas são as bacias do Amazonas, do Maranhão e do Paraná, grandes bacias, com um milhão, um milhão e duzentos, seiscentos mil quilômetros quadrados cada uma. Então são áreas enormes. Essas bacias paleozóicas... Onde se descobriu gás no Juruá é uma delas, e essa agora do Urucu é a mesma bacia. Mas não havia mais para o que apelar, essa é que é a verdade. Então nós fizemos - eu estava em Belém, e depois esse trabalho foi continuado - trabalhos especiais de análise de fotografia aérea, para ver se conseguíamos detectar estruturas. Entre essas análises, eu me lembro de uma que os americanos chamam de crikology: estudar a drenagem - drenagem pequena em inglês é crick, daí crikology, ficou com esse nome de crikology. Então, estudar a drenagem. Só para dar uma idéia, se você tem uma estrutura, mesmo ela sendo suave, você pode ver uma drenagem radial e outras características geomorfológicas das bacias sedimentares.

Na Amazônia, eu me lembro que a FAB voava e tirava as fotografias. Eles tinham que voar para treinar os

oficiais, o pessoal da FAB tem que ter um certo número de horas de vôo. Isso era bom, porque eles tinham as horas de vôo e a gente dava os meios para eles tirarem aquelas fotografias. Isso foi feito em grande escala no Brasil, foi interpretado, e se buscaram novas idéias para continuar a exploração de petróleo com essas coisas que não deram resultado. Na bacia do Paraná também existiam técnicas especiais para se estudar fraturas. As rochas basálticas são muito fraturadas, aquilo aparece nas fotos aéreas, e o sujeito faz estudos estatísticas para ver a disposição dessas fraturas e estudos que possam denunciar a existência de estruturas em profundidade.

Eu me lembro que contratei um americano, cujo nome esqueço, especialista em geomorfologia, para vir orientar o pessoal etc., enfim, foi feito um esforço muito grande. Mas, ao final, no fundo, o que valeu foi o que o sr. Link havia dito: "Pode ser que a geofísica daqui a 12 anos tenha meios de resolver e ajudar a descobrir petróleo nessas bacias." Depois de 20 anos que isso foi dito, a geofísica realmente - a geofísica vinha tendo progresso tecnológico, sempre teve - atingiu o grau de aperfeiçoamento necessário para mapear estruturas nas bacias paleozóicas. Ocorreu a descoberta na bacia do Juruá... Acho que esse mapeamento que você leu em algum lugar está se referindo a esta fase do esforço de exploração nas bacias paleozóicas.

M.Q. - Foi em maio de 68 que começou a ser feito. E essa técnica era uma técnica recente no mundo na área de petróleo?

C.C. - Não, eram técnicas... Esse estudo da geomorfolo-

gia e das formas do relevo para denunciar a estrutura na subsuperfície não era nenhuma idéia nova. Agora, o uso disso em grande escala com fotografias aéreas numa área tão grande na selva amazônica, ou então na bacia do Paraná, que é coberta em grandes trechos por lavas basálticas, foi uma coisa muito particular daqui, realmente foi uma experiência nossa. Mas não houve muito resultado com isso. Não houve, porque há outras causas, a formação dessas estruturas pode ser devida a outras causas que não sejam as estruturas que podem conter petróleo. E essas outras causas acabaram sendo as predominantes, e não as causas que esperávamos que fossem, quais sejam, aquelas que criam condições para trapeamento de petróleo.

M.Q. — Eu fiquei pensando por que essa técnica não teria sido utilizada antes, se já era disponível, com a Petrobrás tendo recursos?

C.C. — Mas não deu resultado.

M.Q. — Ainda em 68 foram realizados encontros com a indústria nacional, de modo a dar conhecimento aos fabricantes da política de nacionalização de equipamentos já adotada pela empresa, segundo os relatórios da Petrobrás. Como ficou essa questão dos equipamentos na área de exploração?

C.C. — Na área de exploração não existe nada que não tenha sido nacionalizado, exceto algumas poucas coisas, e algumas coisas ultramodernas, que só com o tempo é que podem ser, porque nós temos sempre a dificuldade do mercado. Só para dar um exemplo, você tem duas ou três fábricas de sismógrafos - sismógrafos são os aparelhos que registram

as vibrações que vão até a camada que você está interessado em mapear, voltam e medem o tempo de ida e volta. Os geofísicos ficam danados comigo, porque eu costumo falar: "Sísmica chama-se $E = V.T$; espaço, velocidade vezes o tempo, a velha fórmula da física. Então a distância percorrida por uma onda sísmica com a velocidade tanta é tanto. Assim, baseado nessa pequena fórmula, eu calculo a distância a que estou daquele horizonte que quero medir à distância." Isso é uma supersimplificação inaceitável para os geofísicos! Agora, para medir esse tempo, meu compadre, e para avaliar essa velocidade, a coisa se complica! [risos] Mas é isso aí: espaço vezes tempo. Muito bem! Esse sismógrafo... há umas três firmas que fazem no mundo. A Paulipetro, por exemplo, queria nacionalizar o sismógrafo. besteira. Isso não existe! Você pode até fazer um bem-feito aqui no Brasil, mas cadê o mercado para isso? Agora, vamos nacionalizar geofones, cabos - tudo isso já foi nacionalizado na sísmica -, dinamite sísmica, espoleta... Na geologia também não há nada que nacionalizar: detector de gás, já fazem aqui no Brasil, fluoroscópio, sei lá! Em exploração não há grande coisa. A grande parte da nacionalização foi realmente na perfuração e na produção. Esta foi uma coisa notável que a Petrobrás fez, mas, não satisfeita com isso, acho que com toda a razão, criou agora o Serviço de Controle de Qualidade: fazer, e fazer bem-feito.

M.Q. - O senhor falou em dinamite sísmica. Eu queria perguntar, só para encerrar, se há uma dinamite especial para trabalhos...?

C.C. - Há, dinamite sismográfica.

M.Q. - Qual é a especificidade, o senhor sabe?

C.C. — Há uma porção de especificações: densidade, velocidade de explosão, potência... Uma série de especificações.

M.Q. — Então, dr. Carlos Walter, vamos encerrar por hoje. Ainda temos mais uma sessão...

C.C. — Mas há muitos métodos de geofísica hoje que não usam mais dinamite.

M.Q. — Não?

C.C. — Há um, por exemplo, que se chama [inaudível]: um caminhão que de repente sobe em cima de uma patas, assim, põe o peso todo em cima daquela pata e começa a vibrar [imitando o ruído] numa frequência constante. Aquilo é que transmite a vibração chão adentro que vai ser registrada a uma distância dali. Chama-se [inaudível] E outros tipos de fontes de energia - chamam-se fontes de energia. Isso evoluiu muito. Naquele tempo, para cada furo que você produzia numa explosão, era necessária uma quantidade enorme de dinamite. Agora é uma carga notável. Está bem desenvolvido aqui, em Belém, lá no Amazonas, pelo meu amigo Raimundo Rui Pereira... Quem pode dizer isso melhor para vocês são os geólogos e geofísicos da época. Ou pelo menos podem confirmar.

5ª Entrevista: 17.06.1988

M.Q. — Dr. Carlos, vou voltar ainda ao ano de 1968 para lhe perguntar uma coisa que vimos no seu currículo: o senhor foi designado em 68 para um simpósio sobre problemas do estado do Espírito Santo. Que simpósio foi esse? Foi importante?

C.C. — Eu me lembro que fui ao Espírito Santo fazer uma

palestra substituindo o presidente, que, se não me engano, na época era o Candal da Fonseca. Fui falar sobre o que estava acontecendo na exploração de petróleo, principalmente no estado do Espírito Santo. Lembro-me que estava lá presente o ministro Costa Cavalcanti, estava lá o futuro ministro Antônio Dias Leite, que era o presidente da Vale do Rio Doce... Fiz uma exposição, depois houve perguntas, respondi... Aprendi uma coisa muito interessante: nessas ocasiões há perguntas encomendadas. O sujeito quer que lhe façam uma pergunta, então manda um outro para o meio do auditório, que vai lá, planta umas perguntas e ele responde. Na hora da pergunta plantada, eu tinha que sair da frente, porque o craque... [risos] Estou contando isso para vocês verem meu grau de ingenuidade na época: [risos] Estou fazendo uma palestra sobre exploração de petróleo, o sujeito me faz uma pergunta sobre refina-ria, sobre outro assunto que não tem nada a ver com isso... Eu falei: "Trata-se no mínimo de uma impertinência." Mas não era, não; era pergunta plantada. [risos]

M.Q. — Em 71, quando na chefia da Divisão de Exploração, o senhor fica designado como substituto eventual do superintendente-geral do Departamento de Exploração e Produção. O senhor chegou a substituí-lo durante algum tempo? Em que ocasiões?

C.C. — Eu não me lembro. Ele fazia uma viagem de três ou quatro dias, coisa sem a menor importância. Essas substituições nunca são feitas em termos de o sujeito ter algumas atitudes para fazer alguma coisa importante, apenas para despachar o expediente normal.

M.Q. — Vice é vice. Mas logo depois o senhor foi nomeado assessor do vice-presidente da Braspetro, numa conferên-

cia de avaliação das áreas de petróleo...

C.C. — Na Colômbia, Peru...

M.Q. — Na Colômbia, Peru, Equador.

C.C. — Fizemos uma viagem eu, dr. Geonísio Barroso, já falecido, e o Luís Antônio do Nascimento Reis, que hoje é o superintendente da Supex. Primeiro fomos ao Peru, depois ao Equador e finalmente à Colômbia. Como nessa época a Braspetro ainda não tinha o seu staff de geólogos, o dr. Barroso solicitou que eu e o Reis fôssemos dar assessoramento, porque ele estava interessado em trabalhar em áreas naqueles países. Isso, de certa maneira, foi o início da retomada da exploração de petróleo na Amazônia brasileira que resultou, com o tempo, na descoberta de Juruá. Eu me lembro bem que naquele tempo havia uma grande atividade de exploração de petróleo no Peru e no Equador, mas muito intensa no Peru — parece, se não me engano, que havia 18 sondas de companhias internacionais perfurando poços de petróleo na selva peruana.

Quando voltei dessa viagem, o general Geisel, então presidente da Petrobrás, me perguntou se a gente devia entrar logo para rever e reexplorar a bacia do Acre. Eu disse a ele que tínhamos duas opções: uma era ver o que acontecia do outro lado, e a outra era entrar logo agressivamente e explorar petróleo na bacia do Acre. A direção da Petrobrás — não sei quem tomou a decisão, isso não era da minha alçada na época — decidiu entrar logo, e nós entramos pelo rio Javari fazendo equipes aerotransportadas de geofísica. Há pouco tempo vi no jornal, envolvido em contrabando de cocaína dentro de carregamento de madeira, o nome de um sujeito que, quando passei em Letícia,

era um sujeito famoso lá - eu me esqueço agora do nome -, tinha hotel, criação de animais num zoológico e não sei o que mais. Até vi no jornal o nome desse sujeito outro dia. Então a gente tomava um avião que, se não me engano, era desse sujeito também, um táxi aéreo, uma avioneta, que descia no rio Javari. Um negócio perigoso, curvas de rio... Passamos num destacamento do Exército - aquele pessoal brasileiro que fica lá isolado -, e o tenente, ou o oficial, não me lembro bem qual era a patente, nos chamou, convidou alguém para ficar lá uns dois dias, jogando umas partidas de vôlei, uma coisa desse tipo. "Não é aqui que nós vamos jogar vôlei. Espere aí!" E o pessoal foi saindo, doido para ir embora. [risos] Mas foi um trabalho pioneiríssimo transportar aquilo tudo de helicóptero. Eu me lembro que eu viajava de helicóptero fazendo inspeção numa linha sísmica e, quando estávamos para chegar, ele dizia assim: "Está vendo aquelas árvores de copa amarela? Vamos descer lá." Quando chegávamos lá, não havia. Tínhamos perdido a árvore. Então tínhamos que voltar no helicóptero em direção ao rio para achar outra vez o acampamento. Havia uma porção de regras, caso se ficasse perdido. E aconteceu isso, gente que perdeu o rumo e foi descendo o rio, um outro rio, ficou um ou dois dias perdido e depois foi achado por balateiros, gente que ia buscar borracha. Houve uma série de episódios nesse tempo de gente perdida.

Mas o que interessa no nosso caso é que essa exploração prossegui, prosseguiu, e não se achou coisa nenhuma. Péssima exploração! A sonda ia sendo transportada de helicóptero e acabou sendo transportada de lá para Cruzeiro do Sul. Quando chegou em Cruzeiro do Sul... As

equipes sísmicas foram trabalhando, até que chegou a um ponto que havia uma equipe sísmica que ainda tinha uns três ou quatro meses de contrato, a Petrobrás não precisava mais dela mas, se rompesse o contrato naquela época, teria que pagar multa ou qualquer coisa desse tipo. Então coube a mim a decisão de dar serviço à nova equipe e a minha opção foi fazer linhas sísmicas ao longo do rio Juruá.

M.Q. — Fazer o quê?

C.C. — Linhas sísmicas ao longo do rio Juruá, baseado num esboço de relatório desse geólogo Peter Szatnari. A idéia fundamental que ele expôs no relatório, que era achar petróleo ou gás na bacia do alto Amazonas, vingou. Agora, as idéias geológicas que ele tinha não estavam corretas, mas eu fui em busca de verificar uma nova idéia e acabamos descobrindo óleo no Juruá. Porque numa dessas linhas sísmicas, na última - eram linhas mais ou menos ao longo do vale e linhas de tempos em tempos transversais -, que era uma linha transversal, nós vimos uma inversão estrutural. Nessa inversão estrutural nós fizemos o detalhamento e furamos o poço Juruá 1.

Estou contando isso para vocês verem que uma das coisas importantes no geólogo de petróleo é aproveitar as idéias, dar importância às idéias. Agora, aqui no Brasil há uma coisa incrível - não sei se é só no Brasil ou se é a humanidade toda: o sujeito passa a acreditar que tem que aproveitar todas as idéias. Não são todas, não. Ele tem que ter um julgamento, tem que ter a competência para julgar quais são as idéias aproveitáveis ou não. Então tem gente que quer impor idéias idiotas e, se o chefe não aproveita, ele é autoritário. É um perigo, sabe? [risos]

M.Q. — Dr. Carlos o senhor foi prestar a sua assessoria e teve contato com o pessoal da Braspetro. Como o senhor encontrou a Braspetro nesse período? Foi um período curto mas...

C.C. — A Braspetro estava praticamente iniciando a sua vida e não tinha pessoal; o pessoal de exploração era aquele grupinho mesmo.

M.Q. — Que vinha da Petrobrás?

M.C. — Era todo mundo da Petrobrás. O staff técnico da Braspetro, principalmente na área de exploração, sempre veio da Petrobrás. Nunca teve ninguém de outro lado.

M.Q. — Mas esse deslocamento do pessoal não criou problemas de início? Porque era um pessoal muito especializado e tal...

C.C. — Não acredito que aquela fosse a maneira mais adequada de fazer as coisas, mas não cabia a mim fazer críticas, como hoje também não cabe. Tem que ter um staff especializado em estudar as bacias do mundo inteiro, tem que ser um estudo continuamente feito para, quando a oportunidade se apresentar, a companhia ter fundamentos bastante sólidos para decidir entrar ou não entrar numa área. Não é improvisando na véspera de uma decisão e mandando uma meia-dúzia de camaradas; por mais sábios que sejam esses caras, se não tiverem familiaridade com a geologia daquelas bacias, terão dificuldade em dar uma opinião correta.

P.R. — Mas a Petrobrás formou técnicos especializados para agir nessa área da Braspetro?

C.C. — Agora existem, mas naquela época... Que época era aquela?

M.Q. - Em 1971.

C.C. - A Braspetro estava sendo formada.

P.R. - Ela foi criada em 71?

C.C. - Que eu saiba, oficialmente, foi em 72.

M.Q. - Mas já estava em organização desde 71.

P.R. - Na gestão do general Geisel. E ela começou logo a agir no exterior?

C.C. - Na Colômbia. Ela esteve muito tempo na Colômbia.

P.R. - Com a equipe técnica de que dispunha?

C.C. - É. Até hoje todo mundo que está na Braspetro, com raras exceções, é oriundo da Petrobrás.

P.R. - Isso é uma coisa muito importante que a gente não tem conhecimento. Quer dizer que o êxito lá fora foi um êxito obtido pelo pessoal da empresa, mesmo sem...

C.C. - O senhor tem alguma dúvida?

P.R. - Não, não tenho. [risos] Mas a questão é a seguinte: eles não tiveram treinamento. Ou a empresa deu essa perspectiva?

C.C. - O senhor pode ver lá hoje: quem é o staff de exploração da Braspetro? É o dr. Kasumi Miura, que é geólogo da Petrobrás - aliás, não vou nem citar porque... Dr. Ortiz, Alfredo Gonzales, diretor de exploração, é um velho homem da Petrobrás; dr. Carlos Reis, chefe da perfuração, Petrobrás, mesmo o vice-presidente Agostinho é homem do serviço de engenharia da Petrobrás; o que saiu, Marco Antônio Monteiro... Tem gente, outros funcionários, e agora rapazes novos, que foi admitida sem ter passado pela Petrobrás. Mas a expressiva maioria...

P.R. — O know-how é todo da empresa.

C.C. — O comando da Braspetro hoje está inteiramente na mão de gente que veio da Petrobrás. Isso é natural.

P.R. — É natural, é claro. O senhor tem idéia de quais são as condições estabelecidas nesses contratos? Devem variar de país para país, não é?

C.C. — Ah, variam. Não conheço detalhes desses contratos, mas variam de país para país.

P.R. — O senhor não conhece nenhum exemplo?

C.C. — O único contato mais aprofundado que eu tive com a Braspetro foi esse exame da geologia desses países, para ver quais seriam as áreas possivelmente mais interessantes.

M.Q. — E o senhor chegou a uma conclusão a respeito dessas áreas?

C.C. — Na ocasião nós demos algumas sugestões. Na Colômbia... eu cheguei a dar umas sugestões... Eu não me lembro que sugestões foram essas, mas existe um relatório a respeito.

M.Q. — Foram materializadas num relatório?

C.C. — Foram.

M.Q. — Esse pessoal que foi todo para a Braspetro no início era pessoal mais antigo ou mais recente na companhia?

C.C. — Era gente antiga. O primeiro diretor de exploração na Braspetro foi o José Inácio Fonseca, que era um homem de geologia de campo na Bahia, conhecido.

M.Q. — Mais antigo do que o senhor.

C.C. — Mais antigo do que eu há poucos, modéstia à parte.
[risos] Nesses dias atrás se aposentaram dois: Alceu Cha-

gas Carvalho e Décio Luís Bizol.

M.Q. — Dr. Bizol foi do CNP, é de 49, mais antigo ainda.

C.C. — Três anos mais antigo.

M.Q. — Em 72, pelo Decreto-Lei 1.221, houve uma redução de 8 para 5 na percentagem do Imposto Único destinada ao aumento de capital da empresa: 3% passaram a se destinar à amortização dos gastos com pesquisas geológicas de petróleo no país, e além disso foi reduzida de 5 para 2% a parcela correspondente do preço dos derivados que visava arrecadar recursos para a amortização dos gastos em pesquisas de petróleo bruto na plataforma continental brasileira e na extração de xisto. Essa legislação ia entrar em vigor a partir de 73, quer dizer, haveria uma redução nos investimentos na área de geologia. Isso foi significativo?

C.C. — A Petrobrás nessa época já tinha recursos para fazer os seus programas, o que talvez só as pessoas mais especializadas podem entender no fundo das suas consciências. Mas as pessoas leigas, e principalmente aquelas que estão procurando chifre na cabeça de cavalo, gostam de arranjar um jeito de citar que a Petrobrás diminuiu os seus recursos e por isso não achou petróleo. Nunca houve nada disso. O processo de exploração de petróleo é um processo lento, principalmente nas bacias paleozóicas. Vou fazer mais uma vez um esboço rápido disso: nas bacias paleozóicas brasileiras há grandes empecilhos técnicos. Em 1961, se é esta a data do relatório, o Link declarou que precisávamos melhorar a sísmica, que isso podia ocorrer nos próximos 12 anos. Ocorreu nos próximos 20. Nas bacias paleozóicas, enquanto não houve uma sísmica decente, não foi possível descobrir petróleo. E o primeiro petróleo desco-

berto, e foi porque a sísmica melhorou muito, foi lá no Juruá. Porque sem essa linhazinha que eu acabei de mencionar, que deu o Juruá 1, não se teria voltado lá. Logo perto havia um poço tust-an, havia outros poços, e nunca se achou nada com poços meramente estratigráficos implantados na beira dos rios. No mar, em 1961, 62, também a geofísica não estava ainda em condições de fornecer resultados muito promissores. É claro que no golfo do México já havia exploração, mas aqui no Brasil havia dificuldades ainda não superadas. Tão logo essas dificuldades foram superadas, foi descoberto petróleo no mar. Aí vem outro drama! Descobrir petróleo, principalmente no oceano, naquela época em que o Brasil não sabia fazer nem uma trípoda - nem era jaqueta, era trípoda - para desenvolver o poço, teve que importar do exterior! Ninguém desenvolve esse petróleo instantaneamente. Demorou o seu tempo em 68. Mas descobriu-se o primeiro grande campo da plataforma continental, que foi o campo de Garoupa. Se a pessoa fizer uma análise na indústria do petróleo, uma análise cronológica desses acontecimentos - início de pesquisa, descoberta, desenvolvimento -, vai ver que tudo no Brasil ocorreu com a máxima normalidade. Vocês me perdoem se fico um pouco irritado, mas é que todo mundo arranja um jeitinho de mostrar que não houve recursos, que a Petrobrás não descobriu porque não quis... Não é o caso de vocês, claro. Vamos procurar fazer a história com fatos e coisas coerentes, se não fica nisso aí, como: "Não se descobriu Nova Olinda porque o Link tamponou o poço." Aí o deputado fala isso na Câmara estadual de Belém e todo mundo vem perguntar: "Foi mesmo? Tamponou?" Todo mundo conhece a operação de cimentação de um poço em que, quando se desce um revesti-

mento, esse revestimento é cimentado à parede do poço através de uma operação de cimentação. O cara acha que está tamponando o poço para não se descobrir petróleo. É difícil fazer um documentário sério a respeito de petróleo desse jeito.

M.Q. — O objetivo era preservar o poço.

C.C. — Claro. Porque se você tem uma zona de água e tem uma zona de óleo mais abaixo ou mais acima, você tem que isolar essa água do óleo, senão você vai produzir óleo misturado com água. Essa é a razão de isolar. Estou querendo aproveitar esta oportunidade - espero que os amigos na hora de redigir isso tirem esses ruídos fora, porque eu fico irritado - para ver se a gente consegue restabelecer a racionalidade na discussão desse problema, senão fica nesse negócio: "O Link fez isso, tamponou o poço, não tinha recurso.

"Agora, houve esse Imposto Único. Esse Imposto Único, esses impostos, essas coisas todas, têm sempre que tirar... Mr. Link dizia sempre, e com razão: "A Petrobrás produz aqui na Bahia..." - naquela época acho que era já 60 mil barris por dia. Ele dizia: "Qualquer companhia no mundo que produz 60 mil barris de petróleo por dia, se for bem administrada, terá recursos para fazer o seu próprio programa de exploração." Já naquela época. Então por que essa mania do "pendurucalho", do subsídio? Ainda hoje o presidente Sarney estava falando de manhã cedo no rádio - eu escuto todo dia dom Marcos Barbosa, mas o presidente estava falando, e eu, com muito prazer, o ouvi também [risos], - e estava falando contra o subsídio. Esse Imposto Único é uma forma de subsidiar uma indústria que,

quando mal administrada...

[FINAL DA FITA 5-B]

P.R. — Dr. Carlos eu queria fazer uma pergunta que já está na minha cabeça há muito tempo, e que hoje está também nos cabeçalhos de todos os jornais: porque a sobrecarga que a Petrobrás assumiu em relação ao programa Pró-Álcool? A impressão que se tem é que a empresa é obrigada a comprar desses usineiros, que em geral são parasitas, uma determinada quantia anual de álcool que ela muitas vezes não tem até condições de estocar. Esse déficit todo que está ocorrendo agora, essas dificuldades que estão ocorrendo na empresa — não sei bem se é déficit —, não decorrem exatamente desse compromisso que ela tem de resgatar essa quantidade imensa de álcool todo ano?

C.C. — Se há uma necessidade que devia ser muito bem considerada pelo governo é a Petrobrás. No tempo do presidente João Goulart, houve um decreto estabelecendo que a Petrobrás teria o monopólio, se não me engano, do fornecimento de combustíveis.

M.Q. — Da importação de petróleo bruto.

C.C. — A Petrobrás é que forneceria o combustível para os órgãos do governo.

P.R. — Foi, na gestão Mangabeira.

C.C. — Presente de grego terrível! Porque um grande número desses órgãos não paga ou, se paga, paga com um atraso terrível. Então foi um presente de grego. Não sei que nacionalismo é esse que vai obrigar a companhia do governo a arcar com os atrasos do governo. A Marinha, o

Exército, não têm atraso, mas órgãos... Na Petrobrás a gente costumava citar a Polícia de Alagoas, só por brincadeira, mas a Rede Ferroviária e outros são sabidos inadimplentes constantes.

P.R. — E muitos da iniciativa privada também.

C.C. — Outra coisa: podem ver a distribuição de vendas da Petrobrás, da BR. Nos longínquos recantos do Brasil a BR predomina, tremendamente, porque lá é pouco o volume. Aqui para o Sul é diferente. Esse programa do Pró-Álcool é outro presente de grego. É que a Petrobrás, de boa fé, nós - eu era da diretoria -, todo mundo entusiasmado tratou de pôr o seu carro a álcool, e o carro não servia, essa coisa toda, dando o maior apoio ao governo para, numa crise de energia etc., poder ajudar. Isso afinal de contas se perpetuou e se transformou num prejuízo inacreditável para a empresa.

P.R. — Era um grande negócio para os usineiros.

C.C. — Tanto assim que, na hora de providenciar a tancagem - a tancagem que há por aí foi toda feita com os recursos da Petrobrás -, ninguém se mexeu, a Petrobrás teve que fazer tudo. Em muitos casos até adiantou o dinheiro aos usineiros para a produção de álcool, açúcar, e alguns deram cano. Em uma ocasião houve até um meio escândalo com isso, não com a Petrobrás, mas com gente inadimplente. Então essas coisas para ajudar o país se reverterem irremediavelmente numa dilapidação dos recursos da Petrobrás. Estes, sim, é que deviam estar sendo usados para explorar petróleo nas águas profundas, para produzir petróleo nas águas profundas. Porque se esses recursos da Petrobrás estivessem sendo usados para tais fins, ela não estaria usando escora

de ninguém, ninguém nem subsídio, nem Imposto Único, nem coisa nenhuma: estaria usando seus recursos legítimos.

P.R. — Há uma dificuldade muito grande em desativar esse programa, da forma como está sendo executado.

C.C. — A maior dificuldade hoje é que qualquer sujeito leva sua firma à falência, às vezes fraudulenta, pede uma concordata - não é bem falência, mas uma concordata, ou mesmo falência - e se arranja com o governo sob a alegação de que os empregados vão para a rua. Esta justificativa está se tornando insuportável no Brasil! E hoje, qual é a grande alegação da indústria canavieira?

P.R. — A de quatrocentos mil desempregados, aproximadamente.

C.C. — Esse é um dos grandes argumentos. Até quando nós vamos com esse tipo de argumento, não sei. Eu tive ocasião de dizer, e sempre digo, que um dos grandes problemas da indústria do açúcar e do álcool aqui no Brasil - segundo muita gente diz, porque eu não sou metido a... mas é um assunto que eu gostaria de ver examinando por gente realmente de critério - é a sua desatualização, a sua tecnologia atrasada, a produtividade baixíssima da cana em relação aos outros lugares onde se cultiva cana no mundo, o número de toneladas de cana por hectare, a queda de qualidade dessa cana, portanto o volume de álcool ou de açúcar produzido por tonelada de cana... Isso é demais. Nisso é que é preciso haver um exame em profundidade: na eficiência dessa indústria.

P.R. — Eu fiz uma entrevista no ano passado em São Paulo com o Roberto Gusmão, que foi ministro da Indústria e Comércio e que saiu em decorrência desses confrontos com os

usineiros e com os cafeicultores, e o que ele contou foi realmente as sombroso: tem usineiro que deve há 15 anos ao IAA e não paga.

M.Q. — Dr. Carlos, vamos voltar ao ano de 74, à descoberta dos campos de Garoupa e Pargo na plataforma continental do Rio de Janeiro. Como se deu a descoberta dessa área de Campos, da plataforma de Campos? O senhor acompanhou?

C.C. — Bom, nós já vimos como veio a primeira plataforma, a Vinnegahoom etc. Estávamos perfurando poços na bacia de Campos...

M.Q. — Desde 68.

C.C. — Eu não me lembro bem quando foi furado o primeiro poço, mas certamente desde 71. Desde 68, não, 71.

M.Q. — Mas já havia poços em maio de 68.

C.C. — Claro que já tinha sido descoberto o poço de Guaricema... Dessas coisas, modéstia à parte, eu participei direto com a minha mão autoritária. [risos] Eu me lembro bem que o general Geisel achou que eu, como chefe da exploração, devia conhecer as outras partes do mundo, conversar com outras pessoas, e me mandou fazer uma viagem com o diretor da Braspetro José Inácio Fonseca. Partimos eu, ele e um geofísico chamado Muhamad Amin Baccar - até por sinal um rapaz muito competente, dedicado. Fomos ao Iraque, se não me engano fomos a Teerã, fomos ao Egito e depois para Madagascar. Lá embarcamos, passamos por Joannesburgo e voltamos ao Brasil. Nesse longo périplo, eu fiquei impressionado, no Iraque, com a produção de óleo de calcário em profundidades da ordem de quatro, cinco mil metros, quando geralmente o arenito, que é o nosso produtor tradicional, abaixo de 2.500, três mil metros já vai ficando com uma porosidade e permeabilidade reduzidas. Praticamen-

te não se conhecia produção de petróleo nessas profundidades e aquilo me impressionou. Quando cheguei aqui, o atual gerente-geral da Braspetro em Angola, o geólogo Jecônias Queirós, que era o chefe da geologia de subsuperfície, portanto o homem que controlava os poços, os poços pioneiros em perfuração, pôs em cima da minha mesa um telex, dizendo: "Abandonar o poço Rio de Janeiro nº 7." E eu achei que não, que se devia furar mais duzentos metros. Furaram-se mais duzentos metros e houve uma indicação magnífica de petróleo no topo do calcário Macaé, que é um calcário produtor de petróleo na bacia do Rio de Janeiro. Nos testes com esse poço não se conseguiu produzir petróleo: era microporosidade, não era, discute-se e tal, não se conseguiu. Mas houve o primeiro show de petróleo realmente bom na bacia de Campos. Em vista disso, a sonda, que já estava abandonando o poço para mudar de bacia, porque já era o sétimo poço, foi para a locação Rio de Janeiro nº 9, que foi o poço descobridor de...

Estas são coisas sobre as quais estive conversando do outro dia em Alagoas com meu amigo Otelo Nascimento, que é o superintendente de exploração lá. Eu estava brincando com ele que em Guaricema também, por um ato de autoritarismo, eu mandei furar o poço, embora houvesse uma ata da egrégia Comissão de Coordenação dos Geólogos do Distrito de Maceió - naquele tempo a sede era em Maceió - afirmando que aquela locação não tinha, prioridade. Não que eu seja algum adivinho, ou um grande geólogo, muito sabido e tal. Não é nada disso. Em tudo na vida, em primeiro lugar, é preciso você estar em busca de novas idéias. E naquele tempo eu estava apaixonado pelos deltas, estava sendo descoberto óleo no delta do Níger! Então achei que

o delta Vaza Barris podia ser uma área promissora e tratei de furar lá. Evidentemente o sujeito pode dizer que isso foi uma serendipite: atirou no que viu, acertou no que não viu. Em primeiro lugar eu contra-argumento: se qualquer dono de companhia de petróleo arranjasse um sujeito que pudesse indicar onde achar petróleo, qualquer geólogo ou geofísico estaria dispensado imediatamente. O objetivo é achar petróleo, o objetivo não é fazer geologia nem geofísica. Mas isso também é um exagero, não é bem assim, estou falando por absurdos, não vai acontecer isso. O fato é que a história de Guaricema foi esta. Foi a primeira descoberta.

Depois teve a história do Rio de Janeiro, que é outra experiência, o sujeito vê. Tem gente que vê as coisas - aí é que eu me batia com meus geólogos -, aquilo entra na cabeça e o computador não funciona! O que o sujeito vê, sente, ele tem que transformar em idéias, tem que usar aquelas informações. E a coisa fundamental para o geólogo de petróleo, o prospector, é ter observação e transformar essa observação em ação na sua atividade de buscar novas acumulações. Isso, acredite, meu professor, não são muitas pessoas que têm. Não que eu esteja querendo dar uma de bom, mas é como em qualquer outra profissão, em que o sujeito tem um relativo sucesso ou tem sucesso. Quantos arquitetos há no mundo? E aqui no Brasil, principalmente? Quem são os Niemayers daqui? Você conta em alguns dedos da mão. Mas muita gente não se conforma com isso. Mas isso aí... Vocês pediram para eu contar o caso de Caioba estou contando. É isso aí. Infelizmente tenho que sair. Razões supervenientes: tenho que ir na missa do Pedro de Moura: Essa é a história.

M.Q. — Eu gostaria ainda, antes de encerrarmos, que o senhor fizesse uma comparação entre essa descoberta de Campos e a pesquisa nas outras áreas da plataforma continental do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, em termos de perspectivas, como se pensou isso na época, enfim, como se deram as descobertas.

C.C. — Hoje ainda?

M.Q. — Se o senhor quiser, pode ser em outro dia.

C.C. — Porque eu tenho que ir embora mesmo.

M.Q. — Então fica para a próxima.

6ª Entrevista: 21.06.1988

M.Q. — Dr. Carlos, nossa última pergunta da entrevista anterior foi com relação às áreas da plataforma continental do Brasil que foram pesquisadas. Estávamos falando do ano de 74, da grande descoberta de Garoupa, em Campos, e eu pedi que o senhor fizesse uma comparação entre Campos e as outras áreas da plataforma continental: Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Esta foi a última pergunta, que o senhor ficou de responder.

C.C. — Essas comparações são feitas considerando-se a presença ou a ausência de fatores geológicos que condicionam a ocorrência de petróleo. Tal presença pode existir, mas esses fatores podem se apresentar com certas deficiências. Quando todos eles se conjugam, se otimizam no tempo e no espaço, você tem os grandes pólos de petróleo, como aconteceu no Oriente Médio. Existem várias combinações de intensidade desses fatores. Esses fatores essenciais são condições sine qua non: se um deles não existe, acabou.

Por exemplo, se não existe rocha geradora, acabou, não existe petróleo. Se a permeabilidade, a porosidade das rochas geradoras é medíocre, em geral, as medidas são medíocres.¹ Podem existir em vários graus, mas quando existe excelente porosidade, permeabilidade, e as coisas acontecem no devido tempo, existem excelentes rochas geradoras. A estrutura, por exemplo, estava formada e preparada para receber o petróleo quando a rocha geradora entrou na janela de geração de petróleo, o que significa que as condições de pressão e de temperatura foram adequadas e a geração ocorreu livremente, na ocasião já existiam boas trapas para acumular o petróleo, então tudo bem. Se isto não aconteceu, muito petróleo deve ter-se perdido ou no fundo do mar ou nos sítios naturais. Porque o petróleo gerou e não encontrou onde se acumular.

Então são coisas muito delicadas que o geólogo de petróleo tem que avaliar para fazer um conceito correto sobre as possibilidades petrolíferas de uma determinada área. Na costa do Brasil, o pouco que se identificou até agora com maior exuberância em termos de condições adequadas para geração e acumulação de petróleo foi na bacia de Campos. Tanto em águas até duzentos metros, como em águas de duzentos metros para profundidades maiores. Se bem que as águas mais profundas, vamos dizer assim, a partir da borda da plataforma continental, ou seja, no slope continental, no talude continental, ou no sopé continental, essas águas no Brasil não estão muito bem avaliadas ainda: há um poço ou dois em Sergipe e o resto é só na bacia de Campos. Ainda há a bacia de Santos e as outras áreas da plataforma continental brasileira, do slope e do sopé continental brasileiro. É verdade que há

um fenômeno conhecido: em geral no Brasil o slope continental, o talude, é muito íngreme, passando-se bruscamente para profundidades grandes, de dois, três mil metros, já no fundo oceânico, o sopé muito estreito... Então existe muito pouca área para explorar em águas moderadamente profundas, de seiscentos, oitocentos mil metros. O sujeito passa de 50 metros praticamente para dois mil, 2.500 metros, e fica difícil. Pelo menos nos dias atuais torna-se inconveniente fazer exploração nessas áreas tão profundas - digo fazer exploração com poços, poços pioneiros. A prospecção geofísica não apresenta grandes dificuldades, mas a perfuração fica mais difícil e menos objetiva, porque se é difícil produzir a seiscentos, oitocentos metros de profundidade, será muito mais difícil produzir a 2.500, três mil metros.

É isso que acontece em geral na costa nordeste: a bacia de Campos tem um sopé continental, uma área intermediária entre o fundo oceânico propriamente dito e o talude continental relativamente ampla, com estruturas geológicas também amplas, pouco segmentadas por falhamentos geológicos. Isso criou condições interessantes na bacia de Campos, além naturalmente das condições de geração e acumulação de petróleo propriamente ditas, quais sejam: estar presente um bom gerador, estarem presentes boas rochas em reservatórios e existirem canais de comunicação adequados entre essas rochas geradoras, e as rochas-reservatório. O senhor pode ter uma rocha geradora a cinco mil metros de profundidade e não ter um canal adequado que comunique essa rocha geradora com as rochas-reservatório a mil, dois mil metros acima. Isso existe na bacia de Campos, portanto as condições para geração e acumulação de

petróleo ocorreram amplamente. Não estou querendo dizer com isso, repito, que não existam outras áreas na plataforma continental do Brasil capazes de gerar e acumular petróleo como costuma acontecer em Campos. Mas, pelo que se sabe no momento, temos apenas a bacia de Campos e a bacia de Santos com talude e com sopé continental um pouco mais largos.

P.R. — Qual é a profundidade que a Petrobrás alcançou até agora na bacia de Campos?

C.C. — Já foram perfurados lá vários poços com mais de mil metros. Eu não sei o número exato, mas com mais de mil metros de profundidade já existem vários poços e alguns produtores. Perfurar poços em dois mil, 2.500 metros de água, não há grande dificuldade; a dificuldade é completar esses poços convenientemente, para que eles se transformem em poços produtores.

P.R. — Essa posição da Petrobrás de mais de mil metros de profundidade é pioneira no mundo ou no mar do Norte a profundidade foi maior?

C.C. — As maiores profundidades registradas de que tenho conhecimento... No mar do Norte existem poços em águas mais profundas também, mas as maiores profundidades que estão ocorrendo, principalmente agora, nessa fase de exploração de águas profundas, são no golfo do México. Lá eles já furaram poços até no fundo de Sigsbec, detectaram a presença de domos de sal na parte mais profunda do golfo do México. Mas os americanos estão explorando agora com bastante intensidade o sopé continental do golfo do México e várias companhias já tiveram sucesso.

M.Q. — Em 74 houve uma série de encomendas de plataforma,

construção de plataformas e tal. Uma já estava em término de construção, que era a plataforma auto-elevada da Petrobrás III, havia também encomendas de três plataformas fixas de concreto e dez plataformas fixas de aço, e contratou-se ainda o serviço de duas barcas de perfuração. Como eram feitos esses contratos para a construção de plataformas? Eram feitos com firmas nacionais, firmas estrangeiras associadas, como era?

C.C. — Eu respondo já a esta pergunta, mas queria antes fazer uma observação, porque é muito comum entre gente que não entende de exploração de petróleo e alguns que não entendem de nada... É que o petróleo se distribui com uma irregularidade enorme na crosta terrestre! Enorme. Ele se concentra em quantidades fantásticas em algumas áreas, é escasso em outras e não existe em outras. E mesmo nas bacias sedimentares existem áreas que são chamadas áreas não petrolíferas, como o escudo brasileiro, o complexo cristalino brasileiro, onde não existe petróleo e nem pode existir, porque são áreas que foram submetidas a tal grau de deformação estrutural e a tal grau de temperatura e de pressão que, qualquer hidrocarboneto que existisse, teria sido destruído. Agora, existem algumas bacias sedimentares que praticamente não têm petróleo, ou mesmo não têm, e outras que têm quantidades fabulosas de petróleo.

O petróleo não existe na medida em que nós precisamos dele. Podemos citar um exemplo clássico de grandes necessidades de petróleo: o Japão, que tem apenas um pouquinho de petróleo nas suas águas. No país propriamente dito nem se fala, mas nas águas territoriais japonesas existe algum petróleo, muito pouco, e de qualidade medíocre. Então o petróleo não existe porque temos vontade

que ele exista. Existe porque houve no passado geológico condições para acumulá-lo. Tanto é que muita gente fala: "Mas não é possível! Aqui não sei aonde há uma quantidade enorme de petróleo, e nós aqui no Brasil não temos: a Colômbia tem, a Venezuela tem, o Peru tem, a Bolívia tem..." Primeiro devemos classificar esse "tem": esse "tem" refere-se a um país pequeno, que tem petróleo para a sua sobrevivência, um consumo de petróleo muito pequeno. Então o petróleo é suficiente, mas para pouca coisa; tem muito menos do que nós, mas é suficiente, porque basta pouco.

P.R. — É o caso do Equador.

C.C. — É o caso do Equador, é o caso da Bolívia, que agora parece que nem é mais auto-suficiente em petróleo, se já o foi algum dia. Agora, um país como o Brasil, com a possibilidade de desenvolvimento que temos, é preciso ter muito petróleo. É preciso ter mais de dois milhões, três, quatro... Quem sabe se no futuro vamos precisar de petróleo tanto quanto o Japão? Então esse negócio de ter e não ter é relativo. É como dizia o general Geisel: a auto-suficiência é muito...

M.Q. — Muito relativa.

C.C. — ...relativa. Eu ia falar outra coisa. Mas é mesmo. Assim como a democracia é relativa, a auto-suficiência também é relativa. [risos] Porque o Brasil pode ser auto-suficiente com um milhão, 1,5 milhão de barris. Já houve época, não muito distante, que, com um milhão de barris, ele seria auto-suficiente. Hoje precisa talvez de 1,5 milhão, um milhão e duzentos, amanhã vai precisar de dois. E tomara, que Deus o permita, que ele só seja auto-

suficiente um dia com cinco milhões de barris. Porque isso é sinal de desenvolvimento. Essas coisas são, como eu disse, relativas. Outra coisa: "Ah, porque ali tem, aqui não tem." Eu dizia: "No Recôncavo, se tivesse sido feito um poço a cem metros em direção leste, Lobato, não teria sido descoberto." Então o próprio Recôncavo é um exemplo de pertinho: existe uma área onde diziam que definitivamente não havia petróleo, e foram furar logo ali, em Lobato, que é um campo medíocre, aquilo só tem valor histórico. Quem descobriu mesmo lá no Recôncavo chamava-se dr. Pedro de Moura, falecido há poucos dias. Ele deu a primeira locação de um campo de petróleo, verdadeiramente campo de petróleo, na Bahia, que foi o poço de Candeias nº 1. Vocês, que estão fazendo a "Memória" da Petrobrás... Pois morreu um pioneiro do petróleo, quem realmente descobriu petróleo comercial no Recôncavo: chamava-se dr. Pedro de Moura - morreu há poucos dias, vocês sabem disso.

M.Q. - Dr. Carlos eu queria perguntar uma coisa, que é de leigo também, mas é algo que ouvi falar, que é o seguinte: um poço pode ser estragado se você não souber explorá-lo muito bem?

C.C. - Pode, claro que pode. Eu vou explicar e você vai entender - você é uma menina inteligente e vai entender. Por exemplo: vamos supor que esta sala aqui seja a face de um poço. Então até o meio da parede você tem água, dentro do arenito, da areia. Porque a areia contém água nos espaços porosos do reservatório. Seja areia, seja calcário - a gente fala areia porque é mais conhecida -, dentro daquele espaço poroso existe água. Você já viu água brotar da pedra, não é? Até certo ponto tem água, e em cima

tem óleo; então nós temos o que se chama o contato óleo-água. Se você não produzir aquilo direitinho, como a permeabilidade da rocha é maior para a água, forma-se um cone de água: a água sobe e o óleo não entra mais no seu poço, porque vai entrar preferencialmente a água. Está aí como você pode estragar um poço.

Segunda maneira de se estragar um poço: o espaço poroso minúsculo de certas rochas - minúsculo para os nossos olhos, mas para os olhos da rocha e para os fluidos... O que é minúsculo para os nossos olhos, pode não ser para o mundo da circulação na subsuperfície -, pode conter em seu interior certas argilas que, com um fluido diferente que você mete ao perfurar o poço, ou quando você vai completar o seu poço, tufam e entopem as gargantas entre poros - você tem um poro aqui, um poro ali, e entre eles você tem uma garganta de passagem. Se você entupir um certo espaço para diante da face da rocha de que vai sair o petróleo, não sai mais petróleo, ou vai sair uma quantidade muito pequena em relação ao que poderia sair. Então você estragou seu reservatório. Você pode estragar o seu poço estragando o reservatório que libera o petróleo. Mas você estava perguntando... Eu não me lembro da cronologia dessas coisas. O fato é que no início nós fizemos a Petrobrás I em 68 - não sei quando a Petrobrás I ficou pronta -, e foi uma jack-up - jack-up é aquela plataforma cujas pernas assentam no fundo do mar.

M.Q. - Cujas forma era inicialmente de um navio. As primeiras plataformas tinham a forma de um navio.

C.C. - Não, a jack-up não tem forma de navio. É um casco mais ou menos quadrado ou retangular que fica assentado em quatro pernas ou mais. Eu não sei por que - na ocasião

eu era homem de exploração, não participava das decisões de construir ou não construir esses equipamentos - passaram bastante tempo sem fazer plataforma no Brasil, só vieram a fazer muitos anos mais tarde. Mas encomendaram do exterior e alugaram, evidentemente: alugaram plataformas, alugaram navios... O segundo equipamento construído no exterior para vir trabalhar no Brasil parece que foi o navio Petrobrás II, no Japão. Depois construíram nos Estados Unidos uma jack-up grande, acho que deram o nome de Petrobrás III, que está aí até hoje.

M.Q. - O senhor sabe se essas encomendas de 74, as dez plataformas de aço, foram feitas aqui ou ainda no exterior?

C.C. - Vamos distinguir essas coisas: estes são equipamentos para perfurar poços. Agora, os equipamentos para produção, essas plataformas de aço de que você está falando, vamos simplificar as coisas, são tamboretas de aço...

[FINAL DA FITA 6-A]

C.C. - Essas plataformas são plataformas fixas. Simplificadamente, é um tamborete sobre o qual você põe uma mesa, ou põe várias - é o deck -, e ali constrói o que quiser. No início essas plataformas não eram feitas no Brasil. Inclusive a famosa tríпода, - essa de Sergipe era um tamborete com três pernas, daí o apelido de tríпода - foi feita no exterior. Mas logo começaram a fazer no Brasil. Agora, eu não me lembro bem quantas foram encomendadas; inicialmente foram encomendadas várias no exterior.

M.Q. - Então essa parte de apoio, vamos dizer assim, que é a estrutura metálica, acabou se fazendo no Brasil. Mas es

ses equipamentos...

C.C. — O grande desenvolvimento disso aí foi quando tiveram que fazer essas plataformas fixas para a bacia de Campos, porque eram plataformas gigantes, plataformas, naquela época, de 120, 130, 140, acho que até 150 metros de comprimento. Então já eram equipamentos enormes. Foram contratadas nos Estados Unidos e na Europa várias firmas — as da Europa eram naturalmente firmas com experiência no mar do Norte — com os projetos dessas plataformas, e a grande maioria delas foi feita aqui, em canteiros nacionais. Não me lembro se alguma foi feita no exterior, creio que uma, a de Namorado, foi feita no exterior, mas afundou no meio do caminho.

P.R. — Existem plataformas móveis também.

C.C. — As móveis são as que se usam para perfurar. As plataformas de produção geralmente são fixas em águas rasas. Em águas profundas elas são flutuantes, são semi-submersíveis, são navios preparados para produção em águas profundas. Existem agora as chamadas plataformas complacentes — não sei se de segunda ou terceira geração, mas de uma geração avançada — para perfurar em águas de oitocentos, mil, trezentos, quatrocentos, quinhentos metros. Umas se chamam tension-leg — é um grupo dessas plataformas com pernas tensionadas —, mas existem as outras plataformas chamadas complacentes, que parecem uma vara de pescar no mar. A própria reação da elasticidade da estrutura faz com que ela volte para a posição de equilíbrio, e ela vem com tanques flutuantes que corrigem sua posição na água. Imaginem uma coisa de dois mil metros... É uma coisa extremamente interessante uma plataforma dessas. Algumas têm

articulação na base, outras não têm articulação, são fixas na base. Existem vários projetos; já tentaram vender esses projetos para a Petrobrás, mas ainda não houve interesse. Mesmo porque é um pioneirismo muito grande, são investimentos fantásticos. Existem ainda outras condicionantes: o reservatório nos campos, principalmente no campo de Marlim, é relativamente raso, então o número de poços que se poderiam furar de uma plataforma dessas seria pequeno. Assim, por várias circunstâncias, os técnicos da Petrobrás optaram por produzir os campos de águas profundas através dos equipamentos flutuantes.

M.Q. — Falando de plataformas, de plataformas que servem para perfurar, eu me lembrei não mais dessa coisa da perfuração, mas já da parte de produção e do sistema de produção antecipada de Campos, em que começaram a operar antes inclusive da existência...

C.C. — Este foi um outro episódio interessante. Vocês naturalmente devem entrevistar gente que é especialista nisso. Há um cidadão que acompanhou a construção da bacia de Campos, que talvez devesse ser entrevistado, que é o dr. Leonel Finott; foi o chefe do Gecam que acompanhou esses detalhes. Mas esse sistema provisório foi um esforço muito grande que a Petrobrás fez para começar a produzir petróleo o mais rápido possível. E teve grande sucesso. Houve acidentes, mas que não tiveram nada a ver com o sistema.

M.Q. — Acidentes, como?

C.C. — Um deles foi o do transporte de uma das torres do sistema de Garoupa. O sistema antecipado de Garoupa afundou no mar - foi recuperado, mas afundou. Eu me lembro bem que estava fazendo 25 anos de formado em Ouro Preto,

mas o ministro Ueki veio ao Rio de Janeiro e eu não pude me afastar daqui, porque era superintendente do Departamento de Exploração e Produção, então perdi minha festa em Ouro Preto. Depois, uma dessas torres também partiu - isso foi devido a cálculo.

M.Q. - Foi devido a quê?

C.C. - Cálculo estrutural, provavelmente de cálculo de fadiga. Não reforçaram os locais onde a fadiga seria maior do que a construção...

M.Q. - Permitiu.

C.C. - Porque como foi construído... houve deficiência no cálculo e quebrou. No outro acidente, de que o público em geral não tomou conhecimento, mas foi um acidente gravíssimo, falharam as válvulas num daqueles poços, o equipamento de subsuperfície - vocês podiam pôr isso na "Memória", quando entrevistarem gente especializada no assunto, porque não sou especializado -, o óleo subiu até próximo à superfície, com uma pressão talvez de três mil libras, e ficou contido. Só não houve um black-out de grande proporção no fundo do mar, porque ficou contido numa chapa de mais ou menos sete polegadas. Mas ameaçando todos ficaram preocupados, porque seria um cataclisma muito pior do que o incêndio em Enchova - o campo de Namorado jorrando no fundo do mar, um poço de compressão dessa ordem. Então os canadenses da Lockheed... Não sei se são canadenses, mandou construir um equipamento que se furou através dessa placa, mudou a válvula defeituosa na subsuperfície e conseguiu. Mas o sistema em si é perfeito: eram cápsulas que funcionavam... a cabeça dos poços funcionava sob pressão atmosférica, você podia descer lá e fazer os reparos.

Isso que aconteceu foi defeito de um equipamento, de uma válvula de segurança, não teve nada com o sistema propriamente dito. Desastre, quando falha o equipamento, pode acontecer. Tem muita gente, inclusive na Petrobrás, que culpa o sistema antecipado de Garoupa. Não teve nada a ver com o sistema, o sistema foi correto. Mas, por razões de desenvolvimento tecnológico, abandonou-se esse sistema. Hoje existem árvores de Natal molhadas que você põe no fundo do mar e funcionam com grande eficiência. Então não há por que construir um sistema bem mais complexo, por isso esse sistema inicial foi abandonado.

M.Q. — Isso foi uma contribuição significativa?

C.C. — Foi uma contribuição, porque a Petrobrás começou evidentemente a faturar. Teve também o efeito psicológico: passar a produzir petróleo animava a todos naquele convívio do problema, estimulava o governo e a própria alta administração da companhia. Mas o objetivo era principalmente faturar, ajudar nas despesas, que eram grandes naquela época, com essas sete plataformas que foram construídas para o desenvolvimento da bacia de Campos. Depois vieram outros desenvolvimentos. Mas essa obra da bacia de Campos, guardando as devidas proporções, foi a construção de uma Brasília. Se bem que em Brasília não havia nenhum risco, e aqui havia riscos reais, como esse que acabei de relatar, o incêndio de Enchova agora, e o anterior também. Porque quem vai ali vê na verdade uma cidade de aço implantada com as maiores dificuldades; só que uma Brasília construída não por um governo, mas por uma companhia. Não sei se esta comparação cabe, porque Brasília evidentemente está na superfície para todos verem e examinarem de pertinho, e a outra está parte acima e parte abai

xo do mar, pouca gente vai ver de perto. Entrar numa plataforma... Você já entrou?

M.Q. — Não.

C.C. — É um mundo de aço, de grande complexidade tecnológica. Uma plataforma dessas completa deve custar da ordem de quinhentos milhões de dólares.

M.Q. — Eu ia lhe perguntar, voltando àquela questão, porque tem a estrutura metálica, que acabou sendo construída aqui no Brasil, mas e a parte dos equipamentos mesmo? Ainda continuam sendo feitos...?

C.C. — Hoje 95% desses equipamentos são produzidos no Brasil. Parte de instrumentação, alguma coisa que leva metais especiais, tudo isso é construído aqui. Mesmo o equipamento de poço propriamente dito, válvulas e outros gadgets, como se diz, para a produção, para equipar o poço, grande parte disso já está sendo construída no Brasil. A nacionalização que a Petrobrás fez foi uma coisa fantástica. Houve algumas dificuldades devido à falta de capricho de certos fornecedores de equipamento, mas em geral todos eles, quase sem exceção nenhuma, graças a Deus, foram muito cooperativos, procuraram fazer as coisas direito, promover uma boa... Claro que as coisas aqui no Brasil custam mais caro. Isso é inevitável! Mas pelo menos foi um grande desenvolvimento da indústria. Isso é mais ou menos como a indústria bélica nos países desenvolvidos. Desenvolver a indústria do petróleo aqui tem conseqüências variadas para outros tipos de atividades industriais. Então é uma beleza.

M.Q. — O senhor falou que a parte de cima, que é visível, é uma alta complexidade, e há a parte de baixo, que ninguém...

C.C. — A parte de baixo que eu falo...

M.Q. — A parte de baixo, que está submersa.

C.C. — Das pernas para baixo não há grande coisa, a não ser lá no fundo, na cabeça do poço. Agora, abaixo da cabeça do poço ainda existem vários equipamentos implantados para o poço produzir, entre eles essa válvula, que fica mais ou menos a 70 metros abaixo do fundo do mar, dentro do poço, para impedir o descontrole do poço: chama-se down hole safety valve.

M.Q. — São vários poços em torno da plataforma?

C.C. — A plataforma tem 15, 20 ou mais poços. Furam-se desviados: tem um vertical e o resto desviados.

M.Q. — E isso é levado para a terra através de oleoduto. Porque em cima separa-se o óleo do gás e faz-se também o tratamento porque o óleo vem geralmente com um pouquinho de água salgada. Então separa-se a água salgada.

M.Q. — Já é feito então ali.

C.C. — Eu não sei se já se faz, mas é o que se devia fazer. Se não se faz ali, faz-se na estação em terra. Porque a água salgada em certa proporção traz muito problema para a refinaria. O óleo deve vir o mais livre possível - existem as especificações todas - de água salgada. Mas todos esses aspectos... Tem gente na Petrobrás que você certamente vai entrevistar e que pode lhe explicar com muito mais...

M.Q. — Mas a gente já vai aprendendo aqui com o senhor.

C.C. — Sou bom para falar de rocha.

M.Q. — Eu gostaria que o senhor me dissesse o que pensa da Paulipetro.

C.C. — A Paulipetro é uma das grandes irresponsabilidades desse país, como ficou demonstrado. Um governador — não sei se a idéia foi dele, provavelmente foi assessorado por alguém — resolve fazer uma exploração de petróleo de uma maneira acelerada numa das bacias sedimentares do Brasil que apresentam maior dificuldade à prospecção. Ninguém jamais disse na Petrobrás que lá não há petróleo ou gás natural, mas existem grandes dificuldades que ainda não foram superadas no nível em que já o foram na bacia paleozóica, que é da mesma idade — esse termo paleozóico significa que as rochas são muito antigas. As bacias paleozóicas do Amazonas e do Maranhão são as outras grandes bacias sedimentares paleozóicas. Na bacia do Paraná, as dificuldades com a geofísica, com a sismografia, ainda não foram superadas nessa mesma medida. As dificuldades continuam. E ele monta um programa daquele, afoito, dispendioso e pouco racional. Esse é um fenômeno brasileiro.

P.R. — Foi no Vale da Ribeira, sul de São Paulo?

C.C. — Não. Foi na bacia do Paraná toda. A bacia do Paraná engloba desde o Rio Grande do Sul até Mato Grosso, Goiás, e ainda um pedaço de Minas Gerais. É uma bacia geológica imensa. Naturalmente os poços da Paulipetro se concentraram no Paraná e em São Paulo.

M.Q. — Quem compôs os quadros da Paulipeetro? Foi o pessoal da Petrobrás?

C.C. — Alguns, não muitos. O resto foi gente de São Paulo mesmo, da universidade. Eu costumava dizer que a Paulipetro era a maior instituição que já existiu a serviço de uma universidade. Porque a Paulipetro ficava usando conceitos e coisas que podiam ser muito bons para os acadê-

nicos, mas sem significado no mundo prático da prospecção de petróleo. Eles diziam que iam furar não sei quantos poços estratigráficos a mais, porque a estratigrafia que a Petrobrás estabeleceu na bacia do Paraná não era detalhada o suficiente... Paciência, não é? Acontece que eles contrataram muitas sondas - puseram o carro antes dos bois - antes de terem boas locações, então tinham que furar poços - poços estratigráficos são poços mais ou menos de amostragem das rochas. E outras coisas, mas não é o caso de detalhar aqui. Um episódio lamentável, e que afinal não nos deixou...

P.R. - Não produziu resultado algum.

C.C. - Resultado sempre se produz. O sujeito furou o poço, e hoje a gente conhece a coluna estratigráfica daquele lugar em que se furou e tem as informações todas arquivadas. Mas é um custo muito alto para esse tipo de aventura.

M.Q. - Dr. Carlos, em 75 sai aquela decisão de a Petrobrás fazer contratos de risco. O senhor fez parte daquela comissão nomeada pelo presidente da Petrobrás para selecionar as firmas que queriam fazer...?

C.C. - Não, não fiz parte do contrato de risco. Na verdade, nunca fui um homem de contrato de risco, sempre fui contra o contrato de risco. Além do mais, não quis ser superintendente do contrato de risco. Eu fui convidado, fui o primeiro sujeito a ser convidado para superintendente do contrato de risco, e já tinha até convidado o dr. Wagner Freire para ser meu adjunto, mas decidi não ser superintendente do contrato de risco. Apesar de eu poder estar prejudicando seriamente a minha carreira, que enfim não foi prejudicada pela compreensão dos meus chefes na época, dr. Haroldo Ramos da Silva e dr. Barroso, que tam-

bém era um homem muito influente, eu me dei ao luxo de recusar a ser o chefe do contrato de risco, o primeiro superintendente do contrato de risco. Eu era contra o contrato de risco não como uma medida de rebeldia, porque sempre fui muito disciplinado. Depois que o presidente Geisel implantou o contrato de risco, eu tratei de trabalhar e conviver com ele. Não acredito nesse negócio de estar sendo rebelde aos meus superiores hierárquicos. O dia que eu quisesse ser rebelde aos meus superiores hierárquicos, eu pedia demissão da Petrobrás e ia cuidar de plantar batata. Acho que muita gente que fica na empresa sendo contra em tudo e dando o contra em tudo para ganhar o seu dinheiro, mas não tem a coragem cívica de dizer: "Não trabalho mais aqui porque isso é contra a minha filosofia." Está faltando no Brasil esse tipo de coisa.

Muito bem. Convivi com o contrato de risco e, naturalmente, tratei de escolher as áreas melhores para a minha exploração - acho que não cometi nenhuma rebeldia com isso aí. E lhe digo: se esse contrato de risco não teve maior sucesso, sem vaidade imbecil, eu contribuí muito para isso. Sei que estou fazendo uma declaração perigosa para o meu futuro, mas eu não tenho muito mais futuro, de modo que posso falar o que quiser. Contribuí muito! Ainda me lembro [inaudível] o campo, por exemplo, mesmo nesse mini-risco, teve hora que eu vi que estava [inaudível], os bobocas deram a área, e eu, um pouco truculentamente, recolhi a área correndo, porque sabia que ali ia ser um campo de petróleo. Isso eu fiz mesmo, e estou falando a verdade. Não foi nenhuma coisa ruim da minha parte: fiz o que achei que devia fazer, e fiz mesmo. Agora, ser contra e ficar com pequenas bobagens... Eu op-

tei por ficar na empresa, na exploração da empresa, então fiz o que tinha que fazer, defendi o meu. Se tivesse optado pelos contratos de risco, iria defender os contratos de risco. O que estou combatendo é aquele cara que acha que não se situa na sua posição, ao nível de decisão, e diz: "Sou contra!" E começa a querer sabotar. Eu nunca quis sabotar o contrato de risco. Mas era minha opção escolher as áreas para a Petrobrás trabalhar, não é verdade? Tentei escolher e escolhi. E acho que com um certo sucesso, pelo resultado.

M.Q. — Aliás, como eram feitas essas escolhas? Eram estudos técnicos?

C.C. — Não, era uma comissão, mas sempre tinha... [risos]

M.Q. — Quem integrava essa comissão?

C.C. — Não me lembro bem. Só sei que a primeira vez que a comissão foi na minha sala, na antiga Divisão de Exploração do Departamento de Exploração e Produção, para estabelecer as primeiras áreas que seriam oferecidas, foram o dr. Barroso, dr. Haroldo Ramos e outras figuras. Não me lembro de detalhes. Na ocasião em que o contrato de risco foi decretado, eu fiquei muito emocionado, achando que tinha sido uma grande besteira... Depois vi que não foi besteira nenhuma. E, quando fui diretor, já estava manso. Não tinha besteira nenhuma. [risos]

P.R. — Dr. Carlos, porque essas empresas estrangeiras preferiam o contrato de risco em vez do contrato de serviço? Se elas preferiam o contrato de risco era porque tinham certeza absoluta de que as áreas onde iriam atuar eram áreas de alto poder de produção. Era isto?

C.C. — Eu assimilei o contrato de risco da seguinte manei-

ra: as empresas estrangeiras vieram aqui para complementar o que não podíamos fazer, então tinham que explorar petróleo nas áreas mais difíceis. Porque na bacia de Campos, evidentemente, não precisava. Acho que foi uma grande contribuição que elas deram, porque se fôssemos gastar dinheiro para obter as informações que elas obtiveram, os dados que elas têm, seria muito ruim e não teríamos o mesmo resultado. Eu digo brincando que amansei, pelo seguinte: quando o sujeito raciocina depois com mais frieza... Por isso é que a gente não pode sair afoitamente contra o chefe só porque ele é chefe. O presidente Geisel decidiu, e ele tinha certa razão. Por quê? É o seguinte: quem vai investir tanto dinheiro numa operação de risco dessas para ganhar menos de 30% depois que tirar o Imposto de Renda? Se o Brasil ia ficar com mais de 70% do petróleo descoberto, ia produzir, controlar a produção... Depois de descoberto e provado que o campo era comercial, enfim, para resumir essa coisa, ainda iríamos produzir o campo, não largaríamos nada na mão de ninguém. Não sei por que essa ojeriza toda, ou então essa idéia de querer que os outros venham aqui trabalhar para não ganhar nada. Mais do que isso é pedir dinheiro emprestado para depois não pagar, como estamos fazendo ou como foi feito há tempos atrás com essa moratória ridícula. Isso é ser pilantra! A comunidade internacional não aceita esse tipo de pilantragem. Isso é o que estamos querendo fazer: Ser pilantra! Pedir bastante dinheiro emprestado e depois dizer que não sabíamos que o juro era alto: "Vejam como estão nos explorando!" E estamos querendo pedir mais. Agora, o contrato de risco... É porque o nosso nacionalismo é confundido com pilantragem. Aqui o sujeito acha que ser nacionalista é ser pilantra.

Então achei que o contrato de risco não trouxe - aliás, todo mundo hoje concorda - mal nenhum. Mesmo que eles tivessem descoberto mais petróleo, eu não veria mal nenhum. Por exemplo, essas companhias de postos de petróleo que disseram na Constituinte que iam acabar com elas, as distribuidoras estrangeiras, não vejo nenhum mal nisso. Agora, vejo mal, sim: "O senhor pode trabalhar aqui, convenhamos que essa é uma parte fácil de ganhar dinheiro, ou mais fácil, de menos risco, vamos dizer assim, mas em comparação vai ter que participar de tais e tais empreendimentos aqui, empreendimentos na área de fertilizantes para ajudar também a nossa economia. O senhor vai ter o seu lucro, mas vai nos ajudar a desenvolver mais rápido a nossa economia." Ou seja, amarrar o sujeito num certo tipo de desenvolvimento. Agora, dizer que a única coisa que o estrangeiro pode fazer é nos emprestar dinheiro para a gente dizer que não paga, isso é muito ridículo, convenhamos. [risos]

M.Q. - Em 75 houve novas descobertas de áreas produtoras, principalmente na plataforma continental: campos de Badejo, Namorado - tudo na bacia de Campos -, Tainha, em Sergipe, Cavala, em Alagoas, e Agulha, no Rio Grande do Norte. Esses campos do Rio Grande do Norte e Sergipe têm tanto desenvolvimento quanto os das outras áreas?

C.C. - Os campos de petróleo no mar nos outros lugares, além de Campos, são bastante fracotes. Comparativamente a Campos são uma decepção. Não vou dizer decepção, mas são muito fracos. Agora, a bacia do Rio Grande do Norte é excepcionalmente interessante: é uma bacia pequena, da qual não se esperava muita coisa, e hoje já está quase batendo o Recôncavo. É claro que o Recôncavo já produziu

muito petróleo, o petróleo não é infinito, a gente entende tudo isso. Mas jamais se esperava que o Rio Grande do Norte fosse produzir mais petróleo do que o Recôncavo ou Sergipe. Agora, no mar. A pergunta que você me fez foi como se comparam os campos marítimos. Muito fracos. Em relação a Campos, inexpressivos.

M.Q. — Essa plataforma de Campos, essa área dos campos da bacia de Campos tem perspectiva de quanto tempo de produção?

C.C. — Os campos de petróleo geralmente ... Porque a produção é um fenômeno exponencial negativo, o que significa que a produção cai exponencialmente com o tempo. Os parâmetros dessa curva exponencial são outra coisa mas... Então em qualquer bacia sedimentar a produção vai caindo ao longo do tempo. Geralmente esses campos produzem 20, 30 anos.

M.Q. — Eu estou pensando nisso por causa do acidente de Enchova, agora, em que eles decidiram não mais refazer a plataforma e utilizar sistemas paliativos.

C.C. — Isso é uma questão filosófica - esse termo filosofia é muito enjoado -, é uma questão de diretrizes. Qualquer termo que cai no uso comum fica enjoado. É igual a certas modas de mulher quando começam: você olha todo mundo na rua e parece... Então essa diretriz é para não acumular um monstro de aço desses, uma quantidade enorme de coisas, coletar... Eles querem acabar com esse conceito de plataforma central, e com muita razão.

M.Q. — O senhor pode explicar para a gente esse conceito?

C.C. — Esse conceito veio agora, recentemente. Mas imagine: você pega uma porção de campos e coleta tudo num

lugar só. O dia em que acontece um acidente desses, seu prejuízo é muito grande, inclusive porque sua produção pára. Se fosse só o campo de Enchova que estivesse produzindo nessa plataforma, em termos de perda de produção o prejuízo seria muito menor. Em termos de equipamento também, se fosse uma plataforma menor, o prejuízo seria menor. Daí o conceito de não fazer mais esses aglomerados enormes, fazer plataforma e instalações menores.

M.Q. — Em 79 o senhor é nomeado para ser diretor da Petrobrás, e nesse mesmo momento entra para ser presidente da Petrobrás o Shigeaki Ueki.

C.C. — O Shigeaki Ueki entrou num momento anterior, porque foi ele que me convidou para ser diretor.

M.Q. — É, um pouco antes: em março entra o Shigeaki Ueki e em abril o senhor é convidado para ser diretor da Petrobrás, não foi?

C.C. — É isso aí.

M.Q. — O senhor nos disse numa entrevista anterior que já conhecia o Shigeaki Ueki anteriormente.

C.C. — Ele foi diretor da Petrobrás e foi ministro.

M.Q. — Mas o senhor tinha uma relação pessoal com ele anterior?

C.C. — Não. Além das relações funcionais, eu não tinha... Aliás, vou dizer uma coisa: eu fiquei na Petrobrás esse tempo todo e nunca tive, assim, amizade pessoal para influenciar... "Vou chamar o fulano porque ele é meu amigo." Nunca houve isso comigo. Muito menos cupinchada e apadrinhamentos. Graças a Deus - eu devia ir todo dia à igreja rezar e agradecer a Deus -, nunca precisei dis-

so. Graças a Deus! Agora, tinha respeito com as pessoas, com o diretor Ueki, depois o ministro, o presidente Geisel... Essas pessoas influenciaram muito a minha carreira porque acreditaram que eu podia dar a minha cooperação, não porque eu vivesse ali atrás de agradinhos bobos. São pessoas que eu respeito e tenho na maior consideração. Agora, falando em ministro, eu vou contar um caso interessante: um dia o ministro me chamou a Brasília muito secretamente - nem o superintendente podia saber, nem o diretor da minha área...

M.Q. - O senhor era o superintendente.

C.C. - Não. Nessa época eu ainda era chefe da Divisão de Exploração.

[FINAL DA FITA 6-B]

C.C. - ...lá de Brasília, uma história impressionante. Então o ministro me chamou, eu fui, e estava lá um grupo francês. E me lembro que havia um francês muito falado, muito conhecido aqui no Brasil, havia sido presidente do Conselho de Ministros na França em 1952 - eu esqueço agora o nome dele, depois a gente pode descobrir -, um senhor já idoso, evidentemente e havia um outro, que era o M. Violet. Nessa reunião estava até o chefe do cerimonial do presidente no Palácio do Planalto - esqueço também o nome do rapaz -, talvez estivesse lá por falar um francês perfeito e tal. Aí o ministro me chamou e disse: "Vai ser exposta uma série de idéias, espero que você tenha abertura, aceite idéias novas, não dê logo o contra." [risos] O ministro tinha razão de dizer assim, porque muitas pessoas são contra só porque "si hay gobierno, yo soy contra."

Sentamos numa mesa e o chefe do cerimonial falou comigo assim: "O francês desse cara é francês de cais do porto." - do tal M. Violet e dos outros franceses que estavam lá. Do antigo presidente do Conselho de Ministros, não, evidentemente ele não falava muito.

A história era a seguinte: eles representavam um laboratório, acho que da Alemanha, que havia descoberto uma maneira infalível de se descobrir petróleo, uma instrumentação que, em terra, se colocava em cima do local e indicava se havia ou não petróleo no campo e qual era a reserva. O processo era tão espetacular que incluía também um método para prospectar com avião: colocava-se o instrumento num avião e, se o avião passasse sobre um navio petroleiro, dizia qual o tanque que estava cheio e qual o tanque que estava vazio. Coisas... Pode ser que eu esteja exagerando um pouco, mas eram coisas desse tipo. Sei que falavam no método aéreo, falavam no navio petroleiro e falavam também em terra. O que eles fizeram para conquistar os militares? Disseram que haviam criado o laboratório, estavam com esse método, mas que só iriam passar essa tecnologia para o Brasil e para a África do Sul, onde futuramente seriam baluartes contra o comunismo, contra o totalitarismo comunista. Eles entraram via Palácio do Planalto, via Golbery etc., e o cara foi logo me dizendo que o ministro Golbery estava muito interessado no assunto. Eu sentei lá e ele me mostrou uma fotografia desse tamanho. Lembram aquelas fotos da Kodak? Caixotes, aquelas máquinas? Uma fotografia daquele tipo, com um tracinho branco linear. "Você está vendo? Aqui é o nosso poço na África do Sul, aqui é a nossa haste de perfuração." Quando ele falou isso comigo, eu disse: "Mas mestre, uma

haste de perfuração numa escala dessas se confunde com o grão de emulsão da fotografia e você não vê nada! Que Diabo é isso?" - não podia ser coisa séria. [risos] Aí ele explicou e, quando a reunião acabou, o ministro me disse: "Bom, agora você..." Tinha um negócio de ir para Bahia com a instrumentação numa barraca, e só eu, que era o homem de confiança, iria. Eu já me imaginava debaixo de uma barraca na Bahia coberto de ridículo! [risos] "Não é assim que vou acabar a minha carreira! De forma nenhuma." Já me imaginava na Bahia coberto de ridículo, e a turma me gozando, a turma de geólogos, colegas meus. [risos]

Bom, ouvi aquela história e, de noite, fui para o Hotel Nacional e telefonei para esse rapaz - acho que o nome do chefe do cerimonial era Ribeiro, qualquer coisa Ribeiro. Telefonei para esse rapaz e disse: "Pelo amor de Deus! Isso não pode ser, rapaz! Estou perdido, acabado, liquidado! Eles vão insistir nisso, vou dizer que não farei parte e estarei liquidado. Vão me liquidar, só isso." Fiquei muito preocupado, peguei um avião de Brasília para o Rio e fui ao gabinete do João Neiva de Figueiredo. Descrevi tudo para ele, porque ele é macaco velho, um homem de grande experiência nos meios palacianos: "Neiva, pelo amor de Deus, me ensine como dar essa resposta." O Neiva havia passado pelo famoso dr. Romero, em Alagoas, que também tinha uma máquina, um aparelho para mostrar onde existia petróleo [risos], e me contou outro caso sobre um tesouro enterrado aqui no Pão de Açúcar que era ouro puro, era só abrir que tinha ouro 'pra caceta'! Eu escrevi uma nota ao ministro dizendo o que pensava daquilo, que não desejava fazer parte daquele negócio - até há pouco tempo eu tinha cópia dessa nota lá em casa. Aí peguei ou-

tro avião no mesmo dia, telefonei para a secretária do ministro ou para alguém lá do gabinete para mandar buscar a minha nota no aeroporto, porque era uma nota importante e o ministro queria saber dela naquele dia ainda. Entreguei a nota no aeroporto, peguei o avião de volta para o Rio e pensei: "Seja o que Deus quiser. Agora o ministro me demite." [risos] Mas o ministro era muito inteligente, o Ueki, um sujeito brilhante, também não tinha ido nessa.

Passaram-se alguns anos, cinco ou seis anos, e esse cara conseguiu enganar altos executivos da Elf-Aquitaine com o mesmo tipo de coisa. Deu o maior bolo na França, com o Giscard d'Estaing envolvido no negócio... [risos] Eu me lembro, que, na reunião, o francês queria trazer o instrumento, mas não queria complicação com a Alfândega. O medo dele era a Alfândega. Então ele falava com o ministro: "M. le ministre, pas de Donane! Pas de Donane!" [risos] É um caso meio folclórico, mas é um caso interessante. De uma certa maneira eu me orgulho disso porque provavelmente o ministro não iria levar o caso até o fim, ele é muito inteligente, mas poderia ter levado, o que nos conduziria a uma situação extremamente desgastante, a todo o governo.

M.Q. — Voltando a um pouco antes de sua nomeação, em 77 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás o plano global de investimentos para o período de 78 a 81. O senhor participou da elaboração desse plano global de investimentos, já que era superintendente nessa época?

C.C. — Eu participei de todos esses planos.

M.Q. — E como foi elaborado esse plano de investimentos? A

área de exploração certamente...

C.C. — Quando o presidente Ueki entrou para a presidência da Petrobrás...

M.Q. — Mas isso foi antes.

C.C. — Sim, ele entrou em 79. Mas, evidentemente, esses planos feitos em 78 foram revistos. Eu não sei detalhes do plano, só sei que o plano foi feito de modo que nós nos tornássemos auto-suficientes no fim do governo Figueiredo. Aliás, quando ele me convidou, eu me lembro bem, foi no edifício que hoje é lá da empresa, eu estive lá e me lembrei disso, no 17º andar, ele me mandou falar um currículo resumido. E eu tratei de ser muito sumário. Primeiro que, com pessoas inteligentes, se você começar com bolodório, perde o trem; segundo, que eu também não gosto de bolodório, porque não sou burro, mas não sou dos mais picgos. Começou com bolodório, perdeu o trem. Impressiona mal.

A segunda pergunta foi: "Como é a sua relação com o atual diretor?" "Péssima!" Porque o atual diretor, dr. José Marques Neto, me convidou para ser superintendente do Departamento de Exploração e Produção, eu pensei que era ele que estava convidando, mas ele me convidou apenas porque alguém mandou convidar. Depois começou a me perseguir, a me desprestigiar. Chegou a um ponto — depois eu já tinha visto que ele não podia me tirar — que eu falei com ele: "Vamos até a diretoria, para você me tirar, já que não me quer." "O que é isso, rapaz!?" Eu fui posto como superintendente do Departamento de Exploração e Produção por outra pessoa, que eu não sei quem foi, mas não foi por ele, que me convidou. Isso é uma coisa muito co-

mum aqui no Brasil, o sujeito não ter caráter bastante para dizer: "Eu não vou trabalhar com fulano, não acho que ele é bom auxiliar e não o quero. Então vou abdicar do meu cargo, porque você está me impondo um auxiliar que eu não quero." Mas no Brasil não existe isso. Quer dizer, isso é um modo de falar: no Brasil, felizmente, ainda existe, mas muita gente não faz isso e parte para ficar acomodando as coisas, começa a querer desprestigiar a pessoa que foi convidada. Isso tem que ficar registrado, porque foi assim.

Como eu disse, o ministro das Minas e Energia, que ia ser presidente da Petrobrás me perguntou: "E as suas relações com o atual diretor?" Eu falei: "Péssimas!" Porque eram mesmo péssimas. "Então vamos conversar agora sobre o trabalho futuro que temos que fazer." E uma das coisas que tínhamos que fazer era simplesmente descobrir petróleo que pudesse justificar uma produção de quinhentos mil barris até a saída do governo Figueiredo, porque ele queria deixar o governo Figueiredo produzindo quinhentos mil barris. Você pode dizer que esse negócio foi coincidência, foi sorte, foi bambúrrio e pode dizer o que quiser. Mas isso foi dito e começamos a trabalhar para que acontecesse intensamente! Ele me deu carta branca, não para fazer bobagem, mas para organizar os geólogos, contratar e tal. Prestigiou, a ponto de os geólogos ficarem satisfeitos de trabalhar com grande...

M.Q. — Liberdade.

C.C. — ...liberdade, com grande entusiasmo! Botou geólogo como diretor da Braspetro, botou geólogo na Interbrás... Sabe como é, fazer parte de uma classe que está acostumada a ser sempre o enfermeiro na casa do médico... Quando você

o põe de médico, ele é capaz até de fazer uma operação errada no sujeito, mas fica muito satisfeito. O presidente prestigiou muito o geólogo e o geofísico. Prestigiou porque achava que devia dar prestígio, mas também porque precisava prestigiar quem iria colaborar com ele para que atingisse suas metas, para descobrir petróleo. E prestigiou todo mundo na área de produção também. Enfim, trabalhou intensamente com todas as ferramentas de que dispunha no cargo para chegar aos quinhentos mil, e chegou. Não é um negócio comum o sujeito chegar e dizer: "Eu vou." Estou falando isso porque, se fosse para construir uma siderúrgica, construir um edifício, seria diferente. Mas isso foi uma promessa feita contando com fatores aleatórios, como é o caso de descobrir petróleo, de produzir petróleo, sujeito a mil e uma tempestades. Para descobrir, mil e uma tempestades; para produzir também, porque tinha que fazer tudo isso que você viu, e era tudo novo, engenharia nova, tecnologia nova, num país onde isso tudo estava sendo desenvolvido. Não é que eu esteja querendo... Eu quero que vocês façam seus julgamentos; vocês não são pessoas que estão aqui para eu ajudar a fazer nenhum julgamento. Acho que concordam comigo que foi um negócio meio inusitado o sujeito fazer uma previsão dessas, cumprir a previsão e, antes do fim do governo Figueiredo, chegar e dizer: "Está aqui. A meta está cumprida." Imaginem se todo o país fosse assim, se toda administração fosse assim, onde já estaríamos a essa altura!

M.Q. — O senhor disse que não sabe por quem foi escolhido para a superintendência do departamento, cujo diretor era José Marques Neto, na gestão do Araken.

C.C. — Era ele mesmo.

M.Q. — Nessa gestão foi também criado o Grupo de Desenvolvimento da Bacia de Campos, o Gecam, não foi? Em 78, antes da entrada...

C.C. — Foi. Esse também foi outro parto meio complicado, porque havia uma corrente que não queria o Gecam.

M.Q. — Justamente. Como funcionava o Gecam com a superintendência...?

C.C. — No estilo administração brasileira. A princípio eu era um pouco contra a criação de um novo órgão, não porque fosse contra o Gecam... Você tem a estrutura formal, mas é impressionante a administração brasileira! A estrutura formal não funciona; tem-se que criar um órgão, como foi criado um órgão na época da construção das grandes refinarias, o GEOP, e foi criado o Gecam. Aliás, aqui para nós, eu devia saber disso... Na ocasião eu fui meio contra o Gecam, mas na verdade é isso que acontece: para uma grande obra desse tamanho, tem-se que criar um órgão informal. Porque o órgão formal está muito sujeito à rotina, a burocracia etc, as pessoas envolvidas às vezes estão envolvidas com mil e uma coisas, então você tem que pôr uma pessoa envolvida exclusivamente com aquilo, tem que prestigiar aquela pessoa, dar facilidades para aquela pessoa, senão não sai. Então foi criado o Gecam.

M.Q. — E qual foi o tipo de dificuldade que o senhor encontrou junto ao José Marques Neto no seu trabalho?

C.C. — A dificuldade é que ele queria sempre me espezinhar, desfazer... Graças a Deus, modéstia à parte, ele não conseguiu muito isso, porque eu tinha um nome já formado na Petrobrás, muito mais solidificado que o dele. Ele era um cara que veio da província, não sei como, se foi o

presidente Araken, ou se o puseram por engano na diretoria, mas ele veio lá da província, com os provincianos dele, e ficou... Na Petrobrás, aliás, todo mundo comenta isso: você não pode pegar um sujeito da província e colocá-lo de repente aqui na administração, porque ele não tem o traquejo suficiente para enfrentar esse negócio. Tem que vir devagar. Agora estou convencido de que é isso mesmo.

P.R. - É exatamente isso.

C.C. - Aí ele se esborrachou, coitado. Nos últimos tempos nós fazíamos parte da mesma diretoria, sentávamos juntos na mesma mesa... Até que não fiquei inimigo dele. O Marques Neto brigou muito violentamente foi com o diretor Orfila Lima. Nem se falavam.

M.Q. - Aliás, era quem tomava conta desse Gecam.

C.C. - O Gecam esteve em várias mãos, mas finalmente ficou com o diretor Orfila, que era a pessoa indicada para isso. Uma pessoa com grande experiência em construção de obras desse tipo, foi quem construiu as refinarias, o famoso GEOP, então estava muito bem indicado.

M.Q. - Como era a divisão de tarefas dentro da diretoria no período em que o senhor foi superintendente? O José Marques Neto ficava com a área da Superintendência de Exploração.

C.C. - Exploração, não: Produção. Eu era Exploração, Perfuração e o Centro de Pesquisas.

M.Q. - O Cenpes também estava sob a sua...?

C.C. - Durante a administração Ueki.

M.Q. - Ah, bom. Na sua gestão como diretor.

C.C. — Ah, mas teve lances gozados! Uma das razões por que eu saí da diretoria... Vocês sabem que ignorar as Organizações Globo é um suicídio. Então eu arranjei uma pinimba na Petrobrás com um sujeito chamado Antonio Seabra Moggi, que é parente dos "Globos", logo que cheguei dos Estados Unidos. Eu vim de lá, rapaz fogoso, com uma carta de recomendação de excelentes cursos tirados, fui falar com o homem para me apresentar — naquele tempo não era comum o cara ir estudar no exterior —, e ele não quis me receber. Então eu mandei um nome engraçado para ele, dizendo que, por amarrar cachorro, eu não seria recebido. E fui embora. Não sei se ele soube disso, mas eu já comecei a criar meu caso com esse cara por aí. Quando o presidente Ueki me botou no Cenpes, eu fui ao Cenpes, fiz um discurso dando posse ao novo superintendente e disse o que queria dizer: um centro de pesquisa daqueles, que gastava 40 milhões de dólares por ano, e não tinha nem um sistema de computação direito, o pessoal não tinha disciplina suficiente e tal... Fiz o discurso. Logo mandaram uma cópia para ele. Quando ele chegou dos Estados Unidos, vindo das mordomias de Nova York, onde se teve que alugar apartamento especial para ele e tal, disse que ia acertar contas comigo. E acertou mesmo. Porque quem estava na presidência era o grande amigo dele, Beltrão. Aliás, foi uma decepção tremenda. Um homem daqueles, que fez tanta frase bonita... Não estou falando por mim, porque eu era macaco de auditório dele... Aí, meu filho, não teve jeito. Eu fiquei pendurado, porque o ministro Aureliano segurou o negócio um mês, dois, três... Nem me mandavam embora e nem coisa nenhuma. Por isso é que eu entrei para a Petrobrás em abril...

M.Q. — Para a diretoria.

C.C. — É. E saí em junho; de abril a junho fiquei esperando para ver se ficava ou não ficava.

M.Q. — Isso no início da sua gestão ou no final?

C.C. — No final da gestão, na hora de renovar o mandato, que eu ia renovar pela terceira vez. Como faltavam dois meses para eu completar 35 anos, fui para o Centro de Pesquisas, fiquei lá durante esses dois meses e me aposentei com 35 anos.

M.Q. — O dr. Seabra Moggi também vem dessa área de treinamento técnico, de Cenap, foi organizador disso aí. Não vem desse período a questão entre vocês? Porque o senhor foi uma pessoa que estimulou essa área de ensino, talvez tivesse um projeto diferente...

C.C. — Não, foram duas coisas diferentes: o Moggi realmente tinha um curso no Cenap... Primeiro ele fez um curso de refino, que prestou grandes serviços à empresa - aliás, qualquer curso bom presta grandes serviços -, depois fez um curso no Cenap, que também prestou grandes serviços à empresa. Isso a gente não pode negar. Mas existe uma coisa que o Peter... Quem já leu o Peter Principal sabe que existe um nível de competência. Daí para ser superintendente do Cenpes, só se fosse para escolher as cortinas e fazer [inaudível] todo cheio de pose, todo cheio de novidades. Agora, pôr o Centro de Pesquisas para funcionar e fazer funcionar o que interessa, dar a sua grande parcela de colaboração para a exploração... Porque foi dada ênfase à exploração dentro do Cenpes. Ênfase mesmo! E cobrança! "Quero saber o que está sendo feito e qual é a objetividade desse trabalho." Esta foi sempre a minha linha,

por isso é que muita gente não gosta de mim. "Eu não quero saber de poesia. Isso aqui não é um centro... Porque o Brasil não tem centros de pesquisa; os centros de pesquisa geralmente estão em instituições especiais, em universidades. Aqui nossa pesquisa é relativa também; é uma pesquisa aplicada, uma pesquisa de problemas que estamos precisando resolver no nosso dia-a-dia. Então vamos pegar o pessoal mais qualificado e menos pressionado pela operação para fazer. Não para pesquisar propriamente coisas de tecnologia de ponta. Este não é o caso do Centro de Pesquisas da Petrobrás, pelo menos ainda."

M.Q. — Então foi essa a discussão.

C.C. — Não, não houve discussão. O que houve foi que eu fui lá, fiz o meu discurso, ele foi para Nova York e não gostou do meu discurso. Ao contrário: uma ocasião eu fui aos Estados Unidos e fomos juntos ao Carnegie Hall. [risos] Eu não cheguei a discutir. Mas saí da Petrobrás por isso, simplesmente por isso. E uma turma de geólogos que eu andei hostilizando pela sua profunda ignorância se aproveitou desse enfraquecimento, naturalmente, e começou a uivar lá no Cenpes. Mas isso foi de menor importância. O fundamental foi o nosso Moggi e o seu poder de fogo, que é inegável.

M.Q. — Ele é muito próximo também do dr. Hélio Beltrão.

C.C. — São sócios! E eu não tive nenhuma... Naturalmente, como uma pessoa que teve a vida que eu tive na Petrobrás, eu me senti mal. Acho agora, passados uns tempos - não há nada como um dia depois do outro e uma boa noite dormida no travesseiro -, que, com essa Nova República, essa bagunça que está aí, essa falta de autoridade, eu não

serviria para fazer nada. Se cada um faz o que quer... Esse negócio de dizer que as decisões são por consenso em todos os níveis é papo de chefe que não sabe tomar decisão e não quer tomar. Não vá pensar que sou nazista, por favor. Agora, em qualquer empresa e em qualquer país que tem empresa com sucesso, quem toma... Pode perguntar se na GE as decisões são por consenso em todos os níveis, se nos grandes conglomerados com sucesso no mundo tem esse troço. Não existe. Eu acredito que até na União Soviética não deve existir também. Onde é que existe? Aqui no Brasil é que eles inventam umas coisas que não existem. E o resultado disso é pedir dinheiro emprestado e dizer que não paga.

M.Q. — Dr. Carlos Walter, o senhor também tem um papel muito importante, principalmente no período em que vai para a sua diretoria, que é começar a pesquisa no mar, em águas profundas.

C.C. — Sem querer esculachar, o que eu acho que fiz na Petrobrás com um certo sucesso foi isso mesmo: começar um negócio novo e formar pessoas. Não há condição de às vezes não se dar uma pisada em um ou em outro. Sabe como é uma pisada? É um cara que você acha que não dá para aquilo, não serve para aquilo, e você tem que tirá-lo do circuito, senão você enche a sua organização de gente que não serve. Às vezes você tem que magoar a pessoa. Não vou dizer que eu tenha habilidade. Tem gente que tem muito mais habilidade do que eu de fazer isso sem maiores... Agora, tem gente que fica em cima do muro a vida toda. E a obra, o que se tem que fazer, vai para o brejo.

Vocês imaginem em o que é organizar a exploração

no mar, introduzir essas tecnologias na exploração e acompanhar desde as coisas da geofísica, a evolução tecnológica da geofísica, manter isso up to date... Quando eu cheguei aqui na Rio Branco 10, onde era a antiga sede da [inaudível], que começou a exploração no mar, havia um centro de processamento analógico ridículo! Eu chamei logo o Wagner, que era o meu chefe da geofísica, e ele foi aos Estados Unidos providenciar coisa mais moderna. Então é preciso manter e acompanhar isso, não deixando criar uma distância ainda maior entre o nosso pessoal e os grandes países exploradores de petróleo, que na verdade são os Estados Unidos e a França. O resto copiou, há também algumas coisas boas na Inglaterra e na Itália, mas o cerne é isso aí. Os Estados Unidos, como sempre, com um pouco menos de teoria e mais objetividade, mas o francês, também, com uma tecnologia excelente. Então trouxemos essa gente, fizemos com que o nosso povo fosse lá, aprendesse, absorvesse aquilo, criasse aquela mentalidade. Esse é que foi o serviço para podermos chegar a esse resultado.

M.Q. — Dr. Carlos Walter, o senhor ficou responsável na diretoria por essa área de exploração também?

C.C. — Quando fui diretor, eu era naturalmente o diretor de exploração. O resto era para ajudar os colegas na perfuração e Centro de Pesquisas. Eu nunca fui da perfuração. Era diretor, dava apoio ao dr. Falcão, mas no fundo, e na base, quem era diretor era o dr. Falcão. Isso se entende, porque eu não posso ser onisciente: conheço os problemas de perfuração, como geólogo acompanhei muito tempo uma sonda, trabalhando e vendo quais são os problemas de uma sonda, mas não se pode ser onisciente. Então quem me auxiliava, era o meu braço direito, quem conduzia a per

furação, era o dr. Hélio Falcão.

M.Q. — Eu estava pensando nisso porque a concepção da empresa era de que as pessoas que lidavam mesmo com a operação, que respondiam por isso, por toda a parte de pesquisa, refino, exploração, eram os superintendentes dos departamentos e serviços.

C.C. — É claro. Teoricamente, veja bem, deve ser assim. Há um superintendente de perfuração que cuida de tudo. O diretor dá apoio, providencia, transmite diretriz, seja do próprio Conselho de Administração da empresa, seja da própria diretoria, quem sabe até do governo, através desses órgãos superiores de decisão, que são o Conselho de Administração e a diretoria. Isso é o que o diretor faz. No caso da exploração, de maneira errada ou de maneira certa, eu tinha influência direta. Eu vim daquilo, vivi aquilo, então era natural — pode ser até um defeito, certamente — que eu tivesse mais influência, mais intromissão, se se po de dizer assim.

M.Q. — Com relação ainda à sua passagem pela diretoria, como era a relação entre a diretoria e o Conselho de Adminisgção?

C.C. — Houve uma decisão na Petrobrás, não sei se certa ou errada, mas depois de certo tempo eles passaram a não colocar no Conselho de Administração algumas pessoas estranhas ao sistema Petrobrás. Agora voltaram a essa prática, que eu acho que é correta, porque essas pessoas podem trazer experiências novas para a Petrobrás. Mas durante muito tempo os membros do Conselho de Administração eram os próprios diretores e antigos presidentes. Então acabava ficando tudo em família, não havia propriamente uma re-

novação de idéias ou a introdução de novas idéias. Não sei se atualmente os conselheiros que estão lá, destacadamente o presidente do BNDES, estão trazendo novas contribuições. Porque quando chega ao nível do Conselho de Administração, ao nível da diretoria, o problema passa a ser simplesmente um problema de gerência empresarial, não tem mais nada a ver propriamente com detalhes da tecnologia usada, detalhes de processos ou o que seja. Naquele tempo, no início, tivemos alguns conselheiros notáveis: dr. Costa Santos, dr. Batista Pereira, dr. Diniz, de Belo Horizonte, era tudo gente de fora. Depois isso acabou, passou a ser só expresidentes e tal. Agora voltou outra vez, não sei o que dizer desses conselheiros, porque não os conheço. Mas, aparentemente, são pessoas também competentes e capazes, e são pessoas de fora do sistema. São três: o Tancredo Filho, um outro que foi diretor da Mendes Júnior, dr. Aluísio de Carvalho, e o presidente do BNDES...

[FINAL DA FITA 7-A]

M.Q. — O que o Conselho de Administração decidia em termos de empresa eram coisas muito mais gerais?

C.C. — A função do Conselho é dar a orientação geral da empresa. Ele diz o que a empresa deve fazer, que linhas deve seguir. A diretoria, como se diz, diretoria executiva, executa as políticas traçadas pelo Conselho. Por isso é uma diretoria executiva.

M.Q. — Junto com o senhor foram diretores Carlos Sant'Anna...

C.C. — Carlos Sant'Anna, Paulo Beloti, Joel Rennó... Ha-

via mais: Telmo Dutra de Resende...

M.Q. - Foi, ele era do Detran.

C.C. - Ficou uns tempos como presidente. E Orfila Lima dos Santos.

M.Q. - Como era a sua relação com essas pessoas?

C.C. - Muito boa. Entre os diretores da Petrobrás - pode ser que fosse só comigo, não sei -, tenho a impressão de que não existe aquela aproximação particular, familiar. Agora, em termos de trabalho é muito afável, sempre me dei muito bem com todos eles.

M.Q. - Eu estava lendo no jornal que o dr. Paulo Beloti e o dr. Carlos Sant'Anna parece que tinham uma orientação um pouco diversa, filosófica mesmo, da sua.

C.C. - Da minha?

M.Q. - É.

C.C. - Onde você leu isso?

M.Q. - Nos jornais.

C.C. - Quando? Nesse jornal do...?

M.Q. - Não, para trás.

C.C. - Muita gente divergia do programa de águas profundas. E até hoje eu sei que o diretor Edilson Távora não aprova muito esse programa, acha que águas profundas não é o caso. Não me lembro de o Paulo Beloti ter falado nada na diretoria, ou ter sido taxativo, ter tido alguma discussão. Não me lembro. Mas pode ser por isso. O Carlos Sant'Anna, muito menos ainda. Francamente, honestamente, se eu tivesse tido algum debate com eles por causa disso, eu diria. Eu me lembro vagamente, e posso estar enganado,

que o Paulo Beloti não era muito entusiasta desse programa de águas profundas, mas não tenho muita certeza. Isso não foi fácil de convencer... O presidente Ueki, custei a vender para ele a idéia de trazer o navio Pellcrin. Custei a convencê-lo. "Presidente, toda vez que eu vier na sua sala, vou fazer igual ao Juquinha: 'Cadê o Pellcrin? Cadê o Pellcrin?'" Também é um pouco de exagero, porque ele compreendeu logo e não houve esses dramas todos. Isso é um pouco de exagero meu. Mas eu não me lembro disso, não. Francamente não me lembro. Depois entrou o Armando Guedes Coelho, foi meu colega de diretoria durante bastante tempo. Eu me dava muito bem com ele e ainda me dou até hoje. Grande diretor da Petrobrás!

M.Q. — O senhor ficava também com essa parte dos contratos de risco, não é?

C.C. — Era da minha diretoria. Mas aí eu já estava numa fase mais evoluída. [risos]

M.Q. — O senhor destacaria algum desses contratos nesse período? Porque em 78 já estavam assinados 17 contratos com 15 empresas.

C.C. — Eu participei desses contratos de risco, devo dizer que o superintendente era o Lauro Vieira, e depois foi para lá o atual, o Reis. Só em uma ocasião eu andei me trancando, porque vieram com umas teorias de trazer o contrato de risco para a bacia de Campos. Aí, vou lhe contar, eu me encostei na parede: "O que é isso? Isso já é demais!" [risos] E com o revólver na mão para atirar no primeiro que aparecesse. "Isso já é demais." Fora disso eu não me lembro de nenhuma dificuldade. Depois que a turma viu que o resultado estava fraco para todo lado, era natural que o

procurem escoimar essas coisas que eu disse, tirem esse folclore. Porque vocês são pessoas que, um, pela sua juventude, e outro, pela sua maturidade, acho que não vão fazer entrevista para fazer folclore. As coisas essenciais podem manter, que eu não vou... Agora, quando for coisa assim que tenda um pouco para o lado do folclore, por favor mudem. Isso não é bom, tem-se que criar uma "Memória" correta. Agora, falei, e estou convencido de que falei a verdade. Espero que o Brasil tenha mais essa lucidez dos seus dirigentes, para não levar a Petrobrás para esse lado do descalabro de, sob a justificativa de democratizar a empresa, introduzir ali a indisciplina, a falta de orientação das chefias, a falta de decisão. Isso é coisa que acaba com qualquer organização industrial.

M.Q. — Outra coisa que eu gostaria de falar ainda nessa questão é a respeito dos cortes dos investimentos. O senhor não gostaria de falar mais nada a respeito disso, dessas perspectivas?

C.C. — Cortar investimentos é a maior loucura que o governo está fazendo porque, se a produção da Petrobrás cair, vamos ter que importar mais petróleo. Nós não temos dinheiro para importar petróleo. Mas aqui no Brasil é aquilo que eu disse: "Não tem importância, vamos pedir emprestado." Para depois dizer que não paga. Em vez de evitar pedir. Como evitar pedir? Não deixar nossa produção cair. Ao contrário, elevá-la, até chegar perto da auto-suficiência ou sei lá de quê. Porque a auto-suficiência, como já expliquei, é relativa, mas chegar perto do nosso nível de consumo. Isso é um nonsense!

Se acham que a Petrobrás está gastando muito di-

nheiro porque está com um overhead enorme, porque isso, porque aquilo... Puxa, no Brasil existe tanta gente especializada em administração de empresas! Vamos fazer um exame detalhado na Petrobrás para saber o que pode ser cortado na sua estrutura administrativa, nos seus planos de cargos complexos, nas suas múltiplas chefias, às vezes sem nenhum resultado... Uma coisa que estou vendo também perigosa é gente novinha, sem experiência, gerindo esses equipamentos monstruosos, e todo mundo aqui na cidade. Isso tem sido notado por várias pessoas aqui fora! Excesso de pessoal, engenheiros que não têm o que fazer nos distritos cuidando de coisas particulares... Coisa que não existiu na Petrobrás ao longo de sua história. Quem trabalhou na Petrobrás, com raros exemplos e exceções, principalmente nas unidades operacionais, sempre foi exclusivo trabalhando para a Petrobrás. Se essa coisa começar... É preciso ter muito cuidado com isso. Eu não estou dizendo que já está um desespero, um disparate. Mas é preciso ter uma vigilância constante sobre as práticas administrativas da Petrobrás. Agora, se o governo quer cortar despesas no petróleo, vamos examinar as suas práticas administrativas e ver os cortes que se podem fazer para melhorar a eficiência. Agora, ficar fazendo cortes horizontais nos investimentos que amanhã vão fazer a produção declinar, acho isso uma coisa que só acontece mesmo aqui no Brasil. Quando a situação apertada, a gente arranja dinheiro e depois diz que não paga. Parece até que já estou com esse troço fixo na minha cabeça. Mas só assim.

M.Q. — Onde o senhor acha que poderia ser cortado?

C.C. — Eu não posso no momento fazer uma crítica sobre as práticas administrativas da Petrobrás. Mas uma coisa é

certa: pode até precisar de gente para desenvolver novos campos etc. e tal, mas tem gente demais não fazendo nada. Você pode conversar com pessoas que vão aos distritos, vão ao campo, vão à sede. Outro dia cheguei em Aracaju e perguntei: "Escute, tem tanto prédio novo aqui... A produção aumentou substancialmente?" "Não, até decaiu." É a Lei de Parson. Você já ouviu falar na Lei de Parson não é? Para resumir, uma coisa que é preciso ser contida nessas organizações é a Lei de Parson, tanto na Petrobrás como em todas as estatais. E segundo, a eficiência dos seus métodos administrativos - isso eu até admito que possa ser feito. Não sei qual é o grau de gravidade da situação presente. Não posso dizer isso, porque estou há três anos aposentado. Mas aqui no Brasil tem que haver sempre uma grande vigilância quanto a isso, as práticas administrativas. Quanto ao corte de investimentos, isto é ridículo! Positivamente ridículo! Um parque de refino desses precisando se atualizar, precisando se ampliar, a indústria de fertilizantes precisando de novos investimentos para fortalecer a agricultura nacional... Sem isso, minha filha, nada vai para a frente, ficamos sempre nesse atraso. Agora inventaram as safras gigantes, todo mundo tem... Quanto menos fertilizante... Até um dia eu perguntei na Petrobrás: Espere aí! Então esse negócio de fertilizante é uma invenção dos cientistas. Porque tudo indica que, quanto maior a falta de fertilizante no país, maior, maior a safra."

M.Q. - Então Dr. Carlos, eu acho que é só. Obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]